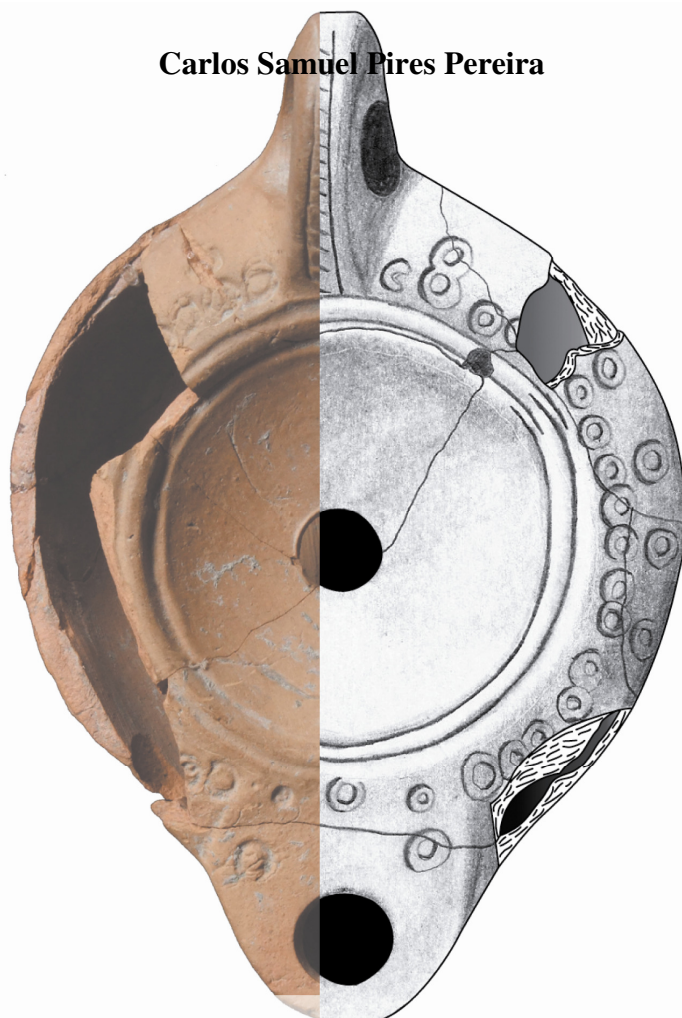




**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Carlos Samuel Pires Pereira**



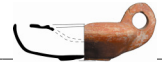
**AS LUCERNAS ROMANAS  
DE SCALLABIS**

**Vol. I**



**Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Prof. Doutora Ana Margarida Arruda**

**Lisboa, Setembro de 2008**



**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Carlos Samuel Pires Pereira**

**AS LUCERNAS ROMANAS  
DE SCALLABIS**

**Volume I**

**Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Prof. Doutora Ana Margarida Arruda**

**Lisboa, Setembro de 2008**



Aos meus pais:

Por me ensinarem o que é a vida;  
Por me terem educado excelentemente;  
Por permitirem a realização de um sonho;  
**Por terem feito de mim, aquilo que hoje sou.**



**Resumo:** O presente trabalho teve como objectivo o estudo da totalidade dos fragmentos de lucernas recolhidos na Alcáçova de Santarém, provenientes de 12 das 18 campanhas de trabalhos arqueológicos realizados neste local. O conjunto conta com 393 fragmentos, dos quais correspondem 71 a exemplares decorados, e 16 contendo marca e/ou inscrição. A totalidade da amostra encontrava-se inédita, embora, nos relatórios das intervenções arqueológicas das várias campanhas, se tenha feito referência a alguns exemplares. Três das peças encontravam-se, ainda, já divulgadas (Arruda e Viegas, 2002b; AAVV 2002). Dado o elevado estado de fragmentação do conjunto, não resultou fácil a sua classificação e interpretação. Foi possível, ainda assim, integrar, tipologicamente, 123 exemplares.

Cronologicamente, o conjunto de cerâmicas de iluminação da Alcáçova de Santarém poder-se-á enquadrar entre finais do século II a.C. e início da centúria seguinte, tendo perdurado até finais do século IV e inícios do século V d.C. No entanto, é durante o século I d.C. que apresenta o maior volume de importações, acompanhando os restantes materiais característicos desse período, como é o caso da *terra sigillata* e das ânforas. A partir de inícios do século II d.C., *Scallabis* parece sofrer uma quebra significativa na importação de produtos manufacturados, situação que o estudo deste conjunto também reflete.

**Abstract:** The purpose of this study is the complete presentation of the Lamps from Alcáçova de Santarém, recovered in 12 of the 18 campaigns of archaeological works, performed at this location. The entire set has 393 pieces, from which 71 match to decorated fragments and 16 containing inscriptions. The entire sample was, until now, unknown, although some of the fragments were reference in the reports of the several archaeological campaigns of Alcáçova de Santarém. Three of the pieces, however, are already published (Arruda e Viegas, 2002b; AAVV 2002). Given the high state of fragmentation of the set, it wasn't easy to classify them and interpreted them. However, 123 of the fragments allowed a typological classification.

Chronologically, the set of lamps of Alcáçova de Santarém are dated between the end of the second century BC and beginning of the next century, and lasted until the end of the fourth century and the early fifth century AD. However, it is during the first century AD that is present the greatest volume of importations, together with other materials characteristic of this period, such as *terra sigillata* and amphorae. From the beginning of the second century AD, *Scallabis* seems to suffer a significant drop in the imports of manufactured goods, witch is also reflected in the roman lamps.

**Palavras-chave:** Santarém, Lucernas, Romano, Produção, Iconografia.



## Agradecimentos

A realização deste trabalho foi possível graças ao auxílio de várias pessoas, a quem expresso o meu profundo agradecimento.

Antes de mais gostaria de agradecer à Prof. Doutora Ana Margarida Arruda por me ter confiado o conjunto de Lucernas da Alcáçova de Santarém e aceite a orientação científica desta dissertação, bem como a pronta disponibilidade, acompanhamento, revisão e esclarecimentos que dedicou.

À Prof. Dr.<sup>a</sup> Catarina Viegas, pela cedência de alguma da bibliografia que se revelou de extrema importância para a continuidade deste trabalho, assim como sugestões e revisões efectuadas a alguns dos capítulos.

Ao Prof. Doutor Amílcar Guerra pelos esclarecimentos que prestou sobre as marcas e inscrições das lucernas que se revelaram bastante problemáticas na hora da sua transcrição, e para o qual muito ajudaram os seus ponderados conselhos.

Não poderia ainda deixar de agradecer a um restrito grupo de amigos que, também arqueólogos, sempre me compreenderam, apoiaram e incentivaram quando surgia um obstáculo de mais difícil transposição. Assim, a eles, Patrícia Bargão, João Araújo Gomes, Patrícia Magalhães, deixo expresso o meu mais sincero agradecimento.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Elisa de Sousa a enorme ajuda que cedeu na elaboração de grupos de fabrico, bem como todas as discussões que, certamente, me encaminharam sempre a esclarecimentos. Do foro pessoal, agradeço-lhe todo o apoio, compreensão e encorajamento que, nos momentos mais desesperantes, se revelaram de extrema importância para a continuidade desta dissertação. Também a ela dedico este trabalho.



## Índice

1 – Introdução.....	8
2 – Alcáçova de Santarém.....	12
2.1 – Enquadramento geográfico e arqueológico.....	12
2.2 – <i>Scallabis Praesidium Iulium</i> no seu tempo.....	16
3 – As lucernas romanas.....	19
3.1 – Problemáticas de estudo.....	19
3.2 – Origem e produção/fabrico.....	22
4 – Lucernas romanas na Alcáçova de Santarém.....	26
4.1 – Metodologia.....	26
4.1.1 – Composição, metodologia e questões prévias.....	26
4.2 – Pastas e grupos de fabrico.....	30
4.2.1 - Produções Itálicas.....	30
4.2.2 - Produções Hispânicas.....	31
4.2.3 - Produções Africanas.....	32
4.2.4 – Grupos de fabrico.....	32
4.2.5 – Discussão.....	36
4.3 – As formas.....	39
4.3.1 – Lucernas de influência helénica.....	47
4.3.1.1 – Ricci E.....	47
4.3.1.2 – Ricci H.....	48
4.3.2 – Lucernas tardo-republicanas.....	50
4.3.2.1 – Dressel 1/Ricci-Dressel 1.....	50
4.3.2.2 – Dressel 1/Ricci-Dressel 1B.....	50
4.3.2.3 – Dressel 2/Ricci-Dressel 2/Ponsich 1 B/Deneauve I.....	51
4.3.2.4 – Dressel 2/Ricci-Dressel 2A.....	53
4.3.2.5 – Dressel 2/Ricci-Dressel 2/3.....	54
4.3.2.6 – Dressel 3/Ricci-Dressel 3/ Walters 73-74/Ponsich IC/Deneauve III.....	54
4.3.2.7 – Dressel 3/Ricci-Dressel 3A.....	55
4.3.3 – Lucernas imperiais de volutas.....	56
4.3.3.1 – Dressel 9/Loeschcke I/Ponsich II-A1/Deneauve IV.....	56
4.3.3.2 – Dressel-Lamboglia 9A/Loeschcke IA/Ponsich II-A1/Deneauve IVA.....	57
4.3.3.3 – Dressel-Lamboglia 9B/Loeschcke IB/Ponsich II-A1/Deneauve IVA/Walters 78.....	59
4.3.3.4 – Dressel 11/Loeschcke IV/Ponsich II-B1/Deneauve VA/Walters 81/84.....	60
4.3.3.5 – Dressel 12/Loeschcke III/Ponsich II-B1/Deneauve VB/Walters 87.....	62
4.3.3.6 – Dressel 14/Loeschcke V/Ponsich II-B2/Deneauve VD.....	63
4.3.3.7 – Dressel 15/16/Loeschcke V/Ponsich II-B2/Deneauve VD/Walters 85.....	63
4.3.4 – Lucernas imperiais de disco.....	66
4.3.4.1 – Dressel 17/Loeschcke VIIIA/Deneauve VIID.....	66
4.3.4.2 – Dressel 19/Loeschcke VIIIR/Ponsich III – B1/Deneauve VIIA.....	67
4.3.4.3 – Dressel 20/Ponsich III – B1, 2/Deneauve VIIA/Walters 95.....	68
4.3.5 – Lucernas cureiformes.....	69
4.3.5.1 – Dressel 27/Loeschcke VIIIH/Ponsich III – C/Deneauve VIIIA.....	69
4.3.6 – Lucernas paleocristãs.....	70
4.3.6.1 – Hayes I/Atlante VIII.....	72
4.3.6.2 – Hayes IIA/Atlante X.....	73
4.3.7 – Fragmentos de difícil classificação.....	74
4.3.8 – Discussão.....	74
4.4 – Iconografia.....	79
4.4.1 – Religião e mito.....	83



4.4.1.1 – Divindades Olímpicas .....	83
4.4.1.2 – Divindades Menores.....	84
4.4.1.3 – Personagens Mitológicas.....	85
4.4.2 – Vida quotidiana .....	86
4.4.2.1 – Cenas de trabalho .....	86
4.4.2.2 – Cenas de anfiteatro .....	86
4.4.2.3 – Cenas eróticas.....	87
4.4.2.4 – Máscaras.....	88
4.4.2.5 – Simbólicas .....	88
4.4.3 – Fauna .....	89
4.4.3.1 – Mamíferos .....	89
4.4.4 – Flora .....	90
4.4.5 – Motivos geométricos .....	91
4.4.6 – Decoração na orla.....	92
4.4.6.1 – Motivos geométricos .....	92
4.4.7 – Decoração na asa.....	93
4.4.8 – Discussão.....	94
4.5 – Marcas e inscrições epigráficas.....	96
4.5.1 – Signos anepígrafos .....	102
4.5.2 – Letras isoladas .....	104
4.5.3 – Marcas .....	104
4.5.4 – Inscrições no disco .....	106
4.5.5 – Discussão.....	107
5 – As lucernas romanas da Alcáçova de Santarém; conclusões e reflexões.....	110
Bibliografia.....	118



## 1 – Introdução

As cerâmicas de iluminação romanas constituem um dos tipos de materiais que datações mais precisas podem oferecer, paralelamente a outros materiais. Não obstante tal realidade, as lucernas correspondem também ao tipo que materiais de mais dúvidas e problemas de classificação podem originar. Além de ser um tipo de material bastante rico em formas e morfologias, é-o também nas tipologias que foram sendo elaboradas ao longo de todo o século XX. No entanto, este grande manancial de informação e de critérios tipológicos para as lucernas imperiais contrasta fortemente com o panorama do estado da investigação para as de cronologia republicana.

Os motivos que transformaram as lucernas romanas num dos denominados “fósseis directores” parecem dever-se ao facto de corresponder a um tipo de material que esteve sujeito a uma grande circulação e mutação morfológica num curto espaço temporal, impulsionada pelo gosto e exigências da sociedade romana.

A cópia de lucernas era uma prática bastante comum pela sua facilidade de reprodução, permitindo um acesso mais generalizado. No entanto, esta prática vem dificultar e conturbar o estudo destes materiais. O processo de sobremoldagem seria demasiado fácil de realizar, sendo possível de se efectuar por um qualquer proprietário de uma pequena olaria familiar (Caetano, 2001, p. 22), ou por oleiros de centros produtores de maiores dimensões.

Assim sendo, as cópias de lucernas vão alterar em muito o mapa de dispersão de produção dos distintos oleiros individualizados até ao momento. Se nos depararmos com uma mancha mais acentuada de pontos numa determinada área geográfica de uma assinatura, poderemos pensar tratar-se do âmbito de produção desse mesmo oleiro, o que nem sempre poderá ser o caso. Veja-se o caso de *Caius Oppius Restitutus* que apresentava uma dispersão bastante alargada no norte de África, mas que, ainda assim, os investigadores estão em consenso em relação à sua produção na Península Itálica (Caetano, 2001, p. 23).

O uso mais frequente e habitual das lucernas era, sem dúvida alguma, a iluminação doméstica e pública. Não obstante, não é só à vida privada que as lucernas se destinavam, mas também aos edifícios públicos e às ruas, realidade bem documentada nas áreas exteriores de Pompeia, junto às *tabernae* (Amare Tafalla, 1987, 20 e 21). Temos conhecimento da realização de espectáculos teatrais e da organização de festividades nocturnas que, decerto, conheceram, no seu espaço, o tipo de materiais de iluminação aqui alvo de estudo. “*Ludi gladiatores*” foi uma das variadas representações nocturnas que Calígula e Domiciano elaboraram e apresentaram à luz de lucernas suspensas ou aplicadas em suportes, mas que, certamente, eram ricas em motivos





iconográficos (Walters, 1914, pxiv). Seguramente que, para além de teatros, as lucernas se encontrariam de igual forma presentes em templos, anfiteatros, circos, termas, acampamentos e minas, entre outros.

No que concerne à vida religiosa, as lucernas não puderam deixar de estar presentes nos locais de culto, acompanhando os diversos deuses aí cultuados, iluminando o seu espaço ou constituindo simples dedicações. No entanto, o uso de lucernas na vida religiosa não se manifesta tanto pelos motivos iconográficos, mas sim pelos contextos em que estas são encontradas. Ainda assim, é no mundo funerário que elas mais parecem estar presentes, depositadas enquanto simples oferendas ou ocultando um qualquer significado mais profundo. Esta prática evidencia, de igual forma, uma larga influência helenística (Walters, 1914, p. xv).

As lucernas assumem, por vezes, variados papéis rituais nos diferentes fins votivos e práticas religiosas de grande complexidade. Por um lado, assumiam um carácter simbólico nos locais de culto das divindades (Almeida, 1952, p. 90) e, por outro, eram depositadas lado a lado com aqueles que pereciam, sendo um dos materiais que se presumia ser necessário para a continuação da vida além-túmulo. Assim, estas não só assumiram um carácter preponderante nas cerimónias funerárias como também no próprio mundo “subterrâneo”.

As lucernas assumem também papéis mais abstractos, e em circunstâncias bastante diferentes. Estas decerto se encontravam relacionadas com algumas superstições em que a direcção e oscilação da chama poderia ser interpretada como sendo um bom ou mau augúrio. Curioso ainda é o facto de termos conhecimento de ofertas pessoais deste tipo de peças, com pequenas mensagens epigrafadas na área do disco (Caetano, 2001, p. 31).

Eram ainda utilizadas como “cronometradoras” de tempo, entre as várias funções que tinham, servindo para medir o tempo de trabalho dos mineiros (*Plinio*, N.H. XXXIII, 21, 5). De facto, as lucernas encontram-se perfeitamente documentadas em contextos mineiros, apresentando aí diferenças formais substanciais, nomeadamente as suas dimensões. A necessidade de peças com a presença de um depósito de maiores capacidades evitaria, assim, a constante urgência de manutenção das mesmas, e a presença de um *rostrum* mais aberto e alongado possibilitaria uma maior iluminação.

Posto isto, é agora mais perceptível a razão pela qual as lucernas romanas constituem um dos marcos no estudo e investigação da sociedade romana. Estas poderão confirmar e contribuir, também, para uma historiografia fiável do local arqueológico onde são exumadas, tendo sempre em vista a sua integração no amplo e complexo mundo romano.

Este corresponde, com efeito, a um dos objectivos deste estudo. Através da análise das cerâmicas de iluminação romanas recolhidas na Alcáçova de Santarém, pretendemos reconhecer,



suportando-nos de igual forma nos estudos de outros materiais deste sítio já publicados, a importância deste material na actividade comercial de *Scallabis*. Sempre que possível, procurámos estabelecer paralelos com outros sítios que ofereceram conjuntos análogos deste tipo de materiais, o que não resultou fácil devido ao facto de não reconhecermos uma sistemática publicação das lucernas no território actualmente português. No entanto, cremos que esta é uma realidade que tende a mudar.

Reconhecemos que o estudo das cerâmicas de iluminação é árduo e, quer pelos vários motivos que fomos enunciando ao longo deste trabalho, quer devido ao facto de frequentemente lidarmos com fragmentos de reduzidas dimensões, desmotiva à elaboração de um estudo. No entanto, e infelizmente, esta dificuldade resulta na não publicação dos dados que estes materiais oferecem e que permitem um conhecimento mais profundo dos sítios onde são recolhidos.

Este estudo inicia-se com um breve enquadramento histórico-geográfico da Alcáçova de Santarém, seguido de uma exposição do estado actual da investigação das cerâmicas de iluminação.

Segue-se a análise do conjunto da Alcáçova de Santarém, dividida por aspectos formais, iconográficos e epigráficos. Por vezes, nem sempre é possível atribuir uma forma específica a determinados exemplares. Por um lado, a reduzida dimensão dos mesmos não o permite, por outro, por não apresentarem o bico conservado. De facto, algumas tipologias efectuem uma divisão de formas com base nos bicos (Deneauve, 1969). Contudo, estando nós frequentemente perante asas, orlas e parte do disco, estes elementos poderão enquadrar-se em diferentes formas. Por este motivo, e com base nas várias tipologias elaboradas até ao momento, efectuamos uma proposta morfológica das orlas, que consistem nos fragmentos mais frequentes, associada a morfologias e, conseqüentemente, a cronologias.

Na análise tipológica, não poderíamos deixar de caracterizar a morfologia das peças da forma à qual correspondem, seguindo-se uma exposição dos dados cronológicos auferidos por outros autores. Posteriormente, fazemos referência aos paralelos obtidos para o território actualmente português, não esquecendo, no entanto, a capital da Lusitânia, embora esta não se localize na área geográfica designada. Segue-se o tratamento dos exemplares da Alcáçova de Santarém, analisando a sua morfologia e características, referindo a realidade contextual de recolha dos mesmos, quando possível. No entanto, esta análise contextual revelou-se, na maioria dos casos, infundada devido à extensa continuidade ocupacional de *Scallabis*, que afectou profundamente a estratigrafia pré-existente.



Tratamos ainda a iconografia presente em alguns exemplares, separada pelos diferentes temas. Nesta análise, começamos por descrever as cenas presentes nos diferentes fragmentos, referindo, posteriormente, a parte que se encontra conservada nos exemplares de Santarém.

Após a análise iconográfica, analisamos a epigrafia que se divide entre signos anepígrafos, letras isoladas, marcas e inscrições no disco. Também aqui, após o estudo de cada marca, fazemos referência à cronologia proposta pelos diferentes autores, tentando, desta forma, confirmar as datações obtidas pelos exemplares passíveis de classificação formal.

Embora este constitua um tema não muito frequente nos diferentes estudos deste tipo de materiais, não poderíamos esquecer a análise de pastas. Infelizmente, as cerâmicas de iluminação constituem um tipo de material cujas produções são ainda mal conhecidas. Efectivamente, temos conhecimento da existência de alguns centros produtores de lucernas, mas o mesmo não se pode dizer em relação às pastas e características gerais das lucernas que neles se produziram. Por este motivo, salientamos que tal estudo corresponde a uma proposta e ensaio, o qual carece de confirmação efectuada através de análises químicas.

Finalmente, procuramos sintetizar os dados obtidos com este estudo e as diferentes ilações que permitiram formular, integrando-os no quadro do comércio de *Scallabis*.



## 2 – Alcáçova de Santarém

### 2.1 – Enquadramento geográfico e arqueológico

A área tradicionalmente designada de Alcáçova de Santarém encontra-se, geograficamente, situada na margem direita do Tejo, a cerca de 80 km da sua foz (fig.1).

Geologicamente, encontra-se localizado no denominado Maciço Calcário Estremenho, dominando uma grande extensão da planície aluvial do Tejo (Arruda, 2000, p.6-69; Viegas, 2003, p. 17).

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém encontra-se implantado num planalto elevado, com o máximo de 106 metros de altitude (fig. 1), possibilitando

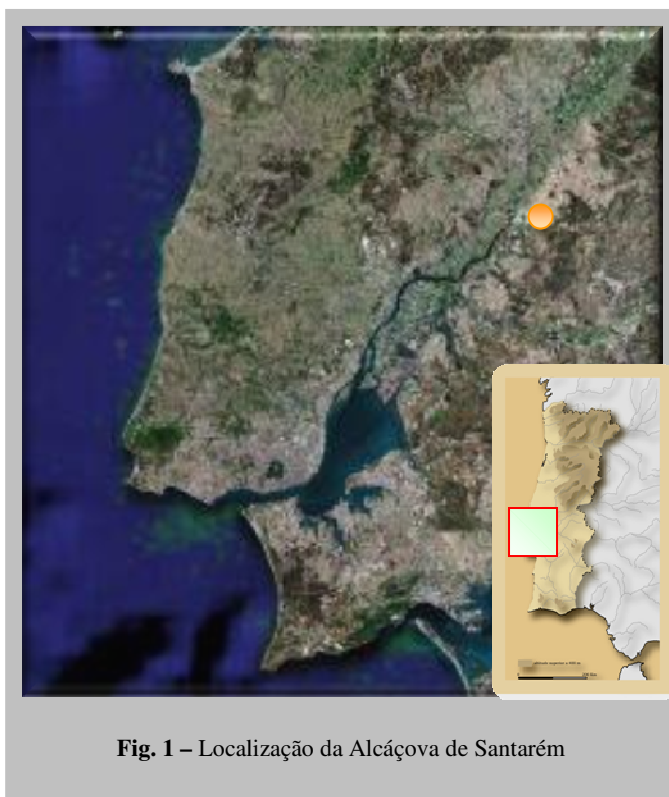


Fig. 1 – Localização da Alcáçova de Santarém

um amplo domínio visual sobre o território envolvente e, especialmente, sobre o rio Tejo (Arruda 2000, p. 6-69). Estas condições favoreceram, desde o Bronze Final, e particularmente a partir da Idade do Ferro (Arruda e Viegas, 2002a, p. 77), a fixação de populações e o desenvolvimento económico do sítio, intrinsecamente relacionado com as vias fluvio-marítimas, dada a excelente capacidade de controlo do tráfico do rio.

Possuía, tal como foi mencionado, em épocas remotas, uma boa situação estratégica, possibilitando uma navegação favorável aos contactos comerciais, sendo, muito provavelmente, um porto com acesso directo ao oceano e, indirectamente, ao interior. Estes contactos comerciais parecem ter-se intensificado durante a ocupação tardo-republicana, sendo abundantes as importações de produtos alimentares e manufacturados. O vinho proveniente de Itália, os preparados de peixe gaditanos, bem como os norte-africanos, o azeite e o vinho do Guadalquivir parecem ter sido consumidos em largas quantidades (Arruda e Almeida, 1999, 2000). Tal realidade encontra-se documentada na abundante recolha de contentores anfóricos deste sítio arqueológico. Durante a dinastia Júlio-Claudia, é ainda evidente a importância de *Scallabis*, patente na quantidade de produtos importados, bem como nas renovações urbanísticas efectuadas (Arruda e Viegas, 2002a).



Entre finais da república e início do império, é construído em *Scallabis* um templo, que indicia uma dinâmica económica e social considerável desta cidade com um estatuto jurídico bastante elevado (Arruda e Viegas, 2002b). Assim, apesar de a cidade ter perdido alguma da importância económica da qual era detentora, a partir do final do reinado dos Flávios, manteve, no entanto, uma ocupação constante e contínua, acompanhada por ritmos de importação que autenticam uma incontestável actividade humana e de consumo de bens.

Não obstante, os dados existentes indicam que as relações económicas e políticas de *Scallabis* privilegiaram sempre *Olisipo* e *Emerita Augusta*, embora esta última mais em segundo plano. Tais relações encontram-se documentadas não só pela epigrafia (Guerra, 2002, p. 182), como pela rede viária, a qual tinha ligação terrestre directa com ambas as cidades, através de duas das maiores vias da Lusitânia (Mantas 2002, p. 108) e, com *Olisipo*, ainda, por via fluvial.

*Scallabis* era um centro viário de grande importância e interesse, não apenas pelo estatuto e funções de que era detentora, mas também por controlar, como foi mencionado, um importante ponto de travessia e tráfego do Tejo, o qual foi abundantemente utilizado em conjugação com as redes viárias. Era esta excelente localização geográfica estratégica que lhe permitia auferir um estatuto simultâneo de centro armazenador e re-distribuidor.

É através do célebre *Itinerário de Antonino*, bem como das fontes arqueológicas, que encontramos fundamentação para o percurso do traçado viário em torno de Santarém. Este anuncia *Scallabis* como *mansio* de duas estradas principais, cujo traçado é coincidente entre *Olisipo* e *Scallabis*, passando por *Ierabriga* (Mantas, 2002, p. 108). Uma das vias dirige-se à capital da província, *Emerita Augusta*, a qual, correndo ao longo do Tejo até mais a montante de Santarém, parece relacionada com um eixo anterior à fundação de Mérida (Mantas, 2002, p. 108). A segunda via, coincidente até *Scallabis*, dirige-se para norte, mais concretamente para *Bracara Augusta*.

Pela margem esquerda do Tejo, existe outra via, esta em direcção a Mérida, que o *Itinerário de Antonino* indica apenas a partir de um ponto situado a 38 milhas de *Aritium Praetorium*. No que concerne a vias secundárias que tinham *Scallabis* como ponto de partida, duas dirigiam-se para *Collipo*, enquanto outra corria entre *Scallabis* e os limites do território de *Eburobritium* (Óbidos). Para sul, a partir de Santarém seguia a estrada para o sítio de Coruche e daí para *Ebora*, continuando depois pela margem direita do Sorraia em direcção à zona de Montargil, encontrando a via que se dirigia para Mérida (Mantas, 2002, p. 110).

Os acessos a Santarém, nomeadamente à área da Alcáçova, efectuavam-se através de ramais. *Scallabis* contava com um núcleo junto ao rio, por onde passava a estrada que vinha de *Olisipo*, partindo dela um ramal que seguia depois para a zona de Alcáçova (Mantas, 2002).

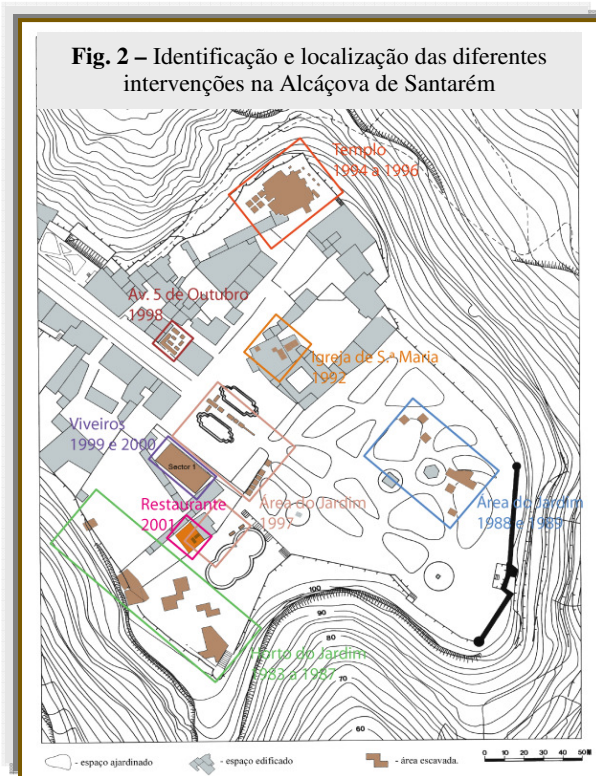


Assim, e devido à sua privilegiada localização geográfica, bem como à intensa rede viária que passava nas suas imediações, *Scallabis* recebia, por via marítima, um vasto repertório de importações manufacturadas e alimentares, parte do qual seria, posteriormente, redistribuído pelos núcleos urbanos secundários, mais interiores, e pelas *villae*. Convém ainda salientar que o abastecimento de *Scallabis* se tornava mais rentável justamente por ser concretizado através do Tejo. E esta é, talvez, a explicação mais plausível para a escassez de produtos de Mérida, quando comparados com as importações Béticas e Itálicas, o que foi já comprovado pelo estudo da *terra sigillata* (Viegas, 2003), e das cerâmicas de paredes finas (Arruda e Sousa, 2003), conjuntos onde as produções *emeritenses* são em número reduzido. O transporte destas últimas até *Scallabis*, pelo principal traçado de comunicação entre estas duas cidades, seria demasiado dispendioso para compensar algum rendimento. De facto, e tal como foi já referido, as importações por via marítima eram consideravelmente mais fáceis e rentáveis, permitindo, depois, uma redistribuição pelos aglomerados mais próximos. Esse facto não está, contudo, suficientemente documentado, uma vez que as intervenções arqueológicas no entorno de *Scallabis* permanecem, maioritariamente, inéditas.

A primeira intervenção arqueológica efectuada na Alcáçova de Santarém data de 1979, e foi realizada por uma associação local de defesa do património histórico-cultural (Arruda, 2000). Desde então, os trabalhos foram-se sucedendo sistematicamente (fig. 2), dando a conhecer parte da história local, da qual, temos, actualmente, um vasto repertório de informação, bens móveis e imóveis, que permitem olhar para a cidade de Santarém e ver mais do que a actual malha urbana.

As escavações arqueológicas na Alcáçova de Santarém incidiram, principalmente, sobre a área ocupada pelo jardim das Portas do Sol, mas também decorreram no Largo da Alcáçova, no interior da Igreja de Santa Maria, na Avenida 5 de Outubro.

Foi, no entanto, em 1983 que se iniciaram os primeiros trabalhos sistemáticos, dirigidos pela Doutora Ana Margarida Arruda, que tinham como objectivo mais do que a simples protecção ou defesa do património.





Efectivamente, tais trabalhos perseveraram até 1989 tendo permitido a detecção de estratos conservados desde a Idade do Ferro até à época islâmica e, inclusivamente, ocupações posteriores, as quais afectaram de forma irreversível os estratos das ocupações mais antigas.

Em 1992, a Dr.<sup>a</sup> Catarina Viegas efectua uma intervenção arqueológica na continuidade das obras que decorriam na Igreja de Santa Maria da Alcáçova. Os objectivos da intervenção visavam a verificação da potência estratigráfica no local e constatação de níveis arqueológicos preservados.

Os trabalhos arqueológicos decorridos no Largo da Alcáçova 3-5 (1994 a 1996) tiveram, inicialmente, um carácter somente preventivo. Após se ter documentado uma estrutura identificada como um *podium* de um templo, rapidamente se alterou o objectivo da intervenção, tendo-se posto a descoberto as fachadas Sul, Oeste, Norte e Este do *podium* (Arruda, 2000, p. 6-III, Arruda e Viegas 2002b). Não poderíamos deixar de referir que a referida intervenção permitiu detectar importantes depósitos sedimentares de época romana republicana e imperial.

As escavações no largo da Alcáçova, em 1997, tiveram um carácter preventivo, destinando-se à abertura de uma vala de instalação de canalizações de saneamento. Relativamente às escavações efectuadas na Avenida 5 de Outubro, realizadas no ano seguinte (1998), estas tiveram como objectivo a escavação da área na qual iria ser implantada a cave de um edifício destinado para o local, tendo-se procedido à abertura de uma área total de 214m<sup>2</sup>. Apesar de este trabalho se ter adequado aos ritmos e condicionantes da intervenção construtiva, foi possível detectar contextos fiáveis conservados de uma densa ocupação Romana Republicana com abundante espólio arqueológico associado (Arruda *et al.*, 1999, p. 4-5; Bargão 2006, p. 14).

A área mais amplamente intervencionada, não só com o objectivo preventivo, mas também com um objectivo científico, foi a que estava então ocupada pelos viveiros do jardim, e abrangeu uma superfície de cerca de 350m<sup>2</sup> (Arruda, 2000, p. 6-71). Foi nesta intervenção que a Alcáçova de Santarém vê a sua primeira escavação efectuada com uma nova metodologia, em “*open area*”, permitindo uma noção mais clarividente da contemporaneidade das estruturas e estratos, como uma visão alargada do plano urbanístico. Infelizmente, como acontece frequentemente neste sítio, as ocupações subsequentes afectaram fortemente a preservação dos estratos romanos e da Idade do Ferro.

Finalmente, no ano de 2001 interveio-se numa zona anexa ao restaurante do Jardim das Portas do Sol, área para a qual estava prevista a construção de uma cozinha. A novidade desta escavação foi a identificação de estratos correspondentes a uma ocupação humana do Bronze Final (Arruda e Viegas, 2001), engrossando a longa diacronia ocupacional da Alcáçova de Santarém.



## 2.2 – *Scallabis Praesidium Iulium* no seu tempo

Conhecemos hoje um vasto manancial de informação sobre o sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém que permite ter um conhecimento alargado de *Scallabis* durante a época romana. De facto, a associação da Alcáçova de Santarém a *Scallabis*, referida por autores clássicos como Plínio (IV, 117), Ptolomeu (2,5 e 6), assim como no Itinerário de Antonino, é hoje aceite sem qualquer tipo de relutância.

Colocando um pouco de parte a discussão cronológica (Alarcão, 1988, p. 26; Arruda, 1993, p. 208; Bargão, 2006, p. 16/17) da instalação do *praesidium* e tendo mais em conta a sua fixação, é a actual área correspondente à Alcáçova que mais se enquadra nesse âmbito. Os dados arqueológicos que parecem comprovar tal realidade, patentes na quantidade/qualidade das construções muitas vezes associados a materiais (Almeida, 2006, p. 8), e que se enquadram cronologicamente num período coevo, são demasiadamente abundantes para que não os possamos ter em conta.

Com efeito, e tendo em consideração a informação actualmente disponível, *Scallabis* parece ter estado em todo o seu esplendor durante o período republicano. Os dados são abundantes quer no que respeita a espaço edificado, quer na presença de materiais arqueológicos enquadráveis neste período.

Certamente que o processo de romanização decorreu em diferentes ritmos e fases (Bargão, 2006, p. 15), para o qual *Scallabis* terá contribuído de forma relevante. É consensual que, e a julgar pelos elementos dos vários sítios arqueológicos ao longo do território actualmente português, o processo de conquista decorreu tendencialmente do Sul para o Norte e do litoral para o interior (Alarcão, 1988b). Assim sendo, e durante o período em questão, este local terá constituído um ponto-chave de ligação entre o litoral, através do Tejo, e o interior.

Consideramos que mais do que um tradicional acampamento militar romano, com um domínio visual considerável do vale do Tejo, este local terá funcionado enquanto entreposto de trocas de bens manufacturados para o interior e matéria-prima para o litoral, principalmente após a campanha de *Decimus Junius Brutus*, realizada em 138 a.C. Não obstante, certamente que serviu também enquanto ponto de apoio a incursões efectuadas mais a Norte, quiçá enquanto reconhecimento de território. É esta posição que atribui a *Scallabis* uma grande importância, a qual se mantém, particularmente, durante o período alto-imperial.

No que respeita ao cunho político-administrativo de *Scallabis*, mais uma vez não há actualmente qualquer tipo de dúvida persistente, sabendo-se que foi uma das cinco colónias da província da Lusitânia, de origem claramente militar (Viegas, 2003, p. 18), assim como sede de um dos três *conventus* jurídicos (Guerra, 1995, p. 35; Almeida, 2006, p. 8).





Ainda assim, e apesar de algumas problemáticas envolverem a discussão anteriormente referida (Alarcão, 1988; Mantas, 1993 e 1994; Ribeiro, 1994; Viegas, 2003; Almeida, 2006; Bargão, 2006), é consensual que a posição geográfica, claramente estratégica, que *Scallabis* possuía lhe auferiu, automaticamente, uma posição político-económica, também ela estratégica. Atrevemo-nos a afirmar, “não tivesse *Scallabis* uma origem militar”, pois os locais ocupados pelos militares romanos denotam sempre uma selecção estratégica do local, com boa visibilidade e defensibilidade.

Efectivamente, tal posição atribuiu a *Scallabis* um prestígio acrescido que se espelha arqueograficamente nos dados recolhidos e obtidos ao longo de pouco mais de vinte anos de trabalhos de campo. A grande quantidade de cerâmicas recolhidas e os vários estudos efectuados sobre as mesmas (Diogo, 1984; Antunes, 2000; Arruda e Almeida, 1998, 1999; Arruda e Viegas, 2002a; Arruda e Sousa, 2003; Arruda, Viegas e Bargão, 2005; Arruda, 2000; Viegas, 2003; Almeida, 2006; Bargão, 2006) permitiram obter um vasto conjunto de ilações pertinentes, das quais é nosso objectivo sublinhar a grande percentagem de cerâmicas importadas de boa qualidade, quer de consumo ou transporte, desde a chegada dos primeiros contingentes militares até finais do século I d.C. e inícios da centúria seguinte.

Com isto constatamos uma elevada capacidade aquisitiva de bens e produtos que terá permitido a este núcleo urbano manter um ritmo evolutivo considerável, pelo menos até à data anteriormente referida.

Com efeito, também os dados arquitecturais apontam uma grande vivacidade, ainda que notemos que as primeiras estruturas pertencentes ao período romano sejam um pouco mais tardias que os materiais mais antigos do período romano republicano. O espaço edificado, a partir do século I a.C., demonstra uma grande profusão de edifícios particulares, de considerável empenho construtivo, aparentemente erguidos respeitando uma disposição de elementos viários (Almeida, 2006, p. 11).

Desta forma, poderemos supor que, durante este período, *Scallabis* manifestaria um índice populacional considerável, realidade esta que terá mudado substancialmente após inícios do século II d.C., como comprova o decréscimo das percentagens de cerâmicas importadas, sendo exemplo o caso da *terra sigillata* (Viegas, 2003) e das paredes finas (Arruda e Sousa, 2003), ainda que no último caso se trate de um tipo cerâmico tendencialmente suprido pela introdução dos vidros. Não obstante, mesmo a presença deste tipo de material seria de supor que fosse superior à real (Antunes, 2000). Mais uma vez também a arquitectura comprova tal facto através da inferioridade qualitativa das remodelações nas estruturas e abandono ou inactividade de alguns compartimentos ou mesmo edifícios (Almeida, 2006, p. 11-12).



No que respeita a edifícios públicos, deparamo-nos com a presença de um templo na própria Alcáçova, perto de uma das possíveis vias de acesso ao núcleo urbano, constituindo, assim, um ponto de passagem obrigatório. Este edifício apresenta uma planta quadrangular, tratando-se por isso de um Capitólio de cronologia imprecisa entre 48 e 27/25 a.C. (Arruda e Viegas, 1999; 2002b). Também nos trabalhos decorridos no âmbito das obras de remodelação da Igreja de Santa Maria da Alcáçova se detectaram estruturas robustas, pertencentes a um edifício de cariz público, ainda que de função indeterminada, bem como a presença de capitéis romanos, datados do século II e III d.C., reaproveitados para material de construção (Fernandes, 1997).

Finalmente, poderemos considerar ainda de carácter público a presença de quatro cisternas, de planta quadrangular que comunicavam entre si, localizadas na vertente Sul do planalto da alcáçova, bem como uma série de outras estruturas que funcionariam em conjunto com as cisternas (Viegas, 2003, p. 21).

Com efeito, os dados apontam para uma realidade próxima da descrita durante a época romana em *Scallabis*. Contudo, não poderíamos deixar de referir que a realidade arquitectónica contrastante entre o período republicano e imperial resulta também da contínua ocupação da alcáçova até, praticamente, aos nossos dias. De facto, a preservação das estruturas do período imperial encontra-se bastante afectada pelas ocupações humanas posteriores, dificultando uma interpretação mais precisa e obrigando a uma análise mais detalhada e cuidada dos materiais. Apesar disso, e até ao momento, tais estudos têm vindo a confirmar que *Scallabis* detém o seu auge de crescimento e desenvolvimento entre o início do século I a.C. e os finais do século I/inícios do II d.C.

Efectivamente, os registos arqueológicos obtidos na Alcáçova de Santarém comprovam que a partir de início do século II d.C. este núcleo urbano perdeu progressivamente a sua importância político-económica em detrimento da cidade de *Olisipo*, que começava a ganhar uma acrescida importância enquanto principal centro marítimo da Lusitânia (Almeida, 2006; Arruda e Viegas 1999; Pimenta 2004), não descurando, no entanto, que *Scallabis* tivesse perdido as suas funções enquanto centro administrativo regional (Ribeiro, 1994, p. 60).

A partir do século II d.C. parece evidente um decréscimo no registo presencial de materiais arqueológicos e, principalmente, do ponto de vista arquitectural, realidade que se parece manter até ao século V d.C. Não obstante, *Scallabis* continua a receber produtos tardios importados, ainda que em menor escala comparativamente com as centúrias anteriores, com origem no Norte de África e da própria Península Ibérica (Viegas, 2003, p. 22).



### 3 – As lucernas romanas

#### 3.1 – Problemáticas de estudo

O estudo de lucernas de época romana não resulta fácil, uma vez que é grande a diversidade formal, sendo igualmente numerosas as tipologias disponíveis, que foram sendo elaboradas ao longo do século XX. Contudo, o pioneiro a elaborar a primeira tipologia foi precisamente Dressel, ainda na última década do século XIX.

A primeira das dificuldades é justamente a escolha da tipologia a utilizar, uma vez que após a primeira sistematização de formas, feita, como já se disse, por Dressel, em 1899, têm sido publicadas inúmeras tipologias que seguem diferentes critérios de elaboração. umas centram-se unicamente nos aspectos morfológicos, outras têm em consideração a cronologia, e outras ainda tentam conjugar os dois critérios. Existem ainda tipologias que se baseiam em critérios tecnológicos ou decorativos.

Por outro lado, parece importante referir, ainda, o facto de as tipologias terem sido elaboradas com base em peças de colecções privadas ou de museus, as quais apresentam a desvantagem de advir dos mais diversos locais, estando assim desprovidas de qualquer contexto arqueológico ou cronológico (Caetano, 2001, p. 36). Não obstante, não é de todo em vão que as lucernas romanas ganharam a denominação, tal como a *Terra Sigillata*, de “fosseis directores”. De facto, quando se trata de peças completas, estas permitem obter informações mais detalhadas, quer a nível cronológico, quer morfológico.

Apesar do vasto manancial de tipologias, os investigadores têm-se deparado frequentemente com peças que não se enquadram em nenhuma delas, obrigando à criação de variantes das formas tradicionais. Na Península Ibérica, temos, entre outras, as lucernas de bico redondo de Braga, variantes da Dressel 20, as variantes alto-imperiais da Dressel 3, produzidas em Andújar, o tipo bem conhecido de Riotinto-Aljustrel.

Das tipologias elaboradas com base em colecções ou museus, destacamos os estudos de Besnier e Blanchet (1900), que ao estudarem a Colecção Forges, tomam como critérios a presença ou ausência de asa, complexificando, em nosso entender, o factor cronológico. Também Fink, no mesmo ano, adopta como critério a forma do bico, esquecendo a distinção entre os tipos de bico redondo dos séculos II e III. Sobre as lucernas do British Museum, Walters elaborou um vasto estudo, dando preferência ao bico, distinguindo quatro formas e, multiplicando excessivamente cada uma delas (Walters, 1914).

Na Península Ibérica, o primeiro trabalho deste tipo foi concluído por Alvarez Ossorio (1942), que através das lucernas do Museu Arqueológico Nacional de Madrid, estabelece quatro



tipos, consoante a sua origem e técnicas de produção, subdivididas em variados grupos. Bailey criou um vasto catálogo, também das lucernas do British Museum, publicado em quatro volumes, baseando-se na forma e evolução do bico. No volume II (1980), Bailey dedica-se às produções itálicas, tendo-se dedicado, no terceiro volume (1988), às peças de produção provincial.

Das tipologias elaboradas sobre uma determinada área geográfica, destacamos os trabalhos de Ponsich (1961) sobre os materiais da *Mauritânia Tingitana*, de Amare Tafalla, que publicou, mais tarde, estudos sobre lucernas da região de La Rioja (1987a) e de Aragão (1988). Também Deneauve (1969) e Amante Sánchez, mais recentemente (1993), publicaram trabalhos deste tipo, o primeiro sobre as lucernas de Cartago, enquanto o segundo se debruçou sobre as peças da região de Múrcia.

Finalmente, e de forma sucinta, as tipologias elaboradas com base em sítios arqueológicos ou escavações foram iniciadas com Dressel (1899), que fez uma primeira sistematização das peças provenientes das suas escavações em Roma, sendo posteriormente publicada na secção *Instrumentum Domesticum do CIL XV*. Segue-se-lhe Loeschcke (1919), que fez um estudo sobre as lucernas de *Vindonissa*, com uma classificação baseada na morfologia, não esquecendo, no entanto, a estratigrafia.

Mais tarde, Broneer (1930) efectuou o estudo das lucernas de Corinto, seguindo, em certa medida, os critérios de Loeschcke, incorporando as produções características do mundo grego e distinguindo as formas do Mediterrâneo Oriental das importações do Ocidente (Caetano, 2001, p. 43). A Broneer vários investigadores se lhe seguiram, não parecendo, contudo, relevante expor, exaustivamente, aqui, a totalidade dos estudos tipológicos.

Para além do vasto leque de tipologias, algo excessivo, com que é forçoso lidar, é necessário ter ainda em consideração a prática, bastante comum, da cópia de lucernas, facto que se deveu à facilidade de reprodução, o que permitia um acesso mais generalizado a estes artefactos. De facto, qualquer pequena olaria familiar (Caetano, 2001, p. 22), ou oleiros de centros produtores de maiores dimensões, podia, facilmente, através do processo de sobremoldagem, reproduzir uma lucerna adquirida num determinado centro produtor.

Assim sendo, as cópias de lucernas vão alterar, em muito, o mapa de dispersão de produção dos distintos oleiros individualizados até ao momento, quando as pastas e certos outros aspectos das peças não são analisados devidamente. Se nos depararmos com uma mancha mais acentuada de pontos numa determinada área geográfica de uma “assinatura” de um oleiro, poderemos pensar tratar-se do âmbito de produção desse mesmo oleiro, o que nem sempre poderá corresponder à verdade. Veja-se o caso de *Caius Oppius Restitutus*, que apresentava uma



dispersão bastante alargada no norte de África, mas que, ainda assim, os investigadores estão em consenso com a sua produção na Península Itálica (Caetano, 2001, p. 23).

De facto, o comércio de cópias deste tipo de materiais é algo que de momento se encontra perfeitamente atestado, comprovando, de igual forma, que este não se efectivava apenas a uma escala local, como é costume pensar-se, quando se trata de réplicas. Se as cópias de lucernas de *Emérita Augusta* chegaram a *Scallabis*, devemos-nos questionar acerca do comércio local desta prática. Pensamos que o comércio de cópias foi algo que se generalizou no início do império, alcançando uma larga escala com as “ditas” lucernas de disco.

Não obstante, é possível fazer uma devida distinção entre peças originais e cópias, desde logo pelas dimensões entre as peças que tratamos e os paralelos. De facto, as peças sobremoldadas são, regra geral, de dimensões reduzidas, comparativamente com os originais, devido ao processo de secagem (Caetano, 2001, p. 24). Por outro lado, as cópias são de má qualidade, demonstrando bastantes imperfeições nos acabamentos, e, por vezes ainda, não se verifica um ajustamento adequado entre as duas partes da lucerna, dando um aspecto irregular à peça.

Quanto à decoração, também se verifica uma clara diminuição da qualidade, encontrando-se os relevos bastante empastados, menos nítidos e grosseiros, chegando mesmo, em casos extremos, a tornar-se ilegíveis.

Finalmente, os engobes apresentam-se também bastante esbatidos qualitativamente, aparentando-se, na maioria dos casos, mais a aguadas do que propriamente a engobes. Exemplo deste caso são as cópias originárias da área de Mérida, presentes na Alcáçova de Santarém, que apresentam uma espécie de aguada, pouco espessa e alaranjada aplicada sobre as típicas pastas esbranquiçadas.

As cerâmicas de iluminação conheceram diferentes áreas de proveniência, após os protótipos genuinamente romanos, proveniência que é de difícil identificação, ainda que, neste trabalho, se tente efectuar um ensaio de reconhecimento. Somente um estudo alargado e elaborado das pastas dos diferentes sítios arqueológicos poderiam dissipar tal problemática, suportado pela composição de uma base de dados internacional (Morillo Cerdán, 1999, p. 278), ainda que, mais recentemente, se tenham verificado alguns trabalhos que tentam solucionar esta lacuna (Pavolini, 1992; Ceci e Schneider, 1994).

Não obstante, tal estudo não se demonstraria devidamente eficaz, pois para tal teríamos que ter conhecimento dos diferentes centros produtores deste tipo de materiais e deles obter o mesmo tipo de análises.



O conhecimento actual dos centros produtores encontra-se ainda em fase embrionária, pois da mesma forma que as lucernas constituíam uma carga parasitária nas embarcações marítimas a fim de serem comercializadas, também no seu fabrico, as lucernas, bem como outro tipo de materiais, constituiriam, por vezes, um tipo de material que era produzido de forma marginal. Ainda assim, não poderíamos deixar de referir que esta produção parasitária tem-se associado mais a pequenas produções de qualidade inferior, pois os exemplares de melhor qualidade parecem evidenciar produções mais especializadas, como seria o caso do centro produtor de Herrera de Pisuerga (Morillo Cerdán, 1992).

De facto, esta seria uma realidade bastante frequente durante a época romana: produções marginais e/ou pequenas oficinas familiares abastecedoras de um pequeno comércio não muito alargado, como é o caso do centro produtor de Fos (Rivet, 2003). Não obstante, temos de igual modo conhecimento de centros produtores que parecem ultrapassar o mero comércio de âmbito local/regional, como é o caso da marca COPPIRES.

### **3.2 – Origem e produção/fabrico**

Atribuir uma cronologia ou uma origem geográfica a este tipo de material, destinado à iluminação, é uma questão que se revela problemática. O estado actual do conhecimento permite apenas saber, no entanto, que se encontra presente em variadas formas e em várias civilizações (Amare Tafalla, 1987, p. 16).

Aquilo em que os autores sempre pareceram estar de acordo foi no facto de que as lucernas romanas derivavam dos protótipos helenísticos. As evidências desta situação são abundantes, e têm sido explicadas através das relações comerciais entre o Lácio e as cidades helénicas da Campânia (Broneer, 1930). De facto, até Augusto, Roma importou um variado número de produtos gregos, que, quando a Península Itálica passa a ser o principal centro produtor e exportador no Mediterrâneo, acabariam por deixar também a sua marca e influência. As primeiras produções de lucernas em Roma limitar-se-iam, por esta razão, a imitar os modelos helénicos, bem conhecidos pelos estudos da investigadora Marina Ricci (1973).

Desta forma, é a lucerna romana que acabaria por se impor, substituindo os modelos anteriores, por se denotar naquelas claras vantagens práticas, funcionais e estéticas. Não resulta, contudo, fácil a distinção entre algumas lucernas helenísticas e as primeiras produções romanas, dada a variedade formal, que, aliás, já existia nos modelos de tradição helénica e em certas características comuns aos dois modelos. É, por exemplo, o caso do reflector decorativo na parte superior da asa, que parece ter assomado inicialmente nas “lâmpadas” de bronze de tipo helénico

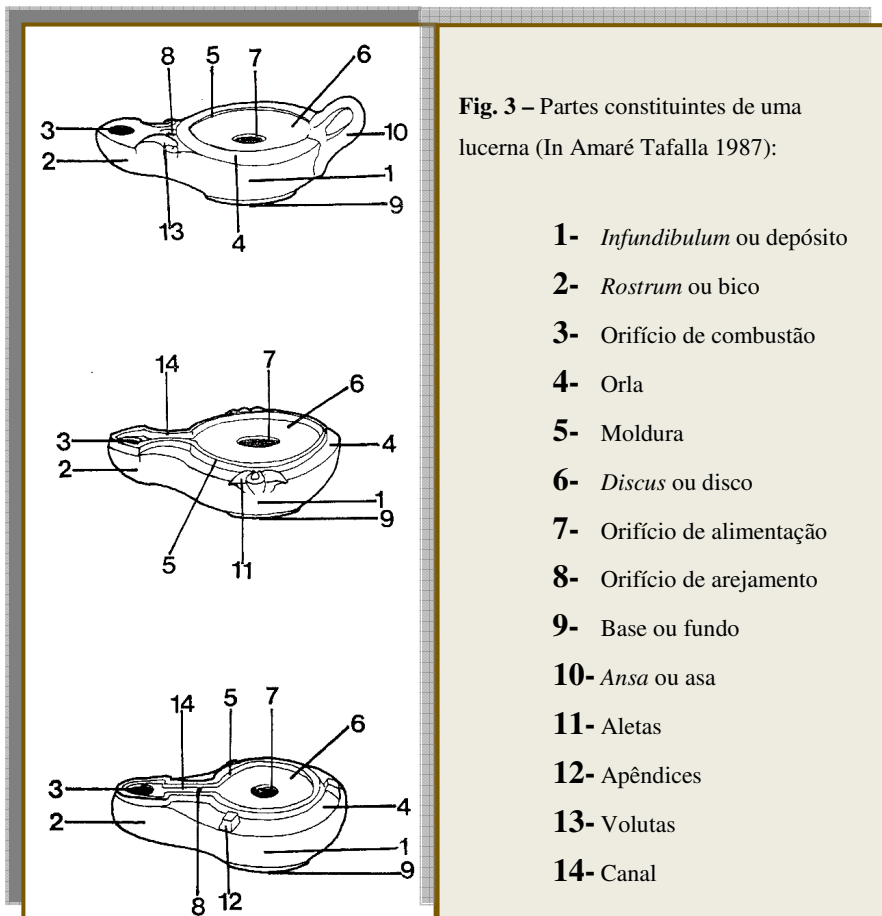


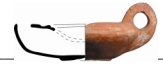
(Broneer, 1930; Almeida, 1952, p. 37). O mesmo terá acontecido com as saliências laterais (aletas), ainda presentes em lucernas romanas de tipo Ricci e nas formas iniciais tardo-republicanas de tipo Dressel. Também os típicos bicos triangulares e redondos denunciam tais influências. O primeiro terá aparecido em formas helenísticas, ainda, durante época de Augusto.

No que concerne aos pequenos orifícios funcionais, presentes, pontualmente, na orla (entre o disco e o bico), evidenciam igualmente influências helenísticas. Já a sua utilidade provocou grande discussão entre os especialistas. Alguns autores supuseram que estes mais não seriam do que um qualquer resultado esporádico decorrente do processo de fabrico, posição que se tornou insustentável dada a presença dos mesmos orifícios em “lâmpadas” de bronze de tipo helénico (Almeida, 1952, p 38). Outros, ainda, alvitram que o referido orifício se destinaria a puxar a mecha com a ajuda de uma pequena agulha, avivando ou regulando a chama da lucerna.

De facto, esta inovação parece ter aparecido quando o orifício de combustão e alimentação sofreu uma redução considerável, não permitindo um fácil manejo da mecha.

Porém, a mesma conjectura fundamenta uma outra proposta. Se o orifício de alimentação se encontrasse tapado pelo óleo, a combustão não se efectuava de forma eficaz, havendo necessidade de abrir um orifício na parte mais alta da peça para que assim se pudesse dar a passagem do ar necessário para uma combustão eficaz (Amare Tafalla, 1987, p. 31). É inegável que, regra geral, este orifício se encontra na parte mais alta, especialmente em lucernas de disco côncavo, pelo que esta proposta fará todo o sentido. No entanto, não deveremos excluir de todo a possibilidade de que o mesmo orifício pudesse conjugar estas duas funcionalidades: por





um lado permitia o arejamento da combustão aquando a obstrução do orifício de alimentação, e, por outro, permitia um fácil manejar da mecha com o auxílio de um pequeno instrumento.

Outra característica das lucernas romanas que deixa transparecer estreitas relações com os protótipos helénicos são as volutas. Estas aparecem em modelos finais helénicos (Broneer, 1930; Almeida, 1952, p. 40), reaparecendo novamente nas primeiras cerâmicas de iluminação imperiais.

Mas uma das marcantes diferenças a destacar entre as “lâmpadas” de tipo helénico e as lucernas romanas centra-se em torno do disco. As peças de iluminação helenísticas evidenciam um disco pequeno e liso, em que a decoração se limita unicamente à orla, com padrões convencionais ou simples elementos florais (Broneer, 1930; Almeida, 1952, p. 42). Já nas lucernas romanas, o disco é, maioritariamente, côncavo contendo o elemento decorativo principal em relevo. Nas últimas, a orla mais não parece ser do que uma simples moldura que pretende valorizar a decoração central.

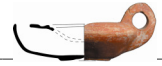
Tratando agora o tema de produção deste tipo de peças, a técnica utilizada pelos oleiros não parece ter sofrido grandes inovações, mantendo-se constante durante um longo período de tempo (Deneauve, 1969, p. 79). Variados são os tipos de matérias-primas utilizadas para a realização de tal labor. Contudo, iremos cingir-nos ao fabrico de lucernas que têm por base a utilização de cerâmica. Temos conhecimento de dois métodos essenciais de laboração e fabrico de lucernas: moldadas manualmente ou prensadas, de igual forma à mão, em moldes previamente tratados, também eles em argila ou gesso.

Relativamente ao primeiro método, parece estar, até ao momento, escassamente documentado (Amare Tafalla, 1987, p. 22). No que respeita ao fabrico de lucernas através desta técnica, cabe salientar que se trata de um método extremamente simples a nível técnico, consistindo no manuseamento da pasta cerâmica até que esta ganhe a forma pretendida.

O segundo método parece ter-se iniciado no primeiro quartel do século III a.C., generalizando-se no século seguinte e atingindo o seu auge em plena época imperial (Amare Tafalla, 1987, p. 22). Contudo, é durante o período augustano que a qualidade e acabamento deste tipo de materiais atingem o seu ponto mais elevado.

Não obstante, a partir do século I d.C., as oficinas locais que imitavam os produtos itálicos parecem ter-se generalizado um pouco pelo restante Império, quebrando-se desta forma a exclusividade da produção itálica. Aceitando anteriores propostas devidamente fundamentadas, é evidente a clara separação da produção de lucernas em molde em várias fases (Amare Tafalla, 1987, p. 23).





A fase inicial é constituída pela elaboração de um protótipo maciço análogo ao produto final, o qual apresenta todos os detalhes, incluindo a asa, necessários à designada produção. A decoração poderá, ou não, estar presente no referido protótipo, a qual estando presente na alusiva peça, se esbaterá até que o produto final esteja concluído.

A segunda fase caracteriza-se pela produção de um ou mais moldes bivalves sobre o protótipo inicial. Estes, depois de previamente preparados, seriam lubrificadas com algum tipo de líquido oleoso, que iria, posteriormente, facilitar a extracção do produto final aí moldado.

Por último, dá-se a formação do produto final propriamente dito. A lucerna é obtida através de argila, que é pressionada manualmente nos respectivos moldes, denotando-se, por vezes, claras digitações do oleiro nas paredes internas destes materiais, sendo depois unidos os dois moldes constituintes da lucerna, utilizando-se, na junção, argila líquida, denominada de “barbotina”, a qual é utilizada também na aplicação da asa. Após este complexo processo o produto é deixado a secar naturalmente, favorecendo a extracção dos moldes, e permitindo ao oleiro realizar outras operações, que só são possíveis enquanto a argila estiver moldável e aperfeiçoar a sua decoração. Com isto, seguir-se-ia a formação da asa e conseqüente união da mesma à lucerna, quando esta não estivesse presente no molde, perfuração dos orifícios de alimentação, combustão, arejamento, e, finalmente, a aplicação da marca. Esta poderia ser anteriormente aplicada no molde, ficando em relevo, ou directamente na peça, ficando em baixo relevo (Walters, 1914, pxvii).

Uma outra fase é característica da aplicação do engobe, que dá à peça cor e impermeabilidade. É o referido engobe que irá atribuir à lucerna diferentes tons e, por vezes, brilhos metálicos. Finalmente, a cozedura é a conclusão do produto final, sendo efectuada em fornos que não parecem seguir uma padronização.



## 4 – Lucernas romanas na Alcáçova de Santarém

### 4.1 – Metodologia

#### 4.1.1 – Composição, metodologia e questões prévias

Os materiais em estudo neste trabalho são provenientes de 12 das 18 campanhas de trabalhos arqueológicos realizados na Alcáçova de Santarém, constituindo a totalidade de fragmentos de lucernas deste sítio arqueológico. Além destas intervenções, foi também efectuado um trabalho, no ano de 1979, promovido pela Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém, encontrando-se os materiais já devidamente publicados (Diogo, 1984).

O presente trabalho tem como objectivo a apresentação total dos fragmentos de lucernas, ainda que a classificação e/ou representação gráfica se tenha demonstrado impraticável para grande parte do conjunto, devido ao elevado estado fragmentário em que as peças se encontram.

A totalidade do conjunto conta com 393 fragmentos, correspondentes a 60 fundos, 142 orlas, 79 fragmentos de disco, 38 asas, 48 fragmentos de bico e seis aletas. Convém referir, neste âmbito, que muitos dos fragmentos que se encontram na contabilização de fragmentos de orlas, por exemplo, constam também na contabilização dos fragmentos de disco. Certamente que ao se quebrarem, e dado a fragilidade deste tipo de materiais, não se separariam pelas suas partes constituintes. Desta forma, é frequente existirem fragmentos que apresentam, simultaneamente, parte da orla e parte do disco.

Não poderíamos ainda deixar de fazer referência à totalidade de exemplares decorados, 71 fragmentos, apresentado 16 marca e/ou inscrição.

A exposição dos materiais em análise encontra-se organizada por tipo de lucernas. Lembramos que a elevada fragmentação do conjunto impossibilitou a classificação de grande parte dos fragmentos, não permitindo outros, classificação segura. Assim, pareceu pertinente expor este conjunto artefactual por tipos (lucernas de tradição helénica, tardo-republicanas, de volutas, de disco, paleocristãs), o que permite um manuseamento mais fácil dos dados quantitativos.

Os materiais que permitiram representação gráfica foram desenhados à escala de 1/1 e tintados à mesma escala, tendo sido agrupados em estampas de acordo com o tipo e a forma. Na maioria dos casos, a representação gráfica dos fragmentos obrigou também a uma projecção, que surge em desenho ou fotografia. Para uma melhor ilustração do conjunto em estudo, é apresentada a fotografia da totalidade das peças do catálogo, bem como a sua descrição esquemática, sempre que a dimensão dos fragmentos o permitiu.



A totalidade da amostra encontrava-se inédita, embora, nos relatórios de intervenções arqueológicas das várias campanhas da Alcáçova de Santarém, se tenha feito referência a alguns exemplares. Três das peças, contudo, estão já divulgadas (Arruda e Viegas, 2002b; AAVV 2002).

O estudo e a análise deste conjunto cerâmico parecem de grande importância, a qual se reflecte em vários aspectos. Certamente que o facto de este se encontrar ainda inédito terá algum peso na importância da sua divulgação. Por outro lado, os dados que as lucernas fornecem poderão trazer informação relevante sobre a dinâmica da ocupação romana de *Scallabis*, ou mesmo confirmar e fortalecer hipóteses já anteriormente formuladas.

O vasto manancial de trabalhos e estudos efectuados sobre este sítio arqueológico permite actualmente compreender o seu enquadramento económico-administrativo, e até social, no período em questão. Assim, mais do que proporcionar novos dados tipológicos, cremos que o conjunto de lucernas da antiga colónia virá a fortalecer as ilações já apontadas por outros autores.

O estudo que aqui se apresenta passou por diversas fases de tratamento, nomeadamente a análise das pastas, o desenho e a tinteagem, a classificação dos fragmentos representados (ainda que alguns que não permitiram representação, tenham possibilitado, no entanto, a sua classificação) e a quantificação. O estudo e descrição das pastas foi efectuado macroscopicamente, recorrendo-se à utilização de uma lupa de 15 aumentos, para identificação e caracterização dos elementos não plásticos, tendo incidido sobre a totalidade do conjunto. A descrição dos grupos de fabrico foi feita com base no seguinte conjunto de critérios descritores: tipo de argila; natureza; forma e frequência de elementos não plásticos; textura; dureza; cor; engobe/verniz e sua tonalidade e cozedura.

Deste modo, a análise macroscópica dos elementos petrográficos foi efectuada tendo em consideração as características da pasta e engobe de cada exemplar, tendo sido criados grupos e subgrupos, sempre que existissem elementos diferenciadores que tal o permitissem. Os critérios seguidos nas suas descrições foram os propostos por Stienstra (1986). Na referência das tonalidades dos mesmos utilizámos o código de Munsell, *Soil Color Charts* (1998).

No que diz respeito à classificação dos materiais, não resulta fácil eleger a melhor tipologia a utilizar. Como foi já referido em capítulo anterior (2.1), o vasto manancial de tipologias de lucernas dificulta a sua caracterização morfológica, aliada ao facto de estas tomarem diferentes critérios de individualização. Não obstante, e ainda que corresponda à primeira obra a ser elaborada sobre este tipo específico de materiais, cremos que a tipologia de Dressel (1899) continua a ser um trabalho incontornável, ainda que com as condicionantes que



impõe, na análise deste tipo de materiais. Por outro lado, o conjunto lucernário aqui apresentado não demonstra uma variedade formal demasiadamente vasta, podendo ser, genericamente, incluível nesta tipologia. Também não poderíamos deixar de nos apoiar na tipologia de Loeshcheke (1919), uma vez que baseia a sua ordenação com base na estratigrafia de *Vindonissa*, classificando as suas peças segundo a sua forma geral.

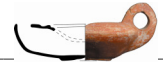
Assim, suportamo-nos na tipologia de Ricci (1973) para os exemplares de tradição helénica, autora que mantém também os tipos tardo-republicanos de Dressel, dando-lhes um novo alento cronológico baseado em escavações entretanto realizadas e na tipologia de Dressel (1899), posteriormente revista por Lamboglia (Lamboglia e Beltrán, 1952), para as lucernas tardo-republicanas e imperiais. Parece relevante ainda referir, neste contexto, que efectuámos também equivalências entre as várias tipologias existentes, quer para as formas identificadas na Alcáçova de Santarém, quer na generalidade das formas existentes deste tipo de material (*Videm Anexo II*).

No entanto, e sempre que necessário, recorreremos às restantes tipologias para melhor classificar exemplares que ultrapassem as características morfológicas das formas da tipologia deste último autor. Tendo constituído uma das maiores dificuldades deste estudo, sentimos por vezes necessidade de recorrer a outros trabalhos que possibilitassem a classificação de fragmentos de reduzidas dimensões. Certo é que, das tipologias elaboradas, nem todas seguem um critério morfológico generalista da peça, reportando-se, na maioria das vezes, às características do bico ou outra parte constituinte da lucerna.

Uma outra problemática que se colocou na selecção das tipologias a utilizar relaciona-se com a legitimidade geográfica e/ou cronológica. Questionamo-nos até que ponto se pode extrapolar, para um estudo deste tipo de materiais no extremo ocidente peninsular, cronologias de uma tipologia elaborada com base nos exemplares, como é o caso, de Corinto (Broneer, 1930), sem que nos deparemos com grandes discordâncias cronológicas.

Reconhecemos que, frequentemente, nos deparámos com peças, de morfologia específica, características de uma região que não encontram paralelos nas tipologias tradicionais, como podemos observar com os tipos Riotinto-Aljustrel (Bernal Casasola, 1995).

Por outro lado, deveremos ter sempre em consideração o factor produção/distribuição/consumo. Relembramos que, infelizmente, o estado actual do conhecimento de centros produtores se encontra ainda em fase preambular, embora propenso a mudança. Não obstante, a produção de lucernas e a sua distribuição apresentam, regra geral, um desfaseamento cronológico directamente proporcional à escala da sua rede de comercialização.



Tomemos como exemplo as lucernas de tipo Dressel 12-13 (Loeschcke III) características de asa plástica, bem reconhecidas e datadas em *Haltern* entre 11 e 9 a.C. (Loeschcke, 1919, p. 35). A sua chegada ao ocidente peninsular parece ter ocorrido somente no segundo quartel do Século I d.C., a julgar pela informação obtida em Herrera de Pisuerga (Morilo Cerdán, 1992, p. 92) ou em Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976, p. 96). Já no Norte de África este tipo parece estar documentado ainda durante toda a época flaviana (Ponsich, 1961, p. 25; Deneauve, 1969, p. 149), rejeitando o final deste tipo enquadrado no início desta dinastia.

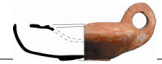
Posto isto, ganha importância acrescida associar os conjuntos artefactuais em análise a contextos estratigráficos que permitam corroborar as cronologias propostas, ainda que as lucernas tenham sido sucessivamente denominadas de “fosseis directores”.

No que respeita à análise e quantificação do número mínimo de indivíduos (NMI), não é apresentado qualquer tipo de resultados. Efectivamente, não pretendemos com isso dizer que não foi efectuado qualquer tipo de ensaio. Simplesmente, e dada a grande fragmentação do conjunto, esses ensaios demonstraram-se inválidos na obtenção de ilações.

Com efeito, as lucernas não se correspondem ao melhor tipo de materiais arqueológicos para a obtenção de conclusões dessa natureza. Para que se possa adquirir o número mínimo de indivíduos, segundo o protocolo estabelecido na mesa redonda realizada em Mont Beauvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998), devemos reger-nos por uma das partes constituintes da peça analisada, quer no seu contexto (unidade estratigráfica), quer no grupo de fabrico em que se insere. Assim, o bordo parece ser a parte da peça que melhor poderá fornecer dados nesse sentido. No entanto, qual a parte constituinte da lucerna que permite obter o número mínimo de indivíduos?

A primeira dificuldade com que nos deparámos neste ensaio resultou em qual seria, de facto, o melhor fragmento para tal quantificação. Certamente que os bojos, ou fragmentos do reservatório, não pareciam ser a opção mais adequada, pois o NMI seria excessivamente elevado. Por outro lado, os bicos, ou *rostrum*, e as asas apresentariam um NMI bastante escasso. Pensámos também que as volutas poderiam ser um critério a ter em conta, contudo, reparámos que poderíamos cometer o erro de contabilizar as volutas da mesma lucerna, de ambos os lados do *rostrum*.

Desta forma, não resulta fácil efectuar uma quantificação de NMI com um conjunto de cerâmicas de iluminação, principalmente se o seu estado de conservação não for o mais adequado. Tal análise não é impraticável, simplesmente, e dadas as condições do conjunto em estudo neste trabalho, optámos por não arriscar a apresentação de resultados que possam ser, em nosso entender, desacertados.



O facto de não se apresentarem os dados relativos ao NMI, não inviabilizou o tratamento de outras quantificações que serão avaliadas, nomeadamente as que se referem à análise quantitativa entre diferentes contextos, campanhas ou entre diferentes locais arqueológicos.

Os dados correspondentes ao conjunto presentemente em análise foram ainda introduzidos em base de dados informática *Filemaker*, tendo sido criada uma ficha descritiva para cada fragmento. Cada ficha contém cinco campos que caracterizam, genericamente, as peças correspondentes, encontrando-se no primeiro campo os dados relativos ao contexto de campo (número, número de inventário, unidade estratigráfica, quadrado ou sector e campanha) e no segundo os dados identificativos (tipo de lucerna, a que parte da peça corresponde e presença ou ausência de marca ou decoração). No terceiro campo, encontram-se os dados mais específicos da produção correspondente, fabrico e cronologia, indicando-se também se o fragmento se encontra representado graficamente e, sendo esse o caso, remetendo-se para a respectiva estampa. No quarto campo, mostram-se os dados descritivos relativos a dimensões, tipo de decoração e observações relevantes, não esquecendo de referir se o fragmento corresponde a uma sobremoldagem. Finalmente, no quinto campo encontram-se a forma correspondente ao fragmento e o registo fotográfico, devidamente acompanhado de escala.

## **4.2 – Pastas e grupos de fabrico**

### **4.2.1 - Produções Itálicas**

O mercado hispânico esteve dominado, entre os primórdios do período de ocupação romana e o século I d.C., pelos produtos itálicos, os quais eram importados por via marítima através do Mediterrâneo, seguindo depois toda a costa peninsular. No entanto, não pretendemos afirmar com isto que as referidas importações cessaram nesta centúria. Pelo contrário, tudo indica que a Península Itálica se manteve como centro abastecedor deste tipo de produtos nos séculos que se seguiram. Por outro lado, também não é nossa intenção afirmar que durante a República e o reinado dos Julio-Claudios não se verificam produções hispânicas marginais.

Efectivamente, não constitui hoje qualquer tipo de dúvida a existência de pequenos centros produtores de lucernas na Hispânia, como é o caso de Herrera de Pisuerga, um dos mais antigos conhecidos até hoje (Morillo Cerdán, 1993). Não poderíamos deixar ainda de referir que as produções locais/regionais constituem uma realidade bem documentada, que procura, na maioria dos casos, reproduzir protótipos pré-existentes, numa tentativa de satisfazer a procura por parte de populações menos abonadas. De facto, as lucernas não constituíram uma excepção, pois sendo um material de fácil reprodução, é frequente a existência de produções marginais que



alteram o panorama geral do quadro das importações. Infelizmente, esta realidade encontra-se documentada, maioritariamente, nos centros consumidores, o que dificulta um melhor enquadramento cronológico.

Ainda assim, as produções itálicas constituem, de facto, aquelas que mais abundam nos sítios arqueológicos que tenham uma ocupação característica deste período.

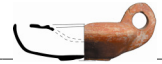
Não poderíamos deixar de sublinhar que a individualização de produções que efectuámos neste estudo, bem como as propostas de proveniências, só poderão ser confirmadas ou refutadas com análises químicas. Contudo, a impossibilidade de recorrer a estas análises permitiu efectuar esta separação preliminar, sem contudo tomá-la como certa, pois como foi já referido, constitui apenas uma proposta.

Neste conjunto artefactual, foi possível identificar alguns grupos em que as pastas apresentam características que nos permitem presumir que se trata de produções itálicas. Referimo-nos aos grupos IA, IB, IIA, IIB, IIIA, IIIB, V, VI, VIIA e VIIB. Os exemplares dos diferentes grupos apresentam pastas muito bem depuradas e compactas, nas quais os desengordurantes, quando identificáveis, são de dimensões muito reduzidas não sendo perceptíveis macroscopicamente. O engobe é de muito boa qualidade e bem aderente às peças, assumindo frequentemente fortes reflexos metálicos, característica, aliás, das produções itálicas. Desta forma, as produções itálicas constituem 50,4% do total das peças estudadas neste trabalho.

#### **4.2.2 - Produções Hispânicas**

A existência de produção de lucernas na Península Ibérica, como foi referido anteriormente, não constitui actualmente um enigma por determinar. Os crescentes achados de fornos destinados a esta produção, bem como a exumação de moldes e exemplares com defeitos de produção, confirmam a presença de várias manufacturas lucernárias na referida região (Morillo Cerdán, 1999, p. 99).

Não obstante, do estudo dos dados referentes às infra-estruturas das oficinas não transparece uma especialização produtiva, unicamente, de lucernas. O fabrico deste tipo de materiais surge, na sua maioria e a título de exemplo, associado à produção de *Terra Sigillata* ou de cerâmica comum, passando a produção de lucernas para segundo plano, limitando assim a sua produção. Exemplo desta realidade parecem ser as produções da área de Cádiz, que estão associadas às produções de cerâmica comum, e assumem, geralmente, as mesmas características de pastas. Grande parte destas oficinas corresponde a instalações de pequenas dimensões familiares ou supra-familiares.



O início da produção de lucernas na Península Ibérica parece estar documentado nos primórdios do período imperial, pela oficina militar de Herrera de Pisuegra, constituindo, sem dúvida, um dos mais antigos documentados até hoje (Morillo Cerdán, 1999, p. 99).

Para a Alcáçova de Santarém, pudemos identificar grupos que se podem inserir nas produções hispânicas, com base na análise de outro tipo de materiais que se encontram perfeitamente documentados, como é o caso das ânforas e da cerâmica comum. Foi ainda possível diferenciar os centros produtores emeritenses e os béticos. Contudo, relembramos mais uma vez que esta separação preliminar só poderá ser confirmada com análises químicas. As pastas apresentam-se depuradas e compactas, com elementos não plásticos de reduzidas dimensões. O engobe é de boa e média qualidade em algumas peças, com uma aderência mediana. Os grupos identificados com este tipo de produção são os grupos VIIIA e VIIIB, que corresponderam a produções da Bética, e o grupo IX, que corresponderá, por sua vez, a uma produção emeritense. A produção hispânica encontra-se assim representada por 44% dos exemplares totais.

#### **4.2.3 - Produções Africanas**

As produções africanas acabariam por se impor na Península Ibérica, paralelamente à *Terra Sigillata Clara*, sendo uma realidade documentada em vários sítios. A sua pouca expressividade percentual em Santarém poderá, facilmente, ser explicada pelo facto de constituir um tipo de importações mais tardias, mal representadas na Alcáçova de Santarém, como já foi anteriormente referido.

Os grupos identificados enquanto importações africanas correspondem ao grupo X, XIA e XIB, característicos de pastas escassamente depuradas e mediamente compactas, com abundantes elementos não plásticos, dos quais destacamos as calcites. Apresentam uma aguada fina pouco aderente à peça. Demonstam, por vezes, decorações figurativas estilizadas, características das produções africanas. Este tipo de produção corresponde a 3,1% do total dos exemplares analisados neste trabalho.

#### **4.2.4 – Grupos de fabrico**

##### **GRUPO IA**

O grupo IA engloba pastas pouco depuradas e compactas. Apresentam colorações que variam entre o bege acinzentado (Munsell 10YR 7/2) e o bege (Munsell 10YR 8/2). O engobe é fino e aderente, apresentando uma tonalidade predominantemente acastanhada (Munsell 7.5YR





4/3), adquirindo, por vezes, uma coloração castanha alaranjada (Munsell 5YR 5/6). Os elementos não plásticos são de reduzidas dimensões, compondo-se, no essencial, por algumas micas, quartzo e grog. Neste grupo, é ainda frequente a presença de escorrimentos de engobe. Aqui foram integrados vinte e quatro fragmentos, o que corresponde a 6.1% do conjunto total.

#### GRUPO IB

O grupo IB engloba pastas pouco depuradas e compactas. Apresentam coloração bege alaranjada (Munsell 7.5YR 7/3), frequentemente com um núcleo enegrecido. O engobe é fino e aderente, apresentando uma tonalidade, predominantemente, acastanhada (Munsell 7.5YR 4/3), adquirindo, por vezes, uma coloração castanha alaranjada (Munsell 5YR 5/6). Os elementos não plásticos são de reduzidas dimensões, compondo-se, no essencial, por algumas micas, quartzo e grog. Aqui foram integrados treze fragmentos, que correspondem a 3.3% do conjunto total.

#### GRUPO IIA

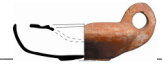
O grupo IIA inclui pastas depuradas e compactas, cujas tonalidades variam entre o cinzento amarelado (Munsell 2.5Y 8/2) e o cinzento (Munsell 2.5Y 7/1). O engobe é, relativamente espesso e de tonalidade escura, variando entre o castanho (Munsell 10YR 4/2) e o negro (Munsell 10YR 2/1). As reduzidas dimensões dos desgordurantes não permitiram a sua distinção, somente, com uma lupa de 15 aumentos. Aqui foram integrados nove fragmentos, que correspondem a 2.3% da totalidade do conjunto.

#### GRUPO IIB

O grupo IIB inclui pastas depuradas e compactas, de tonalidade bege (Munsell 10YR 8/2). O engobe é relativamente espesso e de tonalidade escura, variando entre o castanho (Munsell 10YR 4/2) e o castanho avermelhado (Munsell 2.5YR 4/4). As reduzidas dimensões dos desgordurantes não permitiram a sua distinção, somente, com uma lupa de 15 aumentos. Aqui foi integrado um fragmento, que corresponde a 0.3% da totalidade do conjunto.

#### GRUPO IIIA

O grupo IIIA inclui pastas depuradas e compactas, de tonalidade acinzentada (Munsell 2.5Y 7/1). O engobe é espesso e de tonalidade negra (Munsell 10YR 2/1). As reduzidas dimensões dos desgordurantes não permitiram a sua distinção. Aqui foram integrados dois fragmentos, que correspondem a 0.5% da totalidade do conjunto.



### GRUPO IIIB

O grupo IIIB inclui pastas, medianamente, depuradas, de tonalidade bege acinzentada pouco homogénea (Munsell 10YR 7/2). O engobe é relativamente espesso e de tonalidade acastanhada escura, (Munsell 10YR 4/2). Os elementos não plásticos são de reduzidas dimensões, compondo-se, no essencial, por algumas micas, quartzo e grog. Aqui foi integrado um fragmento, que corresponde a 0.3% da totalidade do conjunto.

### GRUPO IV

O grupo IV inclui pastas porosas de tonalidade laranja homogénea (Munsell 2.5YR 5/6) sem qualquer tipo de revestimento. Os elementos não plásticos são de reduzidas dimensões, compondo-se, no essencial, por algumas micas, quartzo de médias dimensões e grog. Aqui foi integrado um fragmento, que corresponde a 0.3% da totalidade do conjunto.

### GRUPO V

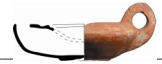
O grupo V inclui pastas, medianamente, depuradas, de tonalidade negra homogénea (Munsell 2.5Y 3/1), sem presença de qualquer tipo de revestimento. Os elementos não plásticos são de reduzidas dimensões, não sendo possível a sua identificação. Aqui foi integrado um fragmento, que corresponde a 0.3% da totalidade do conjunto.

### GRUPO VI

O grupo VI inclui pastas bem depuradas, de tonalidade bege amarelada homogénea (Munsell 7.5YR 8/2). O engobe é relativamente espesso e de tonalidade acastanhada escura, (Munsell 10YR 4/2). Não foi possível a identificação dos elementos não plásticos devido às suas reduzidas dimensões. Aqui foi integrado um fragmento, que corresponde a 0.3% da totalidade do conjunto.

### GRUPO VIIA

O grupo VIIA inclui pastas depuradas e compactas, cujas tonalidades variam entre o cinzento amarelado (Munsell 2.5Y 8/2) e o cinzento (Munsell 2.5Y 7/1). O engobe é relativamente espesso e de tonalidade escura com presença frequente de manchas descoloradas e vestígios de pedregal do oleiro, variando entre o castanho (Munsell 10YR 4/2) e o castanho enegrecido (Munsell 10YR 2/1). Mais uma vez, as reduzidas dimensões dos desengordurantes não permitiram a sua distinção somente com uma pequena lupa. Aqui foram integrados 96 fragmentos, que correspondem a 24.4% da totalidade do conjunto.



#### GRUPO VIIB

O grupo VIIB inclui pastas depuradas e compactas, de tonalidade bege alaranjada (Munsell 5YR 7/4). O engobe é relativamente espesso e de tonalidade acastanhada (Munsell 5YR 4/6). Mais uma vez, as reduzidas dimensões dos desengordurantes não permitiram a sua distinção. Aqui foram integrados 51 fragmentos, que correspondem a 13 % da totalidade do conjunto.

#### GRUPO VIIIA

O grupo VIIIA inclui pastas medianamente depuradas, sem elementos não plásticos visíveis a olho nu, e muito compactas, de tonalidade bege (Munsell 10YR 8/1). O engobe é fino e aderente, sendo de cor alaranjada (Munsell 5YR 6/6). Os elementos não plásticos deste grupo, por serem de dimensões demasiado reduzidas, não foram possíveis de enumerar. Aqui foram integrados 22 fragmentos, que correspondem a 5.6% do conjunto total.

#### GRUPO VIIIB

O grupo VIIIB inclui pastas muito depuradas, sem elementos não plásticos visíveis a olho nu, e muito compactas, de tonalidade bege amarelada (Munsell 10YR 8/2). O engobe é fino e aderente, sendo de cor amarelada com reflexos metálicos (Munsell 10YR 7/6) ou castanha alaranjada (Munsell 5Y/R 4/6). Os elementos não plásticos deste grupo, por serem de dimensões demasiado reduzidas, não foram possíveis de enumerar. Aqui foram integrados 128 fragmentos, que correspondem a 32.5% do conjunto total.

#### GRUPO IX

Este grupo é composto por exemplares que apresentam pastas muito depuradas, sem elementos não plásticos visíveis a olho nu, e muito compactas, de tonalidade bege esbranquiçada (Munsell 10YR 8/1). O engobe é fino e apresenta uma tonalidade alaranjada (Munsell 5YR 7/8) estando aqui presentes marcas de escorrimientos. Os desengordurantes neste grupo, são de reduzidas dimensões e compõem-se por algumas micas, elementos ferroginosos e grog. Aqui foram integrados dezoito fragmentos, que correspondem a 4.6% da totalidade do conjunto.

#### GRUPO X

O grupo X inclui pastas escassamente depuradas, com elementos de calcário visíveis macroscopicamente, de textura ligeiramente esponjosa. Apresenta uma tonalidade laranja avermelhada (Munsell 2.5YR 6/6). A superfície está coberta por uma aguada fina de cor



castanha avermelhada (Munsell 2.5YR 4/4). Neste grupo foi possível identificar elementos não plásticos de reduzidas dimensões, dos quais identificámos calcites em quantidades consideráveis e alguns quartzos. Aqui foram integrados quatro fragmentos, que correspondem a 1% da totalidade do conjunto.

#### GRUPO XIA

O grupo XIA inclui pastas bem depuradas, de tonalidade alaranjada homogénea (Munsell 5YR 6/6). O engobe é muito fino, assemelhando-se em alguns dos casos a aguadas, e de tonalidade também alaranjada, (Munsell 5YR 5/8). As reduzidas dimensões dos desengordurantes não permitiram a sua distinção. Aqui foram integrados seis fragmentos, que correspondem a 1.5% da totalidade do conjunto.

#### GRUPO XIB

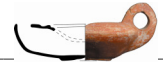
O grupo XIB inclui pastas, medianamente, depuradas, de tonalidade castanha avermelhada homogénea (Munsell 2.5YR 4/6). O engobe é muito fino e de tonalidade castanha alaranjada, (Munsell 5YR 5/6). As reduzidas dimensões dos desengordurantes não permitiram a sua distinção. Aqui foi integrado um fragmento, que corresponde a 0.3% da totalidade do conjunto.

### 4.2.5 – Discussão

Antes de mais, convém referir que os grupos de fabrico descritos foram baseados, genericamente, na análise macroscópica recorrendo a uma lupa de quinze aumentos, procurando identificar elementos geológicos caracterizantes. Ainda assim, foi a sua análise geral (pasta, desengordurantes, tonalidade, engobe, porosidade) que, associada à análise macroscópica, permitiu a identificação de diferentes produções.

Infelizmente, as cerâmicas de iluminação constituem um tipo de material, cujas produções são ainda mal conhecidas. Efectivamente, temos conhecimento da existência de alguns centros produtores de lucernas, mas o mesmo não se pode dizer em relação às pastas e características gerais das lucernas que neles se produziram.

Com efeito, frequentemente nos deparamos com trabalhos que descrevem genericamente as pastas, e atribuem uma proveniência às diferentes peças. No entanto, e na prática, o investigador que tente equiparar as pastas dos exemplares com que trabalha com as de conjuntos

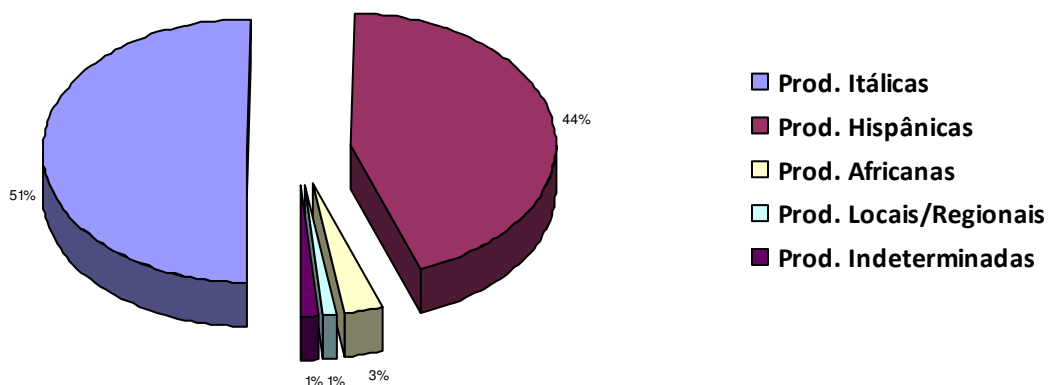


publicados, verifica a dificuldade e o alto risco de equívoco ou de atribuição de proveniências erróneas.

Ainda assim, tais publicações encontram-se frequentemente sujeitas a uma série de condicionantes, em que o factor espaço obriga a uma cuidada selecção do conteúdo. Contudo, problemáticas à parte, constituem uma mais-valia no estudo e análise das pastas das cerâmicas de iluminação, na hora de associar grupos de fabrico a produções e produções a proveniências.

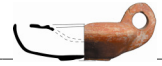
A associação dos diferentes grupos individualizados neste estudo a produções é um tema que foi já abordado anteriormente, motivo pelo qual não voltaremos a referi-lo. Ainda assim, não poderíamos deixar de dizer que nem todos se reportam a importações. Ainda que em número reduzido, foi possível identificar alguns exemplares de produção local/regional, e outros ainda mostram pastas de difícil atribuição a uma área produtiva concreta.

Quando pensamos nas lucernas de tradição helénica ou tardo-republicanas, frequentemente lhes atribuímos, automaticamente, uma proveniência itálica. No entanto, curioso é observar, neste conjunto artefactual, que nem sempre isso poderá acontecer. Com efeito, pudemos identificar um fragmento de lucerna de tradição helénica (Ricci H, n.º 2), que apresenta uma pasta tipicamente local.



**Fig. 4** – Gráfico com a distribuição percentual pelos diferentes tipos de produções identificados.

Durante o período romano republicano, a Península Itálica assume-se, justamente, enquanto o principal centro produtor e exportador deste tipo de materiais. Ainda assim, deveremos ter sempre em mente que o domínio romano atravessa um período de expansão, estando o Senado talvez mais preocupado com o reconhecimento territorial e seu jugo, do que com o crescimento do mercado. Por outro lado, as cerâmicas de iluminação não constituíam, no conjunto das importações, o material de eleição.



Não obstante, as lucernas encontram-se, maioritariamente, em sítios arqueológicos de índole, iminente, militar ou em locais precocemente romanizados com uma presença elevada de indivíduos genuinamente romanos, os quais apelam aos hábitos romanizantes.

Não poderemos esquecer ainda, que os contingentes militares que desembarcam na Península Ibérica são acompanhados por toda uma panóplia de realidades que sobrevivem às suas custas, entre eles os oleiros. Trazem consigo o conhecimento produtivo manufactural, muitas vezes de auto-consumo. Ainda assim, as produções locais/regionais poder-se-ão dever, de igual forma, a um maior gosto e uma maior procura, que obriga ao surgimento de produções marginais, as quais utilizam as peças originais, promovendo a sobremoldagem.

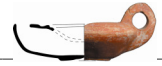
A análise comparativa entre as percentagens das diferentes produções das lucernas da Alcáçova de Santarém determina uma presença predominante das produções itálicas, caracterizadas por exemplares de muito boa qualidade técnica e produtiva, expondo um gosto maioritário pelos produtos desta proveniência.

Ainda assim, o conjunto artefactual em estudo apresenta, de igual forma, um elevado número de produtos de fabrico hispânico, ainda que estes não suplantem os exemplares itálicos. Esta elevada percentagem de produtos hispânicos, sobretudo os que são provenientes da Bética, dever-se-á não tanto à sua qualidade técnica, ainda que tenhamos analisado peças de boa qualidade produtiva, mas sim ao facto de constituírem produtos de valor mais reduzido comparativamente com os produtos itálicos, o que se deveria, por um lado, à sua menor qualidade, e, por outro, aos menores custos no seu transporte.

Com efeito, a chegada dos produtos à Alcáçova de Santarém efectuar-se-ia por mar e, pela sua navegabilidade, pelo rio Tejo. Quer as lucernas itálicas, quer as lucernas de produção hispânicas da Bética facilmente acederiam a este local por mar, facilitando o seu transporte em custo e em número. O número reduzido de exemplares emeritenses, que acederiam a *Scallabis* por terra, justificar-se-á pelas dificuldades de transporte, que não permitia uma afluência tão elevada de produtos e podia ainda ser sujeito a pilhagens.

No conjunto lucernário da Alcáçova de Santarém, existem, ainda que de forma muito diminuta, exemplares de produção africana. Efectivamente, os produtos Norte Africanos também constam da lista de produtos manufacturados importados pelos *scallabitanos*. Não obstante, a sua fraca expressão terá a sua justificação não nas rotas ou custos, mas sim, em na cronologia da ocupação do sítio.

O conjunto em estudo demonstra-se relativamente variado e expressivo, a nível formal, sensivelmente até meados do século II d.C. No entanto, e a partir deste período, verificamos uma



quebra significativa dos produtos importados, o que explicará a pouca expressão das lucernas Norte Africanas, que são, consideravelmente, mais tardias.

Finalmente, não poderíamos deixar de referir que, durante a análise deste conjunto, nos deparámos com alguns fragmentos de difícil integração nos grupos de fabrico atribuíveis a áreas de produção concreta. Trata-se de fragmentos que não se enquadraram em nenhum dos grupos individualizados, nem permitiram a sua inclusão em nenhuma das produções, pelo que foram por nós integrados no grupo que designamos por «Produções indeterminadas». No entanto, estas correspondem a uma pequena percentagem do conjunto analisado, não sendo representativo na totalidade do mesmo.

### **4.3 – As formas**

Não poderíamos iniciar a análise morfológica do conjunto artefactual da Alcáçova de Santarém sem que se façam breves comentários respeitantes ao tipo de material aqui em estudo, quer no que respeita à sua morfologia evolutiva, quer à sua produção. Convém sublinhar, antes de mais, que o processo evolutivo não é linear na distinta morfologia das lucernas. Muitos dos diferentes tipos existentes certamente se relacionaram mutuamente, convivendo, nas fases de transição, num mesmo espaço geográfico e cronológico, embora cada forma apresente características diferenciáveis.

Com efeito, os dados obtidos em trabalhos de campo com contextos seguros, como é o caso do sítio arqueológico da Lomba do Canho, Arganil (Nunes *et al.*, 1990), permitem actualmente verificar que os últimos tipos de lucernas de tradição helénica conviveram com as primeiras formas de lucernas tardo-republicanas. Da mesma forma, reparamos que a convivência entre exemplares imperiais de volutas e de disco abarca um período temporal amplo, realidade que, aliás, já E. Dressel havia constatado e documentado (1899).

No que respeita aos critérios que têm sido utilizados para a definição e classificação das lucernas, estes resumem-se, essencialmente, a dois: forma e cronologia. No entanto, outras características (dimensões da lucerna, forma do bico, diâmetro do disco, entre outros) assinalam-se como determinantes no estabelecimento dos principais grupos e subgrupos. A segunda norma citada utiliza a cronologia como critério de classificação, estando, contudo, sempre associada à forma para assim materializar uma sequência evolutiva (Morillo Cerdán, 1999, p. 54). Não podemos deixar de referir, novamente, que, nem sempre, podemos aplicar os mesmos critérios de definição tipológica, visto que também as peças se podem mostrar distintas na sua morfologia. Estas podem variar conforme a norma geográfica, tanto na essência da sua forma como na sua



cronologia. Não é aceitável que se apliquem os mesmos dados de um sítio arqueológico, quer cronológicos quer contextuais, num outro de características totalmente distintas com o objectivo de analisar este tipo de materiais.

As lucernas republicanas são, em nosso entender, aquelas que melhor caracterizam a evolução técnica e formal deste tipo de materiais, na medida em que se modificam, no seu essencial, num curto espaço temporal, quer a nível formal, como estético. Além do que foi mencionado, são as lucernas republicanas que marcam a transição dos protótipos de tradição helénica para as peças genuinamente romanas (Beltrán Lloris, 1990).

A tipologia elaborada pela investigadora Marina Ricci (Ricci, 1973, p. 207 – 227) constitui uma das mais bem elaboradas para as lucernas de influência helénica, conciliando a evolução morfológica e a cronológica. Esta tipologia (Ricci A a H) concentra peças de orifício de alimentação bastante alargado e todas elas de depósito arredondado. Apenas os tipos E e G da referida investigadora apresentam um elemento de prensão característico, que consiste numa asa circular na parte contrária ao bico de combustão da peça. As formas B, D e H de Ricci apresentam características subdesenvolvidas daquilo que virá a ser reconhecido como aletas. As restantes formas não evidenciam quaisquer elementos de prensão.

Apesar de o conhecimento actual sobre as lucernas tardo-republicanas ser bastante restrito no território actualmente português, pensamos que futuramente este possa vir a mudar com novos achados ou com novos estudos. Não obstante, esta diferença de conhecimento entre as lucernas tardo-republicanas e as imperiais poderá ser dever-se ao maior interesse, por parte dos investigadores, pelos conjuntos de lucernas decoradas com volutas, figurações e marcas de oleiro, que terão alcançado uma maior dispersão geográfica. Por esta razão encontramos uma amálgama de tipologias para as lucernas imperiais, em contradição com as tardo-republicanas que são meramente referidas por alguns autores.

E. Dressel (1899) foi o primeiro investigador a elaborar uma evolução tipológica das lucernas tardo-republicanas, mais tarde revisto por N. Lamboglia (1952) e, mais recentemente, pela investigadora M. Ricci (1973).

O grupo de lucernas caracterizadas pela peculiaridade de possuírem volutas constitui a produção imperial primordial por excelência. Todos os tipos de lucernas de volutas se evidenciam pela sua elevada qualidade técnica e artística. Esta realidade conduziu a um requinte e cuidadosa escolha dos motivos que decoravam o disco, para o qual também o emprego do molde, na sua produção, muito contribuiu para este refinamento e conseqüente difusão deste tipo de lucernas, impulsionada pela prosperidade económica do período augustano (Morillo Cerdán, 1999, p. 67).





As lucernas de volutas documentam-se em todos os locais arqueológicos que abarquem um período cronológico balizado entre o reinado de Augusto até meados do século II d.C., nos quais assumem, muitas vezes, um papel de fóssil director. Dentro do vasto repertório de lucernas romanas, são aquelas que são melhor conhecidas e documentadas, constituindo o tipo de cerâmica de iluminação do alto Império por excelência.

Relativamente à sua morfologia, transparecem uma mudança profunda comparativamente às últimas produções tardo-republicanas. A utilização do molde permitiu tirar o máximo partido do disco, cujas dimensões aumentaram significativamente. Este denota agora uma forma bastante côncava e um vasto repertório ornamental, com representações que variam entre figurações humanas, animais, vegetais ou simplesmente geométricas (Morillo Cerdán, 1999, p. 67). A orla encontra-se separada do disco pela presença de duas ou mais molduras, que culminou num estreitar evidente da mesma, desaparecendo quase por completo em alguns casos, principalmente na forma 9 de Dressel (1899) ou Loeschcke I (1919). Contudo, a característica que denomina estas peças é a presença de elementos decorativos em forma de volutas ladeando o *rostrum*.

A morfologia do bico pode variar entre bico triangular e redondo, em que cada uma destas particularidades tem uma diacronia temporal específica, a qual foi bem definida pelo investigador S. Loeschcke (1919). Este investigador estabeleceu cinco grupos essenciais de lucernas de volutas, Loeschcke I, III, IV, V e VI, assim como o investigador Dressel, forma 9 a 16, sobre o qual, aliás, S. Loeschcke se inspirou.

A existência de uma produção de lucernas na Península Ibérica não apresenta hoje qualquer tipo de dúvidas. Os crescentes achados de fornos destinados a esta produção, bem como a exumação de moldes e exemplares com defeitos de produção, confirmam a presença de várias manufacturas lucernárias na referida região (Morillo Cerdán, 1999, p. 99).

Não obstante, o estudo dos dados referentes às infra-estruturas das oficinas não transparece uma especialização produtiva, unicamente, de lucernas. Este tipo de materiais surge, na sua maioria, associado à produção de outros tipos cerâmicos, passando o fabrico de lucernas para segundo plano, limitando assim a sua manufactura. Grande parte destas oficinas correspondem a instalações de pequenas dimensões familiares ou supra-familiares.

O início da produção de lucernas na Península Ibérica parece estar documentado nos primórdios do período imperial, pela oficina militar de Herrera de Pisuerga, constituindo, sem dúvida, um dos mais antigos centros produtores de lucernas nesta área geográfica (Morillo Cerdán, 1992).

Os tipos mais comuns no alto Império integram as peças derivadas da forma Dressel 3, da forma Dressel 9, também conhecidas como “Lucernas Mineiras”, e imitações da forma Dressel



11-14, com o “Minotauro” representado no disco (Beltrán Lloris, 1990, p. 266-267; Morillo Cerdán, 1999, p. 99).

As lucernas de disco marcam uma nova espécie de recipientes de iluminação bastante distinta a nível morfológico. Contudo, deparamo-nos com algumas semelhanças com os exemplares mais tardios de volutas (Morillo Cerdán, 1999, p. 107), os quais coincidem cronologicamente. A produção deste tipo de materiais parece ter-se iniciado nas mesmas oficinas itálicas que fabricavam, paralelamente, exemplares de volutas.

Apesar de as lucernas de disco terem constituído o grupo menos estudado, comparativamente com as lucernas de volutas e de canal, esta é actualmente uma realidade que mudou significativamente. É um conjunto de peças bastante complexas e de difícil definição tipológica e cronológica, existindo exemplares bastante individualizados e tipos de várias proveniências (Morillo Cerdán, 1999, p. 107).

No que respeita à morfologia deste tipo de peças, apresentam um corpo circular com uma ampla orla convexa inclinada para o interior, disco de reduzidas dimensões e bico curto e arredondado. A orla poder-se-á apresentar lisa ou decorada, com elementos geométricos ou vegetais. Também a decoração do disco muda substancialmente, apresentando-se em figurações maiores e mais toscas. Em alguns tipos, a ornamentação do disco acaba mesmo por desaparecer.

A diversidade do conjunto de lucernas de disco foi estabelecida através da estrutura do bico, bem como pela sua junção ao corpo da lucerna. Mais uma vez, foi o investigador E. Dressel (1899) quem estabeleceu, inicialmente, os grupos principais deste tipo de materiais, confirmados e ampliados por S. Loeschcke (1919). Ainda assim, a tipologia elaborada por E. Dressel apresenta uma organização mais completa, ainda que simples, bem como uma clareza evidente.

Não obstante, a crescente evolução deste tipo de peças encontra-se bem documentada não apenas pelas mudanças morfológicas do bico, mas também por mudanças da decoração. O aumento progressivo das peças permitiu a introdução de decoração na orla, contrariamente ao disco. A asa aumenta de tamanho paralelamente ao corpo da peça, com tendência para a verticalidade, acabando por se transformar numa espécie de apêndice maciço, característica verificada num período já bastante mais tardio (Morillo Cerdán, 1999, p. 108).

A produção de lucernas de disco apresenta uma significativa qualidade técnica, transparecendo pastas de diferentes tonalidades e características, demonstrando ainda a presença de vernizes e/ou engobes de tonalidade clara. No entanto, esta qualidade técnica desfalece continuamente a partir do século II d.C.

A região central de Itália parece ter constituído a área de produção por excelência, pelo menos na face inicial. Rapidamente, os modelos de disco viriam a ser imitados pelas pequenas



oficinas da África Proconsular que, progressivamente, vão elaborando o seu próprio repertório formal e decorativo, criando, desta forma, uma produção individualizada e totalmente distinta (Deneauve, 1969). A produção itálica perde influência a partir de meados do século II d.C., perante as lucernas de disco fabricadas no Norte de África, tendo sido aí que se fixaram as filiais das oficinas especializadas de Itália. Esta realidade acabaria por restringir o comércio itálico à área tirrénica e a restritas regiões da Gália e da Hispânia.

Posto isto, apoiando-nos em trabalhos já existentes e contextos de campo de recentes trabalhos arqueológicos, foi possível, neste estudo, propor uma evolução formal das cerâmicas de iluminação alto-imperiais com base na morfologia do bico e orla. Relembramos que o vasto manancial de tipologias existentes aborda já esta temática, sendo, na nossa opinião, o trabalho de A. Leibundgut o melhor elaborado (1977). Contudo, a evolução da orla das lucernas romanas é ainda algo problemática, pois as tipologias elaboradas até ao momento baseiam-se em exemplares completos, o que permite uma caracterização geral sobre o bico da peça e corpo.

Não obstante, o panorama das lucernas recolhidas na maioria dos sítios arqueológicos corresponde a pequenos fragmentos de difícil classificação, o que nem sempre permite um enquadramento cronológico minimamente fiável, facto com que, aliás, nós próprios nos deparámos. Assim, cremos que esta decomposição e proposta, que mais uma vez relembramos não constituir uma absoluta novidade, poderá elucidar as cronologias propostas para os pequenos fragmentos com os quais lidamos frequentemente. Pretendemos, apenas, com esta proposta, auxiliar a análise do conjunto artefactual de *Scallabis*, principalmente a nível cronológico, e não complexificar o estudo das cerâmicas de iluminação romanas.

Actualmente, as lucernas de volutas correspondem, sem dúvida alguma, ao tipo de lucernas mais bem caracterizadas, podendo ser divididas em cinco grupos distintos, apresentando diferentes tipos de orlas.

No grupo I, distinguimos peças de bico triangular ornado com volutas simples, orlas curtas e planas, horizontais ou ligeiramente inclinadas para o interior, apresentando três ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 9 de Dressel, Loeschcke I, Ponsich II, Deneauve IV, Provoost IV, Leibundgut V e Szentleky b – 4, enquadrando-se cronologicamente entre o reinado de Augusto e o período flávio.

No grupo II, incluímos peças de bico triangular ornado com volutas simples, orlas curtas ligeiramente convexas com uma ou duas molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 9 de Dressel, Loeschcke I, Ponsich II, Deneauve IV, Provoost IV, Leibundgut V e Szentleky b – 4, enquadrando-se cronologicamente entre o reinado de Tibério e o de Trajano.

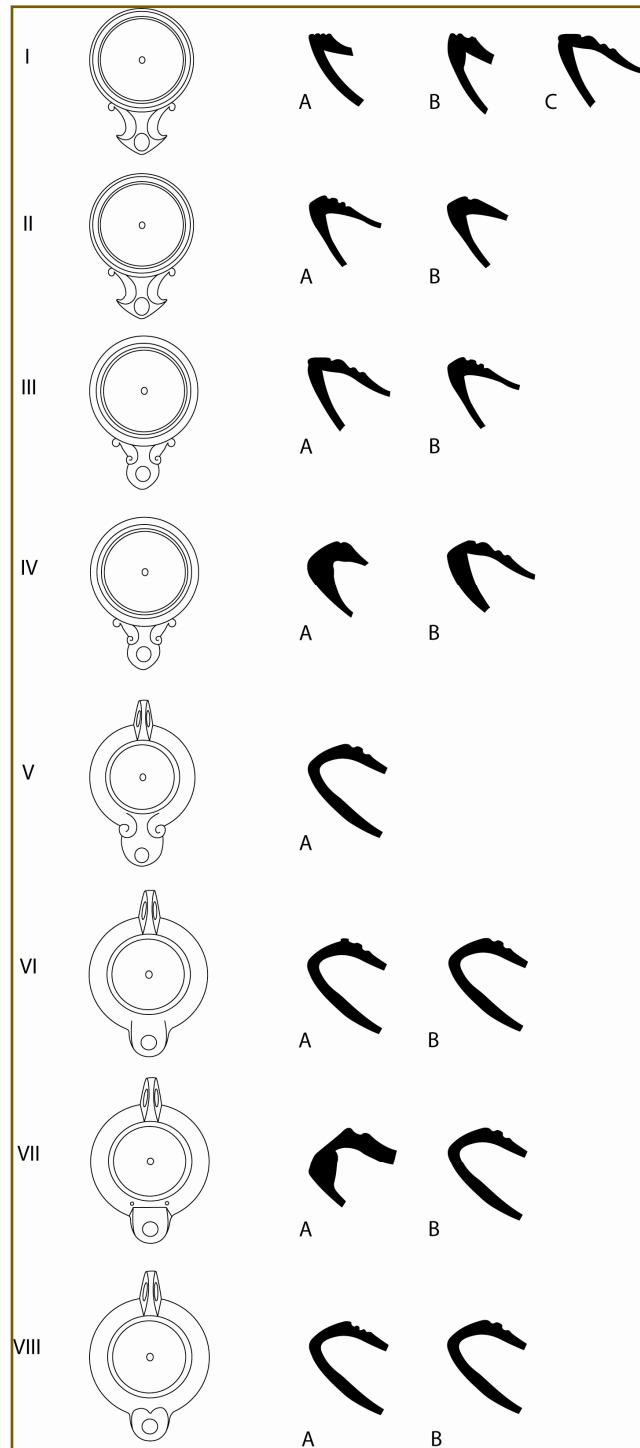


No grupo III, distinguimos peças de bico redondo ornado com volutas duplas. As orlas podem ser curtas e planas, ligeiramente inclinadas para o interior, ou convexas, apresentando duas ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 11-14 de Dressel, Loeschcke IV-V, Ponsich II-B1 e B2, Deneauve V e Provoost IV, enquadrando-se cronologicamente entre o reinado de Cláudio e Trajano.

No grupo IV, incluímos peças de bico redondo ornado com volutas duplas, orlas bastante largas e convexas com uma ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 11-14 de Dressel, Loeschcke IV-V, Ponsich II-B1 e B2, Deneauve V e Provoost IV, enquadrando-se, cronologicamente, entre o reinado de Cláudio e o de Antonino.

No grupo V, distinguimos peças de bico redondo ornado com volutas duplas viradas para o lado do bico. As orlas são, geralmente, bastante largas e convexas, apresentando uma ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 15-16 de Dressel, Loeschcke V, Ponsich II-B2, Deneauve VD, Szentleky b – 8, Walters 85 e Provoost IV, enquadrando-se, cronologicamente, entre finais do reinado de Cláudio e o de Trajano.

Para as lucernas de disco, distinguimos três grupos. No grupo VI, incluímos peças de bico redondo e curto, orlas bastante largas e convexas com duas ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 17-18 de Dressel, Loeschcke VIIIK, Ponsich II-B1, Deneauve VII, Provoost IV e Leibundgut XX, enquadrando-se, cronologicamente, entre o reinado de Trajano e o de Antonino.



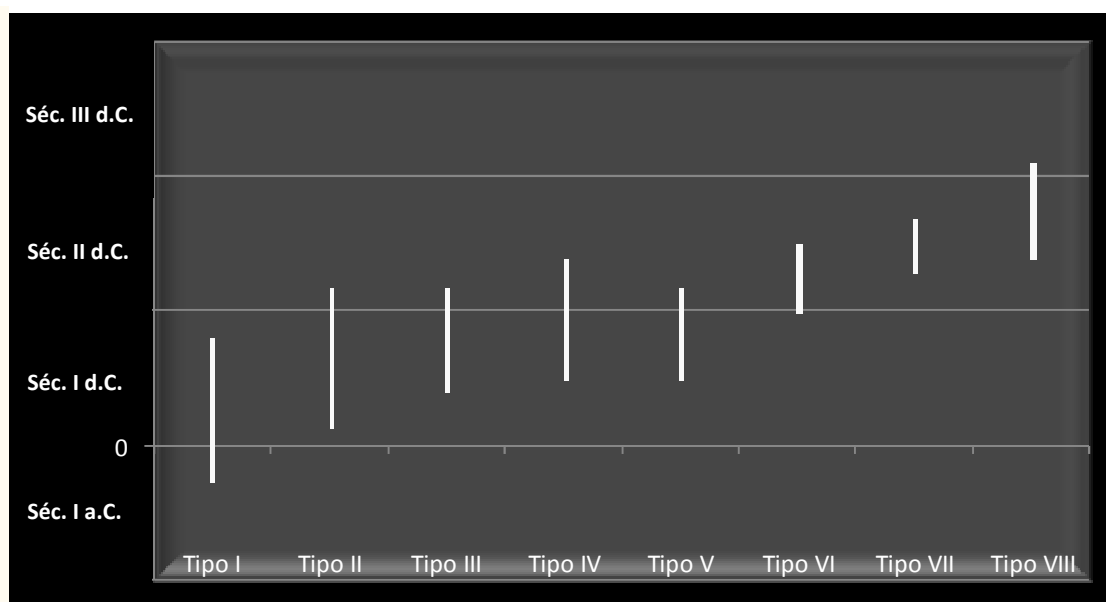
**Fig. 5** – Proposta evolutiva das orlas das lucernas alto-imperiais.



No grupo VII, diferenciamos peças de bico redondo, delimitado por uma pequena moldura com duas depressões circulares de cada lado do bico. As orlas são bastante largas e convexas, apresentando uma ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 20 de Dressel, Ponsich III, B-1,2, Deneauve VII A, Provoost IV – 3,3,1, Leibundgut XXI – XXII, Szentleky b – 11 e Walters 95, enquadrando-se, cronologicamente, entre finais do reinado de Adriano e finais do reinado de Antonino.

Finalmente, no grupo VIII, incluímos peças de bico redondo e curto de forma cureiforme, orlas, geralmente, largas e convexas, com duas ou mais molduras. Correspondem, na sua maioria, à forma 27-28 de Dressel, Loeschcke VIIIH, Ponsich III C, Deneauve VIII, Provoost IV – 3,5 e Leibundgut XX, enquadrando-se, cronologicamente, entre finais do reinado de Antonino e o de Severo.

Esta temática merece ainda alguns comentários no que respeita à análise das orlas. Observando a tabela (fig. 5), reparamos que é nas lucernas de volutas que parece haver uma maior diversidade de orlas, permitindo uma fácil identificação do tipo. Contudo, com o último tipo de volutas aparece uma variante da orla que se mantém nos tipos subsequentes. Tal realidade dificulta uma fácil identificação da forma a que os fragmentos corresponderão, dificuldade com a qual também nos deparámos neste trabalho.



**Fig. 6** – Gráfico elucidativo da cronologia dos diferentes tipos propostos das lucernas alto-imperiais.

Relativamente aos fundos não é possível, infelizmente, propor uma evolução morfológica. Por um lado, a sua variedade é demasiadamente limitada, restringindo-se a fundos planos ou de pé destacado. Por outro, deparamo-nos com a sua presença nas várias formas já identificadas.



Ainda assim, arriscamos afirmar que parece haver uma maior tendência de fundos de pé destacado nas lucernas de volutas, e fundos planos, com um sulco ou moldura que o delimita, nas lucernas de disco. Os fundos com várias molduras parecem relacionar-se já com as lucernas de tipo cureiforme.

Não obstante, sublinhamos que, ainda assim, aparecem indiscriminadamente ambos tipos de fundo nos dois tipos de lucernas pelo que não deveremos arriscar a sua inclusão num tipo ou no outro, quando confrontados apenas com essa parte do exemplar.

Cronologicamente, analisando a evolução proposta para este tipo de materiais (fig. 6), desde logo reparamos que há uma clara diferenciação entre os tipos de volutas e de disco. Os primeiros parecem ter sido produzidos, maioritariamente, no decorrer do século I d.C. e primeira metade da centúria seguinte, enquanto os protótipos de disco predominam durante todo o século II e primeira metade do século III d.C. Convém referir, neste contexto, que a análise efectuada se reporta, somente, à cerâmica de iluminação compreendida entre os séculos I e III d.C.

Creio que poderemos dizer, sem qualquer tipo de reserva, que as lucernas de volutas de bico triangular vingaram ao longo de todo o século I d.C. Ainda assim, deparamo-nos com produções subsidiárias, que acreditamos não apresentarem uma longa diacronia temporal de uso, mas que introduzem uma novidade, os bicos redondos e as orlas largas e convexas. Os inventários de sítios arqueológicos com uma cronologia limite até meados do século II d.C., apresentam, geralmente, todo o repertório das lucernas de volutas, evidenciando poucos exemplares das lucernas de disco.

Esta realidade encontra-se perfeitamente atestada no sítio arqueológico do Monte Molião com uma cronologia de final da ocupação romana balizada em meados do século II d.C. (Arruda *et al.*, no prelo), e, apesar de as cerâmicas de iluminação não se encontrarem ainda publicadas, foi-nos possível analisar o conjunto, com cerca de 104 fragmentos, constatando que este apresenta todo o repertório das lucernas de volutas e apenas dois exemplares de lucernas de disco. Este constituiu um factor de peso para as cronologias propostas, comprovadas pelos contextos arqueológicos, principalmente no que se refere à transição dos tipos de volutas para os protótipos de disco.

Efectivamente, são estas novas características que acabam por se impor no gosto da sociedade romana, alcançando o seu auge máximo com os referidos protótipos de disco. Reparamos que os tipos VI e VII têm uma produção relativamente paralela, talvez devido à elevada semelhança dos mesmos. No entanto, o tipo VII poder-se-á estender cronologicamente até início do século III d.C., ainda que não esteja patente no gráfico apresentado (fig. 6).



No entanto, deveremos ser ponderados na cronologia a atribuir aos diferentes exemplares. Temos de ter em conta que, neste período, existem já produções de cerâmicas de iluminação na Península Ibérica, quer imitações dos protótipos itálicos, quer produções aproximadas que mereceram uma diferenciação. Nestes casos, cremos que a cronologia atribuída deverá, obrigatoriamente, apresentar um período de amortização mais alongado. Certamente que as produções itálicas não se iniciaram paralelamente ao fabrico das imitações, sendo estas últimas mais tardias.

Com efeito, esta é uma realidade que tem vindo a mudar gradualmente. Até há bem pouco tempo, pensava-se que, durante todo o século I d.C., somente existiam cerâmicas de iluminação de importação itálica. Contudo, o aparecimento crescente de centros produtores tem vindo a mudar o panorama mercante das lucernas em período romano imperial, como é o caso de oficinas documentadas em Tarragona, Braga, Herrera de Pisuerga e Mérida, entre outros (Morillo Cerdán, 1999, p. 69).

#### **4.3.1 – Lucernas de influência helénica**

##### **4.3.1.1 – Ricci E**

Este tipo formal corresponde a lucernas elaboradas a torno, de características que transparecem ascendência dos protótipos helénicos. Possuem corpo tronco-cónico, disco circular amplo e profundo e uma base plana circular com uma depressão localizada na parte inferior do corpo. O orifício de combustão afigura-se bastante alargado, característica que também se encontra nos exemplares helénicos. O *rostrum* é curto e alargado na ponta, formando um pequeno bico de cada lado. Este tipo de peças apresenta ainda um elemento de preensão, característica bastante escassa nas lucernas de influência helénica, que se traduz numa pequena asa anelar, com duas caneluras pouco acentuadas.

Esta forma parece estar bem documentada e difundida no Mediterrâneo, acompanhando os contingentes militares romanos. Deparamo-nos com a presença deste tipo de peças nos naufrágios de Madrague de Montredon (Ricci, 2002, p. 325-326), datado da segunda metade do século II a.C., e no naufrágio Chrétienne A (Ricci, 2002, p. 329-330), datado de finais do século II a.C., inícios da centúria seguinte. De igual importância para a obtenção de uma cronologia fiável, são a necrópole de St. Rémy (*Apud in Ricci, 1973, p. 216*), que permitiu a datação de um exemplar desta forma no século II a.C., bem como *Albintimilium* (*Apud in Ricci, 1973*), onde se obteve uma datação balizada entre 170 e 50 a.C.



No território actualmente português, as publicações de lucernas deste tipo são bastante escassas, impossibilitando-nos estabelecer paralelos com os materiais de tradição helénica. Ainda assim, poderemos encontrar alguns exemplares desta forma no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998, p. 432).

Em *Scallabis*, foi possível a recolha de dois fragmentos deste tipo formal (Anexo III, Estampa I, n.º 1 e 91). O primeiro exemplar (n.º 1) apresenta o fundo plano com a saliência na parte inferior do corpo, e o arranque da asa. Este apresenta uma pasta acinzentada depurada, com linhas de oleiro bastante visíveis, e a presença de um engobe negro em toda a superfície externa. Importante de referir é também a peculiaridade de pasta do fragmento apresentar pequenos grãos de areia de origem vulcânica, facto que, reforça a origem itálica. Esta é, como se sabe, uma característica bastante comum nas ânforas vinárias de idêntica proveniência. A inclusão deste fragmento neste tipo formal foi possível devido às suas características morfológicas, mas, principalmente, às especificidades macroscópicas da pasta e à técnica de fabrico utilizada para a sua produção.

O segundo exemplar incluído nesta forma (n.º 91) corresponde a uma orla ampla e convexa, e disco profundo com uma pequena moldura.

Convém ainda referir que apenas as formas E e G de Ricci se reportam a lucernas que ostentam asas, sendo que o fragmento aqui em questão não se incluía na forma G, dadas as suas características.

O primeiro exemplar referido foi recolhido numa unidade datável do século I a.C., em contexto primário de ocupação, associado, essencialmente, a ânforas de tipo Dressel 1. No entanto, e tendo em conta os exemplares com os quais nos foi possível estabelecer paralelos, parece-nos evidente atribuir uma cronologia a esta forma balizada entre finais do século II a.C. e primeira metade da centúria seguinte.

#### **4.3.1.2 – Ricci H**

Esta forma corresponde à última produção de lucernas de tradição helénica, também produzidas a torno. Apresenta um corpo cilíndrico de paredes altas, disco amplo e côncavo e bico ligeiramente alongado, terminando de forma arredondada e arrematada nas extremidades. A base é plana e sem qualquer tipo de pé. Característica desta forma é também a presença de uma pequena aleta lateral subdesenvolvida, que aparecerá, novamente, e de forma mais evidente, nas lucernas tardo-republicanas.





Exemplares desta forma foram recolhidos em *Albintimilium* (*Apud in Ricci*, 1973, p. 225), os quais permitiram uma precisa datação entre 80 e 70 a.C. Mais precisa ainda foram as datações obtidas em Roma, no *forum* cesariano, datado entre 48 e 46 a.C. (*apud in Ricci*, 1973). Infelizmente, não está atestada a cronologia desta forma em naufrágios.

No território actualmente português, podemos encontrar esta forma no sítio arqueológico de Alcácer do Sal, Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998, p. 431) e da Lomba do Canho, onde foram recolhidos dois exemplares incluídos nesta forma (Nunes *et al.*, 1990, p. 74-75, n.º 1 e 2). Contrariamente ao exemplar de Santarém, apresentam vestígios de engobe. Ainda que, no artigo publicado, os autores façam apenas referência ao sector correspondente ao local de recolha dos exemplares, não podemos esquecer que o sítio foi associado às campanhas de César enquanto pretor na Ulterior, o que permite deduzir uma cronologia em torno aos finais da primeira metade do século I a.C. Parece ser, até à actualidade, o único local que apresenta no seu inventário exemplares desta forma publicados, permitindo documentar a transição dos últimos modelos de tradição helénica para os primeiros exemplares de produção em molde.

Na Alcáçova de Santarém foi recolhido um exemplar desta forma (Anexo III, Estampa I, n.º 2). Apresenta um bico ligeiramente alongado, com abundantes vestígios de combustão/uso, arredondado e rematado. Este fragmento foi possível de classificar por ser de fácil identificação, tendo-se documentado na tipologia de Ricci (1973, p. 225) um exemplar análogo. Apresenta uma pasta alaranjada e bastante depurada, sem vestígios aparentes de qualquer tipo de engobe.

De facto, é esta característica, associada ao tipo de pasta que apresenta, que permite propor uma produção deste exemplar de âmbito local/regional. Actualmente, não se parece impôr qualquer tipo de hesitação em referir que os contingentes militares romanos traziam consigo todos os meios e conhecimentos de fabrico de produtos manufacturados. Com efeito, esta peça parece constituir um desses casos, em que, localmente, são produzidos os bens necessários à permanência dos contingentes militares romanos no território peninsular.

Com o tipo H de Ricci parecem ter cessado as produções de influência helenística. Deparamo-nos então, com as primeiras peças de fabrico genuinamente romano, as denominadas produções tardo-republicanas. A introdução da técnica de fabrico em molde bivalve neste tipo de materiais permite fazer a distinção entre as lucernas tardo-republicanas e as lucernas de tradição helénica, produzidas sobre torno (Morillo Cerdán, 1999, p. 57).

Este exemplar foi recolhido num estrato romano de difícil interpretação, onde existem, em associação, alguns materiais da Idade do Ferro, bem como outros, de cronologia coeva da lucerna, dos quais se destacam a cerâmica campaniense B (Lamboglia 1), campaniense A e ânforas de tipo Dressel 1.



### 4.3.2 – Lucernas tardo-republicanas

#### 4.3.2.1 – Dressel 1/Ricci-Dressel 1

Esta forma tem corpo bi-cónico, com uma aleta lateral estilizada, assemelhando-se mais a um pequeno apêndice. Na orla, apresenta, regra geral, decoração em relevo linear e em glóbulos. Nesta forma, é possível encontrar também, por vezes, decoração cureiforme na mesma área da lucerna. O disco é distintivo por um orifício de alimentação de reduzidas dimensões, delimitado por pequenas molduras, sendo a mais afastada a este, geralmente, em glóbulos. O bico é alongado, com decoração estilizada nos seus lados, formando um pequeno canal. Esta decoração é, segundo M. Ricci (1973), a antecedente da forma Dressel 4 (tipo “cabeça de ave”). A parte inferior do corpo deste tipo é lisa, podendo apresentar vários tipos de fundo, variando entre fundo plano e convexo, ou apresentando um pequeno pé destacado. Desta forma, e estando somente perante um fragmento de fundo, é extremamente difícil classificar exemplares nesta forma. A asa é anelar apresentando duas ou mais molduras verticais.

Este tipo encontra-se documentado na sepultura VII da necrópole de Saint-Remy, num contexto que permitiu centrar a datação no século II / I a.C. (*apud in Ricci, 1973, p. 174*). Também os naufrágios permitiram a recolha deste tipo formal, sendo bem conhecido o Grand-Congloué 2, datado de 170 – 150 a.C., o qual ofereceu exemplares deste tipo formal (*apud in Ricci, 1973, p. 174*). Com os contextos apresentados por M. Ricci, os quais contam de igual forma com um exemplar de *Albintimilium* (*apud in Ricci, 1973, p. 176*), a autora não hesita em datar a produção desta forma entre meados do século II a.C. e meados da centúria seguinte.

Na Alcáçova de Santarém, foi possível identificar um fragmento desta forma (Anexo XI, N.º 203), ainda que a classificação seja feita com algumas reservas. Corresponde a um fragmento de orla e disco, apresentando a típica decoração linear em relevo, bem como os óvulos que lhe são característicos. No entanto, apresenta uma fractura na área onde estaria a moldura principal, no nosso entender, demasiadamente espessa. Ainda assim, demonstra, claramente, a presença de uma moldura em óvulos, que nos permitiu a inclusão deste fragmento na forma 1 de Dressel.

Infelizmente, o contexto de recolha deste fragmento não possibilitou adquirir qualquer tipo de ilações.

#### 4.3.2.2 – Dressel 1/Ricci-Dressel 1B

Este tipo formal corresponde a uma variante da forma 1 de Dressel, apresentando, como seria de esperar, as linhas gerais da forma anteriormente descrita. A diferença entre as duas formas centra-se na decoração. Na forma anterior, como foi visto, correspondia à disposição de



óvulos no espaço correspondente à orla. Nesta variante, a decoração poder-se-á descrever como pequenas estrias dispostas ao longo de toda a orla, dando-lhe um aspecto de “raiado”. O disco mantém-se com um diâmetro reduzido, e com um pequeno orifício de alimentação.

A variante B da forma 1 de Dressel não parece corresponder a um tipo muito comum. Não obstante, os exemplares, e seus contextos, apresentados por M. Ricci permitiram-lhe propor uma produção que começa não muito depois da forma antecedente, em meados do século II a.C., mas que se amplia a todo o século seguinte, durante o qual atinge o auge da sua produção.

No território actualmente português, foi possível reconhecer um fragmento desta forma no sítio arqueológico da urbanização do Monte Moleão (Lagos), proveniente das escavações efectuadas nas imediações do referido sítio, pela Dr.<sup>a</sup> Elisa de Sousa, a quem agradecemos a informação. Esta intervenção permitiu concluir uma cronologia para o local, balizada entre finais do século II a.C. e início da centúria seguinte (Sousa e Alves, 2006), o que corrobora a cronologia que se tem verificado para esta variante.

Na Alcáçova de Santarém, identificámos um fragmento deste tipo correspondente à orla e parte do disco (Anexo IV, Estampa I, N.º 228). Apesar de o fragmento ser de reduzidas dimensões, apresenta a típica decoração em estrias e uma orla bastante inclinada, denunciando uma forma bi-cónica.

No que respeita ao contexto, a vasta quantidade de materiais recolhidos neste estrato apresenta uma grande diversidade quer no que respeita ao tipo de espólio, quer à cronologia que estes oferecem, motivo pelo qual não favorece uma datação mais precisa para este exemplar, além da que se tem proposto para esta forma.

#### **4.3.2.3 – Dressel 2/Ricci-Dressel 2/Ponsich 1 B/Deneauve I**

A forma 2 de Dressel apresenta como características formais, um corpo bicónico, denunciando a presença de uma aleta lateral. As aletas, pouco funcionais enquanto elementos de prensão, constituíam, no seu essencial, elementos decorativos. Na parte superior do amplo disco, existe uma moldura concêntrica em torno do orifício de alimentação. O bico é amplo, prolongando-se para os lados. A base é circular, denotando, regra geral, a presença de um pequeno pé, pouco acentuado. A principal característica desta forma consiste na presença de decoração em relevo, na parte superior e inferior do corpo, que se traduz em pequenos glóbulos. A asa anelar denota, na sua maioria, a comparência de duas depressões ou molduras verticais. Esta forma apresenta, esporadicamente, decoração abstracta ou figurativa entre a moldura do disco e o bico.



Esta forma parece estar bastante difundida por todo o Mediterrâneo, denunciando uma comercialização bastante intensa, comprovada pela presença deste tipo de peças em bastantes naufrágios, entre os quais destacamos Madrague di Giens, datado do segundo quartel do século I a.C., Fos 2, com a mesma cronologia, Plane A, datado de 50 a.C., Planier 3, com uma cronologia balizada entre os anos 57 e 40 a.C., Dramont A, datado entre o ano 50 e 47 a.C., San Ferreol, datado entre os anos de 40 e 20 a.C. e, finalmente, o naufrágio de Valle Ponti, datado de finais do século I a.C. e inícios do século seguinte (Ricci, 2002, p. 337-346). No entanto, convém referir que os achados de *Albintimilium* e do *forum* de César, em Roma, confirmaram e permitiram afinar a cronologia desta forma (*Apud in Ricci*, 1973, p. 185-187).

No território actualmente português deparamo-nos com a presença deste tipo no sítio arqueológico da Lomba do Canho, onde foram recolhidos três exemplares (Nunes *et al.*, 1990, fig. 3, 4 e 7). Um deles apresenta decoração figurativa entre o disco e o bico, daquilo que aparenta ser uma rã estilizada. Contudo, o facto de esse exemplar parecer constituir uma sobremoldagem não permitiu aos autores uma afirmação segura sobre tal temática (Nunes *et al.*, 1990, p. 82, fig. 3). Ainda no museu de Torres Vedras, encontramos um exemplar desta forma, (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 43, n.º 1). Este fragmento foi datado pelos autores entre meados do século I a.C. e o primeiro decénio do século seguinte.

Em *Scallabis*, foi possível recolher onze fragmentos passíveis desta classificação. Contudo, dois deles não permitiram a sua representação gráfica dada as suas reduzidas dimensões. Seis correspondem a bicos ligeiramente alongados e engrossados (Anexo IV, Estampa I, n.º 3 e Estampa II e III), um corresponde à orla, um ao fundo, com os glóbulos bem representados (Estampa II, n.º 9), e, finalmente, um exemplar também correspondente ao fundo, reservatório e arranque de asa (Estampa II, n.º 8). Este último apresenta também glóbulos, embora bastante esbatidos, o que nos leva a pensar estarmos perante uma sobremoldagem. Esta é uma realidade com a qual deveremos ter bastante precaução, pois uma peça sobremoldada poderá não corresponder à proveniência do original. As pastas variam entre o alaranjado e o rosado, e o engobe está presente em todos os fragmentos mencionados, variando entre o avermelhado e o negro.

Relativamente à tonalidade dos engobes ou vernizes, deveremos ser bastante ponderados quando denominamos algumas das peças de tradição helénica ou tardo-republicanas como campaniense. Ainda que vários autores caracterizem peças de engobe negro enquanto campaniense, as pastas não correspondem à categoria cerâmica correspondente.

As cerâmicas de tipo campaniense características deste período apresentam pastas bem depuradas, de tonalidades avermelhadas, rosadas ou amareladas. As lucernas de engobe negro,



por sua vez, apresentam pastas de tonalidade acinzentada, diferentes a nível de composição. Se as lucernas com tais características fossem produzidas nos mesmos centros produtores da cerâmica de tipo campaniense, certamente apresentariam as mesmas pastas. Cremos que esta é uma questão pertinente, e de temática ainda demasiadamente tumultuosa, motivo pelo qual optámos por não denominar os exemplares de *Scallabis* de verniz negro de “lucernas de campaniense”.

No que diz respeito aos contextos de recolha, mais uma vez nos encontramos impossibilitados de retirar deles qualquer tipo de ilação. Com efeito, grande parte dos materiais recolhidos encontram-se em estratos revolvidos de períodos posteriores.

#### 4.3.2.4 – Dressel 2/Ricci-Dressel 2A

Como variante da forma 2 de Dressel, Ricci apresenta a forma 2A, que tem em comum com a forma 2 a presença da típica decoração em glóbulos, os quais se distribuem apenas na parte superior do corpo (orla). Em comum possui ainda a aleta, as características da pasta e o engobe/verniz. A principal diferenciação reside na presença de um canal amplo, que efectua a ligação entre o disco e o bico (Ricci, 1973, p. 187).

Este tipo formal encontra-se atestado apenas em *Albintimilium* (*Apud in Ricci, 1973, p. 389-390*), onde está datado de 30 a.C. Infelizmente, também este tipo de peças não está atestado em naufrágios, o que permitiria corroborar a cronologia proposta.

No território actualmente português, deparamo-nos com a presença de um possível exemplar desta forma no acampamento militar da Lomba do Canho. Os próprios autores classificam com alguma cautela o exemplar, referindo que esse fragmento poderá inserir-se na forma 2 ou 2A de Dressel (Nunes *et al.*, 1990, p. 77, n.º 6).

Na Alcáçova de Santarém, foi possível recolher onze fragmentos desta variante, dos quais somente nove se puderam representar graficamente (Anexo IV, Estampas IV e V). Destes, dois parecem pertencer à mesma peça pelas suas características morfológicas e macroscópicas, embora não tenham permitido a sua colagem (Estampa V, n.º 13), correspondendo ao fundo, reservatório e bico. O bico conserva ainda vestígios de combustão. Os exemplares referidos não apresentam, na parte inferior do corpo, a presença de decoração em glóbulos, característica que permitiu individualizar esta variante. Os restantes fragmentos correspondem a seis bases, que denotam também a total ausência de decoração em relevo (Estampa IV, n.º 11 e 12, Estampa V, n.º 13, 300, 306 e 384, Estampa VI, n.º 406), e uma base que conserva ainda o reservatório e a



aleta (Estampa IV, n.º 10). Ainda de referir é um fragmento de orla com decoração de óvulos, decoração que termina aquando a passagem para o reservatório da lucerna (Estampa V, n.º 349).

#### **4.3.2.5 – Dressel 2/Ricci-Dressel 2/3**

Esta forma corresponde à transição entre as formas 2 e 3 de Dressel. Apresenta, em comum com a forma 2, a característica decoração em glóbulos e, com a forma 3, a presença de duas aletas laterais (Ricci, 1973, p. 193). O bico apresenta a parte superior plana, alargando à medida que se vai aproximando do reservatório.

Esta forma encontra-se presente no naufrágio de Fos 1, datado de finais do período republicano (Ricci, 2002, p. 346).

No território actualmente português, não constatamos a presença deste tipo formal nos diferentes sítios com os quais decidimos estabelecer paralelos.

Em *Scallabis*, foi possível a recolha de dois exemplares desta forma, um dos quais passível de representação gráfica (Anexo IV, Estampa VI, n.º 14), correspondentes, um à parte do bico e disco, o outro à aleta (Anexo XI, n.º 330). O primeiro apresenta a parte superior do bico aplanada, alargando consoante se aproxima do reservatório. Uma das principais características desta forma é o facto de apresentar um disco de reduzidas dimensões, não facilitando a presença de decoração. A referida característica é bastante visível no fragmento aqui tratado, o qual apresenta somente duas caneluras e, imediatamente no centro das mesmas, encontra-se o orifício de alimentação.

Nos contextos em que estes fragmentos foram exumados, encontram-se acompanhados por uma considerável quantidade de cerâmica de tipo campaniense A e de Cales, ânforas Tripolitanas Antigas e uma elevada quantidade de ânforas de tipo Dressel 1. Tendo em conta a completa ausência de ânforas Greco-Itálicas, que poderia atribuir uma datação mais antiga ao estrato, parece evidente uma cronologia centrada no século I a.C., comprovando a cronologia proposta para esta forma.

#### **4.3.2.6 – Dressel 3/Ricci-Dressel 3/ Walters 73-74/Ponsich IC/Deneauve III**

Este tipo formal caracteriza-se pela presença de duas aletas laterais, espessas e decoradas. O bico termina de forma alargada nas extremidades laterais e o disco é bastante amplo e côncavo. Apesar de esta forma apresentar as aletas que lhe são características, mostra também a presença de asa anelar, oposta ao bico. Por esta razão, as aletas constituem-se mais como elementos decorativos do que de preensão.



Esta forma encontra-se documentada no naufrágio de Madrague di Giens, datado do segundo quartel do século I a.C., no naufrágio de Fos 2, com a mesma cronologia, no naufrágio de Titan datado de 50 a.C. e no naufrágio de Valle Ponti datado de finais do século I a.C., início do século seguinte (Ricci, 2002, p. 337-347). A cronologia proposta para esta forma encontra-se perfeitamente atestada pelos naufrágios que foram referidos, sendo esta enquadrável no século I a.C.

No território actualmente português, verificamos a presença de um exemplar deste tipo no acampamento militar da Lomba do Canho, apresentando características bastante similares aos de Santarém (Nunes *et al.*, 1990, p. 78, n.º 8).

Em Alcáçova de Santarém, exumaram-se dois fragmentos deste tipo (Anexo IV, Estampa VI, n.º 15 e 192), ambos correspondentes à aleta lateral. A parte superior da aleta apresenta decoração bastante simples, traduzindo-se em pequenas folhas estilizadas nas extremidades. Uma das aletas (n.º 15) tem no meio um semi-círculo sulcado. No centro de cada bico das aletas, encontra-se um pequeno sulco ou moldura.

Este fragmento foi recolhido num estrato no qual é acompanhado por ânforas de tipo Dressel 1, coevas da cronologia que se tem atribuído a esta forma.

#### 4.3.2.7 – Dressel 3/Ricci-Dressel 3A

Este tipo formal corresponde a uma variante da forma 3 de Dressel, na qual, M. Ricci se suportou na presença de volutas estilizadas entre o bico e o disco para a sua individualização (Ricci, 1973, p. 199). É com esta forma que encontramos as primeiras peças com a presença de volutas. Apresenta um disco bastante amplo, por vezes contendo decoração, ou uma simples moldura radial. A orla é, praticamente, inexistente, denotando-se a presença de uma espessa moldura em relevo que separa o disco do corpo da lucerna. Outra característica deste tipo, que se encontrará nos exemplares alto-imperiais de forma bastante frequente, é a presença pontual do orifício de arejamento. Nesta forma, poderemos deparar-nos ainda com a presença de círculos impressos na base.

Segundo a investigadora italiana, este é o tipo que marca a transição dos protótipos tardo-republicanos para as peças imperiais (Ricci, 1973, p. 200). Os exemplares que a mesma apresenta são, principalmente, de *Albintimilium* tendo sido recolhidos em estratos datados de 90-30 a.C. Ainda assim, M. Ricci centra a produção deste tipo no decurso de todo o século I a.C.

Também os naufrágios que têm sido identificados ofereceram exemplares incluíveis nesta variante, dos quais damos especial destaque ao naufrágio de Madrague de Giens, datado do



segundo quartel do século I a.C., o naufrágio Fos 2, com a mesma cronologia, e o naufrágio Titan, datado de meados do mesmo século (*apud in Ricci, 2002*).

Em *Scallabis*, foi possível a recolha de três exemplares que apresentam a mesmas características formais da variante A da forma 3 de Dressel. Dois deles (Anexo IV, Estampa VII, n.º 54 e 215) apresentam a típica moldura grosseira que separa o disco do corpo da peça, e também decoração, a qual, infelizmente, não foi possível descortinar. O exemplar n.º 54, além do mencionado, denota de igual forma a presença da moldura radial no disco. Ainda nesta variante, integrámos um outro fragmento, que, contudo, não permitiu a sua representação gráfica (Anexo XI, n.º 239). Apesar de se encontrar bastante degradado, pensamos que apresenta parte da aleta e da voluta estilizada junto do bico, razão pela qual este foi integrado nesta forma.

Mais uma vez, são as ânforas de tipo Dressel 1 que acompanham os exemplares desta forma, coevas no que respeita à cronologia.

### **4.3.3 – Lucernas imperiais de volutas**

#### **4.3.3.1 – Dressel 9/Loeschcke I/Ponsich II-A1/Deneauve IV**

Este tipo formal corresponde a lucernas de bico triangular, ladeado por volutas, onde se denota a ausência de asa, sendo a orla curta e horizontal ou ligeiramente inclinada para o interior, separada do disco por uma quantidade variável de molduras.

Cronologicamente, é evidente uma certa evolução das variantes deste tipo, como aliás já foi estabelecido por S. Loeschcke (1919), ainda que dados posteriores tenham vindo a alterar um pouco essa realidade. De facto, e a título de exemplo, a variante C deste mesmo autor apresenta uma cronologia balizada entre Nero e Vespasiano. No entanto, a recolha deste tipo, em contextos datados de início do século II d.C. permite actualmente prolongar a datação desta variante (Bisi, 1977, p. 81).

Como vários outros autores indicaram (Morillo Cerdán, 1999), não resulta fácil a distinção entre as três variantes da forma 9 de Dressel ou tipo I de Loeschcke, especialmente se nos encontrarmos perante um conjunto artefactual bastante fragmentado, como é o caso. É por este motivo que decidimos propor uma evolução das orlas das lucernas imperiais, temática tratada anteriormente, não com o objectivo de permitir uma classificação precisa, mas sim de possibilitar obter um âmbito cronológico do conjunto mais fiável e concreto.

A forma 9 de Dressel parece constituir um dos tipos mais difundido por toda a Península Ibérica no período alto-imperial. Efectivamente, raro é o sítio arqueológico, de cronologia coeva a este tipo, que não o apresente no seu inventário. De igual forma, na Alcáçova de Santarém





encontramos uma quantidade considerável de lucernas deste tipo, as quais, não sendo possível concluir qual a variante a que pertencem, são genericamente contidas na forma 9 de Dressel.

Assim, esta forma conta com 41 exemplares, na sua maioria, correspondentes a fragmentos de orla, apresentando características morfológicas que permitem a sua inclusão na forma 9 de Dressel (Anexo V, Estampas I a VI). Não poderíamos, no entanto, deixar de referir que as orlas horizontais com três molduras poderão também surgir nas lucernas de volutas de bico redondo, ainda que nestas, as orlas comecem a ganhar uma ligeira, mas evidente, convexidade.

Ainda nesta forma, foram incluídos alguns fragmentos de volutas ou bicos, que, dada a impossibilidade de conhecer as suas reais dimensões, não permitiram uma classificação mais específica dentro de uma das variantes desta forma.

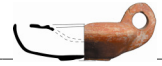
#### **4.3.3.2 – Dressel-Lamboglia 9A/Loeschcke IA/Ponsich II-A1/Deneauve IVA**

Esta forma é caracterizada por possuir um bico triangular, que ostenta duas volutas que o ladeiam. Apresenta um amplo disco, côncavo e profundo, obrigando a um evidente retrocesso da orla, a qual perde a sua amplitude. Frequentemente nos deparamos, nesta variante, com um pequeno canal entre o disco e o bico, traduzindo-se na interrupção das molduras.

Esta característica tem sido interpretada do ponto de vista funcional, e corresponderia à canalização do combustível das lucernas, que, expelido pelo bico, voltaria, novamente, para o orifício de alimentação (Morillo Cerdán, 1999, p. 72). Não obstante, a pouca funcionalidade deste canal provoca a sua conversão num elemento meramente decorativo e, mais tarde, o seu desaparecimento. Efectivamente, os diversos autores parecem estar de acordo sobre o facto de este elemento demonstrar uma evolução clara, sendo mais antigas as lucernas com o pequeno canal totalmente aberto (Bailey, 1980, p. 128; Fitch-Goldman, 1994, p. 99).

Ainda no que se refere às suas características morfológicas, não apresenta qualquer tipo de elemento de prensão, ostentando um vasto repertório iconográfico, entre decoração figurativa, geométrica e vegetativa. Relativamente à cronologia desta forma, os diferentes autores frequentemente a datam da primeira metade do século I d.C.

Esta variante não parece ter sido amplamente difundida, comparativamente com variantes B e C, precedentes (Morillo Cerdán, 1999, p. 72). Não poderíamos, no entanto, deixar de referir que este tipo se encontra presente nos naufrágios de Dramont D, datado da primeira metade do século I d.C. (Ricci, 2002, p. 354 e 355), e também no naufrágio de Grand Bassin (Ricci, 2002, p. 365 e 366).



No território actualmente português, constatamos a presença deste tipo em Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997, p. 32. Lu 186, 245 e 190), representado por três exemplares datados entre finais da vigência de Augusto e os inícios do período flávio. Também em Mérida, embora não se encontre localizada no território actualmente português, existem lucernas deste tipo (Rodríguez Martín, 2002, p. 23, Lám. I n.º 1, 2 e 3). No entanto, o referido autor não faz referência ao contexto de recolha. Em Conímbriga, foram também recuperadas lucernas de tipo Dressel 9A, em estratos relacionados com a construção do *forum* flaviano e com a pavimentação das ruas em seu redor (Caetano, 2001, p. 78, n.º 2). O exemplar deste local foi datado de época de Augusto - Tibério. Em Lisboa, constatamos a presença de três fragmentos deste tipo e também das variantes B e C de Dressel, provenientes das escavações do teatro romano, datados da segunda metade do século I (Diogo e Sepúlveda, 2001, p. 228, n.º 11, 12 e 13).

Em *Scallabis*, foi possível a recolha de sete fragmentos desta forma, correspondendo três deles (Anexo V, Estampa VII, n.º 17 e 18, Estampa VIII, n.º 122) à parte do bico, outro à parte do bico, disco e reservatório (Estampa VII, n.º 16), outro ao disco (Estampa VIII, n.º 70) e dois a parte da voluta e da orla (Estampa VII, n.º 39 e 114). Os três primeiros conservam apenas parte da voluta direita ou esquerda, apresentando pastas acinzentadas. O fragmento n.º 16 transparece claramente as características volutas desta forma, com duas molduras presentes na orla. O disco, ligeiramente côncavo, denota a presença de decoração figurativa, a qual será devidamente tratada no capítulo que lhe compete. Curioso é observar que este exemplar constitui uma sobremoldagem. Não obstante, aparenta ser uma cópia de média qualidade, em que o fragmento evidencia algumas falhas no seu processo de fabrico, mas ainda assim a sua decoração e ornamentação encontra-se bem delimitada. A pasta é de tonalidade bege avermelhada e o engobe, bem aderente à peça, é de tonalidade laranja avermelhada. O exemplar correspondente ao disco (n.º 70) apresenta decoração geométrica rodeada por molduras na parte exterior e interior. A pasta é de tonalidade bege e o engobe, de boa qualidade, é baço e de tonalidade alaranjada.

Não poderíamos, ainda, deixar de nos pronunciar relativamente aos fragmentos correspondentes ao espaço localizado entre o bico e o disco. Ainda que estes sejam de muito reduzidas dimensões, permitiram constatar a presença de um pequeno canal aberto que liga as duas partes da lucerna anteriormente referida. Com efeito, e tendo em conta aquilo que os vários investigadores escreveram sobre este assunto, tema que já referimos na descrição desta forma, estes dois fragmentos correspondem a peças em que a sua cronologia será um pouco mais recuada, sendo consensual, para estes casos, uma cronologia de Augusto-Tibério.



Relativamente aos contextos de recolha destes últimos fragmentos, é de salientar a sua associação a uma considerável quantidade de *terra sigillata* itálica.

#### **4.3.3.3 – Dressel-Lamboglia 9B/Loeschcke IB/Ponsich II-A1/Deneauve IVA/Walters 78**

Esta variante da forma 9 de Dressel apresenta, como diferenças em relação à forma antecedente, um bico mais amplo e largo, estrangulando à medida que se aproxima do corpo da peça, assemelhando-se nas restantes características.

No que respeita à cronologia desta variante da forma 9 de Dressel, os investigadores parecem estar de acordo. Tendo-se atribuído ao reinado de Tibério o início da produção, tudo indica que alcançou o seu auge em meados do século I d.C., momento em que vai sendo, progressivamente, substituída pela variante C.

Com efeito, encontramos abundantemente esta forma na primeira fase de Hofheim, a qual foi atribuída à época de Cláudio (Ritterling, 1912, p. 81), tal como, aliás, em *Vindonissa* (Loeschcke, 1919, p. 30). Esta forma é, de facto, abundante em qualquer sítio que acuse ocupação do século I d.C., ainda que, nos sítios arqueológicos de Pompeia e Herculano, a sua presença pareça ser meramente residual (Bisi, 1977, p. 53), o que não invalida, contudo, a cronologia que tem sido atribuída a esta variante. De sublinhar ainda, o facto de em Panonia terem sido recolhidos exemplares desta forma em contextos de início do século II d.C. (Szentleleky, 1969, p. 71).

O tipo 9B de Dressel parece ter alcançado uma difusão maior, comparativamente com o tipo 9A, introduzindo-se nas províncias orientais e ocidentais do império. Por este motivo, suscitou mais rapidamente a sua sobremoldagem em pequenos centros produtores, como parece ser o caso de Montans (Berges, 1989).

Não obstante, também na Península Ibérica podemos constatar esta realidade nos centros produtores de Mérida (Rodríguez Martín, 1996), Tarraco (Tarrats, 1993) e de Herrera de Pisuerga (Morrilo Cerdán, 1992, p. 168; 1999, p. 76), ainda que, para o último, o próprio autor demonstre as suas reservas.

Na Alcáçova de Santarém, foi possível recolher quatro fragmentos característicos desta forma, correspondentes a dois bicos (Anexo V, Estampa VIII, n.º 19 e Estampa IX, n.º 21), um disco, parte do reservatório e base (Estampa IX, n.º 20) e ainda a um fragmento correspondente à base, orla e parte do disco e bico (Estampa IX, n.º 80). Os exemplares n.º 19 e 21 transparecem um bico alargado, com volutas de dimensões consideráveis e, na parte conservada do disco,



apresentam três molduras. O restante fragmento incluído nesta forma (n.º 20) apresenta o disco ligeiramente côncavo com decoração figurativa. Relativamente às pastas, os dois primeiros fragmentos apresentam uma pasta bastante homogênea, de tonalidade bege acinzentada. O outro fragmento apresenta uma pasta de tonalidade amarelada. Os engobes variam entre o laranja avermelhado e o castanho-escuro.

O fragmento n.º 80, correspondente a uma produção de Cádiz, apresenta de igual forma um bico bastante largo, orla horizontal com três molduras mal delimitadas e disco côncavo relativamente profundo. Na superfície exterior, denota a aplicação de uma simples aguada de tonalidade alaranjada.

#### **4.3.3.4 – Dressel 11/Loeschke IV/Ponsich II-B1/Deneauve VA/Walters 81/84**

Este tipo formal apresenta volutas salientes no bico redondo, característica que, aliás, as distingue das lucernas de bico triangular. Esta forma não apresenta asa, apesar de ser, do ponto de vista morfológico, em tudo idêntica ao tipo Dressel 14, que ostenta essa característica. De facto, os tipos 11 e 14 são quase rigorosamente iguais, distinguindo-se apenas pela existência ou ausência da asa.

Convém por isto referir desde já, que os exemplares de Santarém podem corresponder quer à forma 11, quer à forma 14. As reduzidas dimensões dos fragmentos não permitiram constatar se tratava de exemplares com ou sem asa. Somente um fragmento se pôde incluir, indiscutivelmente, na forma 14 de Dressel, devendo-se tal classificação mais à iconografia do que à morfologia.

Nesta forma, a morfologia do bico não pode ser tomada como critério cronológico, contrariamente às formas de bico triangular, nas quais se denota uma considerável redução do mesmo, dos exemplares mais antigos para os mais recentes (Bailey, 1980, p. 153).

O disco é côncavo e rodeado por várias molduras. A orla apresenta um perfil estreito e horizontal, evolucionando rapidamente para um perfil ligeiramente convexo, um pouco como acontece com os exemplares de bico triangular.

A evolução deste tipo tem-se demonstrado algo problemática, devido, talvez, às elevadas semelhanças morfológicas e cronológicas que apresenta com a Dressel 12,13 e 14. Ainda assim, alguns autores defendem duas produções distintas, caracterizando-se a primeira por uma orla estreita e moldurada, com o bico flanqueado por duas molduras finas e largas, apresentando, por vezes, um pequeno canal semelhante aos exemplares augustanos de bico triangular (Loeschke,



1919, Bailey 1980). Para esta é apresentada uma cronologia augustana, mas, segundo vários autores, os exemplares são, neste período, minoritários.

Mais tarde, surgem peças ligeiramente distintas, de bico mais curto, volutas reduzidas e compactas e orla simplificada (Belchior, 1969; Lamboglia-Beltrán, 1952). Para estas é apresentada uma cronologia correspondente ao segundo e terceiro quartel do século I d.C., podendo-se estender até ao período flávio.

Efectivamente, poderemos efectuar uma clara distinção entre as duas variantes, apesar de parecer um pouco arriscado atribuir uma cronologia tão recuada aos primeiros exemplares, colocando-os a par dos primeiros protótipos de bico triangular. Não obstante, admitimos que a peculiar característica do canal entre o bico e o disco, quando presente, possa apontar para uma cronologia mais recuada. Não poderemos ainda esquecer que este tipo foi exumado em sítios arqueológicos como o acampamento de Haltern (Stieren, 1943) ou em Oberaden (Albrecht, 1943).

Apesar de frequentemente nos depararmos com autores que atribuem a esta forma uma diferente cronologia de início de produção, é consensual que o auge da mesma parece ter ocorrido em meados do século I d.C., assim como parece seguro que o final desta produção se verificou no final do mesmo século e início da centúria seguinte.

Não poderíamos deixar de referir que, ainda que nem sempre os vários autores façam qualquer alusão a essa realidade, esta distinção não parece ter passado despercebida a E. Dressel. Com efeito, ao analisar mais pormenorizadamente as formas 11 e 14 deste mesmo autor, reparamos que as suas semelhanças e desigualdades poderão corresponder às duas distintas produções que têm sido defendidas.

Na Alcáçova de Santarém, reconheceram-se quatro exemplares desta forma, três correspondentes a fragmentos de disco e um fragmento de parte do disco e de volutas. A classificação dos referidos fragmentos foi possível devido às características decorações que ostentam. No entanto, não poderíamos deixar de fazer uma ressalva, dizendo que tais características iconográficas, sobre as quais nos suportamos para as classificações, implicam um elevado risco de equívoco. A iconografia será devidamente tratada no capítulo que lhe compete.

Os fragmentos n.º 305 e 388, como foi mencionado acima, foram incluídos nesta forma também devido às características da orla. As orlas horizontais correspondem, regra geral, aos exemplares mais antigos e, como tal, à forma 11 de Dressel. Ainda sobre o exemplar n.º 305, deve dizer-se que corresponde a uma sobre moldagem emeritense, tal como, aliás, a maioria dos exemplares desta proveniência.



#### 4.3.3.5 – Dressel 12/Loeschcke III/Ponsich II-B1/Deneauve VB/Walters 87

As principais diferenças desta forma, comparativamente com as anteriormente tratadas, residem nas volutas, bico e no elemento de preensão (asa). As volutas deste tipo apresentam-se agora redobradas nas duas extremidades, junto ao disco e junto ao orifício de combustão. A asa, podendo ainda manter as características de uma asa anelar, ostenta nesta forma um reflector (asa plástica). Apesar da denominação desta asa, a sua presença nas cerâmicas de iluminação poderia ser meramente estética, embora o engobe de reflexos metálicos, que por vezes exhibe, constituísse uma mais-valia para o seu carácter funcional. Finalmente, o bico perde a sua característica forma triangular, sendo agora arredondado. Contudo, recorde-se, esta característica encontrava-se já na forma 11 de Dressel.

A raridade desta forma, com a presença desta asa peculiar, não permitiu, até aos dias de hoje, a atribuição de uma cronologia com um espaço temporal curto. Como já foi referido neste trabalho, o seu aparecimento em diferentes sítios arqueológicos, e consequentemente, em diferentes contextos, tem demonstrado uma ampla baliza cronológica de uso. Ainda assim, os diferentes autores não hesitam em atribuir-lhe uma datação do século I d.C., confirmada pelos contextos arqueológicos.

Efectivamente, não é de todo estranho a ampla cronologia de uso desta forma, se tivermos em consideração que a característica única que apresenta alcançou uma grande notoriedade no seio da sociedade romana.

Em Mérida, constatamos a presença deste tipo de peças com asa plástica (Rodríguez Martín, 2002, p.27, Lám. I n.º 10 e 11). Infelizmente, os exemplares deste local não conservam a totalidade da asa. No território actualmente português, não conhecemos a presença deste tipo de lucernas. Ainda assim, pudemos verificar a existência de alguns exemplares de asa plástica, correspondentes à forma 13 de Dressel e não à forma 12, como é o caso do exemplar da colecção do Museu Municipal de Torres Vedras (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 57 e 62, n.º 11 e 14).

Nesta forma foi possível incluir três fragmentos recolhidos em *Scallabis*, correspondendo à parte da asa e do reflector (Anexo V, Estampa X, n.º 22), ou somente a parte do reflector (Estampa X, n.º 165 e Anexo XI, n.º 200). No exemplar n.º 22, a asa, localizada na parte inferior do reflector, apresenta uma forma anelar e o reflector é triangular, com as extremidades arredondadas, tal como os restantes dois fragmentos.

Somente três fragmentos correspondentes a asas plásticas foram passíveis de integrar neste tipo, como facilmente se poderá compreender, devido à grande fragmentação do conjunto. Com efeito, não é impossível que alguns fragmentos que classificámos como Dressel 11, 14 ou mesmo 9, possam ter pertencido a lucernas do tipo que agora discutimos. De facto, a asa plástica



enquanto critério de classificação, certamente permite várias classificações, quando, como é o caso, nos encontramos perante um conjunto artefactual bastante fragmentado. A elevada semelhança desta forma com outras já referidas, não permite a sua fácil identificação quando o “reflector” não está conservado.

#### **4.3.3.6 – Dressel 14/Loeschcke V/Ponsich II-B2/Deneauve VD**

No que respeita às características morfológicas desta forma, pensamos que não deveremos alongar-nos mais sobre tal temática, uma vez que a analisamos no tratamento do tipo Dressel 11. Neste, tratamos simultaneamente a forma 14 do mesmo autor, dadas as similitudes morfológicas e cronológicas. Na decisão de separar neste trabalho as formas 11 e 14 pesou o facto de dois fragmentos da Alcáçova de Santarém permitirem uma integração na forma 14. Ainda assim, sublinhamos, uma vez mais, que a classificação de um deles se deveu à iconografia, tendo em conta que as dimensões do mesmo não permitiam uma incorporação segura quer numa forma, quer na outra.

O restante exemplar (Anexo V, Estampa X, n.º 46) corresponde a um fragmento de disco. Apesar de, frequentemente, os diferentes investigadores destes materiais associarem este tipo de decoração do disco à forma 14 de Dressel, estranhámos que o fragmento aqui tratado apresente uma orla com três molduras, aparentemente horizontal. Sendo esse o caso, poderemos encontrar-nos perante um fragmento correspondente à forma 11 e não à forma 14, pois tais características da orla permitem conjecturar tratar-se de um exemplar mais antigo. No entanto, e tendo em conta as reduzidas dimensões do fragmento, a orla poder-se-á desenvolver de forma ligeiramente convexa, equivalendo, assim, sem dúvida, à forma presentemente tratada.

Já o exemplar n.º 104 transpõe, em nosso entender, todas as características da forma 14. Apresenta uma orla fortemente convexa, com uma única moldura que, associada ao arranque de uma voluta, permite tal classificação.

#### **4.3.3.7 – Dressel 15/16/Loeschcke V/Ponsich II-B2/Deneauve VD/Walters 85**

Este tipo formal, que, frequentemente, os autores sugerem derivar do tipo 11/14, caracteriza-se pela presença de volutas, as quais apresentam uma diferença substancial comparativamente com as formas anteriormente tratadas. As das lucernas Dressel 15/16 são redobradas apenas na parte mais próxima ao bico. Na parte do disco, prolongam-se até às molduras, formando um pequeno canal que liga o mesmo ao bico. Geralmente, esta forma possui uma pequena asa anelar de secção triangular. Contudo, tal característica não parece constituir



uma obrigatoriedade. Com frequência, apresentam decoração na orla, característica, aliás, que permitiu a Dressel individualizar a forma 16, sendo a forma 15 análoga, mas sem qualquer tipo de decoração na orla.

Tratando fragmentos de reduzidas dimensões, como é o caso, e na impossibilidade de uma classificação segura, deveremo-nos reportar à forma 15/16 de Dressel. Nestes casos, parece, com efeito, a atitude mais correcta, uma vez que morfologicamente ambas as formas não apresentam quaisquer diferenças, estando estas patentes apenas na iconografia da orla.

Os dados de *Vindonissa* permitiram a S. Loeschcke balizar cronologicamente esta forma no segundo e terceiro quartel do século I d.C. (Loeschcke, 1919, p. 43-44), datação que parece ter-se mantido durante alguns anos (Menzel, 1954). No entanto, Bailey acabaria por alterar tal proposta, atribuindo-lhe uma cronologia centrada entre o reinado de Cláudio e Trajano ou Adriano (Bailey, 1980, p. 184-185), contrariando outros investigadores que atribuíram à mesma forma uma cronologia da segunda metade do mesmo século e início da centúria seguinte (Ivanyi, 1935; Broneer, 1930).

A recolha deste tipo em contextos da segunda metade do século I d.C. exubera, entre os quais Neuss (Vegas, 1966, p. 118, n.º 224-227) e Cosa (Fitch-Goldman, 1994, p. 130-132, n.º 653-662). Na Ágora de Atenas, esta forma encontra-se representada em estratos da segunda metade do século I d.C. e primeira metade da centúria seguinte (Perlzweig, 1961, p. 117), comprovando a sua longevidade cronológica. Contrariamente ao que seria de esperar, em Pompeia esta forma encontra-se representada apenas por um exemplar (Cerulli, 1977, p. 60, n.º25), o que tem levado a pensar que este tipo de lucernas começava, neste período, a ser introduzido no gosto da sociedade romana.

Também esta forma parece ter sido amplamente difundida para a área ocidental e oriental do Império. No entanto, observando o trabalho de Palanqués (1992), que efectuou uma lista dos principais sítios onde a forma aparece e seu reportório, aos quais podemos juntar outros estudos, como Montans (Berges, 1989), Cosa (Fitch-Goldman, 1994) e o golfe de Fos (Rivet, 2003), deparamo-nos com uma considerável discrepância, quando comparamos a rede de difusão com a quantidade de peças disseminadas.

Também a sobremoldagem desta forma, contrariamente ao que pensavam alguns investigadores (Morillo Cerdán, 1999, p. 92), se encontra perfeitamente atestada na Península Ibérica. Com efeito, o conjunto da Alcáçova de Santarém conta com um exemplar completo correspondente a uma “produção/sobremoldagem” emeritense.





No território actualmente português, existem lucernas deste tipo em Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997, p. 34, Lu 4 e 514), datadas da segunda metade do século I até inícios do século seguinte, e em Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976).

Em Mérida, a forma está representada por dois exemplares (Rodríguez Martín, 2002, p. 29, Lám. I n.º12 e 13).

Nos inventários de *Scallabis*, contam-se três exemplares desta forma, correspondendo um deles a um exemplar bem conservado, que está quase completo (Anexo V, Estampa XI, n.º 90). Trata-se, justamente, da lucerna a que já se fez atrás referência, e que constitui uma sobremoldagem de má qualidade na qual as características da peça não são perceptíveis à primeira vista. Não apresenta qualquer tipo de asa, mas, as deformações que evidencia na parede do reservatório, na parte oposta ao bico, indiciam que, aquando a sobremoldagem, a asa não foi inserida neste processo, tendo sido elaborado o molde e posteriormente alisado na parte em que se encontraria a asa. A má qualidade desta cópia não permite perceber se o original tinha molduras ou outros pormenores, mas, ainda assim, exhibe decoração figurativa. Quanto às volutas, embora não sejam muito perceptíveis, encontram-se presentes, mas bastante esbatidas. O bico é arredondado e encorpado, transparecendo vestígios de combustão. A pasta é homogénea e de tonalidade cinzento esbranquiçado, estando também presente uma aguada de má qualidade de tonalidade alaranjada. As características da pasta e engobe evidenciam tratar-se de uma produção emeritense.

É curioso observar que o exemplar de Santarém constitui uma peça exactamente análoga ao exemplar de *Augusta Emerita*, mencionado anteriormente. Desta forma, é possível propor que o exemplar de *Scallabis* constitui uma cópia do exemplar de Mérida, ainda que somente uma análise mais detalhada dos dois exemplares possa confirmá-lo. A peça aqui tratada apresenta a mesma deformação característica da supressão da asa, efectuada no molde, e a decoração do disco e as volutas encontram-se bem mais esbatidas. O autor (Rodríguez Martín, 2002) consegue descrever perfeitamente o motivo presente no disco, enquanto o exemplar de Santarém permite apenas perceber que se trata de uma figuração. Infelizmente, o autor não apresenta, na sua obra, as dimensões do exemplar de Mérida, através das quais poderíamos, mais facilmente, argumentar a razão de estarmos perante uma cópia da referida peça. Não obstante, pensamos que é evidente tal possibilidade. O esbatimento da decoração, a deformação da extracção da asa, conjuntamente com o facto de os orifícios de combustão e, especialmente o de alimentação, se localizarem na mesma área, são argumentos fiáveis para esta afirmação.

Além de este exemplar, foi ainda possível incluir dois fragmentos de orla nesta forma. O fragmento n.º 26 (Anexo V, Estampa XI) não permite grandes dúvidas, dada a presença de



decoreção cureiforme na orla, seguida por uma moldura em relevo destacada, a qual, e dadas as características iconográficas, poderá corresponder à forma 16. Mais dificuldades suscitou o fragmento n.º 58 (Anexo V, Estampa XI), que apesar da presença de uma moldura em relevo e orla curta, características associadas ao motivo iconográfico, permitirem incluí-lo na mesma forma.

#### **4.3.4 – Lucernas imperiais de disco**

##### **4.3.4.1 – Dressel 17/Loeschcke VIII A/Deneauve VIII D**

A forma 17 de Dressel apresenta um corpo perfeitamente circular, de orla ampla, larga e convexa. Geralmente, esta forma não apresenta qualquer tipo de decoração, nem na orla, nem no disco. O disco é côncavo, com o orifício de alimentação separado da orla por uma ou duas molduras. O bico é curto e redondo, separado do corpo da lucerna por uma pequena linha curva incisa. Finalmente, a asa caracteriza-se por ser elevada, comparativamente ao corpo da lucerna, e fina. Uma característica, geralmente, associada a esta forma é a sua limitada difusão.

Efectivamente, tal realidade tem dificultado um melhor enquadramento cronológico das lucernas deste tipo. Ainda assim, alguns autores opinam acerca desta temática, atribuindo-lhes uma cronologia balizada na segunda metade do século I d.C. (Loeschcke, 1919, p. 51). Contudo, a inexistência destes materiais nos sítios arqueológicos de Pompeia (Cerulli, 1977) ou Herculano (Bisi, 1977) tem levado a uma ponderação da cronologia atribuída, recuando-a para a primeira metade da centúria seguinte (Bailey, 1980, p. 293 e 294). De facto, se o início de produção desta forma se localizasse na segunda metade do século I, certamente que se teria documentado nos locais anteriormente referidos, parecendo-nos, assim, mais verosímil, a datação mais recente.

No território actualmente português, a forma está documentada em Faro (Lyster, 1958, p. 174 e 175, n.º 39 e 40), Conímbriga (Belchior, 1969, p. 52 e 53, n.º 109, lam. XIII; Alarcão *et al.*, 1976, p. 99, n.º 57 e 58, lam. XXVI), e no Palácio Ducal de Vila Viçosa (Alarcão, 1976a, p. 82, n.º 15, lam. II).

Na Alcáçova de Santarém, foi possível recolher um fragmento deste tipo formal (Anexo VI, Estampa I, n.º 144), de corpo redondo e orla convexa, separada do disco por um conjunto de molduras. O disco não apresenta qualquer tipo de decoração, característica que também permitiu a classificação proposta. O fragmento apresenta ainda conservada a asa, que é circular e de secção ligeiramente triangular, com um conjunto de três molduras no topo.



#### 4.3.4.2 – Dressel 19/Loeschcke VIIIIR/Ponsich III – B1/Deneauve VIIA

As lucernas Dressel 19 têm corpo circular, de orla ampla, larga e convexa. Geralmente, apresentam decoração na orla, com motivos vegetalistas ou simplesmente geométricos. O disco é côncavo, com o orifício de alimentação separado da orla por uma ou duas molduras. O bico é curto e redondo, separado do corpo da lucerna por uma pequena linha recta resultante da diferença de orientação do bico e da orla, característica, que, aliás, permitiu aos diversos autores diferenciá-la da forma seguinte, 20 de Dressel, na qual esta mesma linha é incisa. Com efeito, as elevadas semelhanças permitem frequentemente a desordem no momento de classificação das lucernas de disco, e mais uma vez, principalmente, se estivermos perante um conjunto artefactual bastante fragmentado.

Cronologicamente, a forma parece ser coeva das 17 e 18 de Dressel (Loeschcke, 1919, p. 51; Broneer, 1930, p. 83-87; Bisi, 1977, p. 88-95). No entanto, Bailey atrasa o seu aparecimento para o período flaviano (Bailey, 1980, p. 303), enquanto Deneauve amplia a sua perduração até meados do século II d.C. (Deneauve, 1969, p. 165).

A forma 19 de Dressel, paralelamente à forma 20 do mesmo investigador, parece ter alcançado uma maior difusão, comparativamente com as formas 17 e 18, difusão que, ainda assim, se verifica de forma mais evidente na costa mediterrânea e atlântica, certamente acompanhando as rotas comerciais marítimas.

Os centros produtores iniciais estão relativamente bem documentados na Campânia ou no centro da Península Itálica (Pavolini, 1977, p. 38; Cerulli, 1977, p. 62 e 63). No entanto, também foram atestados centros produtores provinciais, como por exemplo Montans (Berges, 1989, p. 46).

Na Alcáçova de Santarém, reconheceram-se dois exemplares completos, contendo todas as características típicas do protótipo (Anexo VI, Estampa I, n.º 302, Estampa II, n.º 301), nas quais se incluem a orla decorada com motivos geométricos circulares. É curioso observar que se trata de duas peças sobremoldadas, uma delas (n.º 302 do catálogo, Anexo XI) de boa qualidade, tendo sido a completa ausência de engobe ou verniz que nos indicou tal possibilidade, além de apresentar a marca de oleiro praticamente ilegível.

O outro exemplar, embora mostre a aplicação de uma aguada de tonalidade alaranjada, apresenta bastantes defeitos de fabrico, resultantes da técnica de cópia por molde. Além destas características, possui uma inscrição epigráfica no disco, que, infelizmente, não permite qualquer leitura ou interpretação.

Estes exemplares são ambos provenientes do mesmo estrato, o qual permite algumas conjecturas. Desde logo, chamamos a atenção para o facto de terem sido recolhidos nas



campanhas de 1994/1995, logo durante os trabalhos que permitiram pôr a descoberto o templo de *Scallabis*. Por outro lado, o seu elevado estado de conservação e os poucos indícios de uso que apresentam permitem pressupor que possa tratar de algum tipo de ex-votos. Ainda assim, estas correspondem a problemáticas que serão abordadas e discutidas no capítulo que lhes compete.

No entanto, não poderíamos deixar de referir que este contexto permite também propor uma cronologia mais precisa para os exemplares nele recolhidos. A associação destas duas peças a um exemplar de tipo cureiforme, de cronologia um pouco mais tardia, torna evidente a coexistência de ambos os tipos. Com efeito, e tendo em conta que os dois exemplares da forma 19 de Dressel correspondem a peças sobremoldadas, é possível defender que possuem uma cronologia mais tardia, e, como tal, coeva do exemplar da forma 27 da mesma tipologia recolhido no mesmo estrato.

Posto isto, parece sensato avançar com uma datação centrada na segunda metade do século II d.C. para os exemplares recolhidos neste contexto, momento no qual se têm documentado as formas cureiformes, perdurando ainda as imitações das formas de disco dos tipos 17 e 18 de Dressel.

#### **4.3.4.3 – Dressel 20/Ponsich III – B1, 2/Deneauve VIIA/Walters 95**

Esta forma caracteriza-se por um bico curto e plano na parte superior, arredondado e ligeiramente oblíquo, geralmente separado do corpo tronco-cónico da lucerna por uma linha recta em cima e por linhas oblíquas dos lados. A principal característica que diferencia esta forma das restantes formas de lucernas de disco é o facto de o bico se encontrar a um nível ligeiramente inferior, face à orla e às molduras. Transparece, ainda, uma pequena asa anelar e uma ou duas molduras, que separam o disco da orla, que se apresenta agora bastante alargada. A decoração do disco é de menores dimensões e de qualidade inferior, comparativamente aos tipos de volutas.

Os autores parecem estar de acordo sobre o aparecimento deste tipo de peças em finais do século I, cronologia atestada em Pompeia e *Vindonissa* (Denauve, 1969, p. 165), havendo também consenso relativamente ao final da sua produção, na segunda metade do século seguinte. Não obstante, na Península Ibérica, parece constatar-se apenas a partir de início do século II d.C., sendo a forma mais frequente das lucernas de disco.

No território actualmente português, verificou-se a presença deste tipo formal em Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997, p. 37 – 36, Lu 574, 538 e 580), datado entre meados do século I e finais do século III, cronologia, em nosso entender, demasiado alargada para



exemplares completos. Às peças recolhidas em Conímbriga foi atribuída uma datação de meados do século I (Alarcão *et al.*, 1976, p. 99, n.º 57 e 58). Em Mérida, a forma encontra-se documentada através de dois exemplares (Rodríguez Martín, 2002, p. 33, Lám. II n.º 22 e 23). Mas, mais uma vez, a proposta de datação não incide sobre os contextos, limitando-se o investigador a apresentar e compilar as cronologias das diferentes tipologias que outros autores atribuem a esta forma.

No inventário das campanhas da Alcáçova de Santarém, existem 17 fragmentos passíveis desta classificação (Anexo VI, Estampas III a V). Trata-se de cinco peças que conservam ainda a asa anelar ou o seu arranque, das quais três conservam também o disco e o reservatório (Estampa III, n.º 49, 82 e 87), uma apresenta parte do bico, disco e orla (Estampa III, n.º 89), sendo as restantes dez correspondentes a fragmentos de orla. Todas possuem uma ou duas molduras, mais ou menos profundas, que separam o disco da orla, a qual é bastante convexa e larga. Dos cinco fragmentos que conservam ainda parte do disco, quatro deles apresentam decoração figurativa.

No que respeita à classificação atribuída aos fragmentos aqui em análise, aqueles que conservam ainda o bico e/ou asa não ofereceram dúvidas no momento da sua inclusão na forma 20 de Dressel, até porque, é nestas partes das lucernas que, frequentemente, encontramos as suas principais características. Já no que se refere aos fragmentos de orla, admitimos que nem sempre estivemos seguros quanto à forma. Não obstante, tais fragmentos apresentam uma acentuada convexidade que, associada às molduras profundas e bem delimitadas e à sua largura, permitem propor tal classificação.

#### **4.3.5 – Lucernas cureiformes**

##### **4.3.5.1 – Dressel 27/Loeschcke VIIIH/Ponsich III – C/Deneauve VIIIA**

As lucernas deste tipo apresentam, geralmente, um corpo perfeitamente circular, de orla larga e convexa, contendo uma decoração bastante elaborada. O disco é côncavo, separado da orla por uma ou duas molduras, que reduzem o seu tamanho, obrigando ao desaparecimento da decoração neste. A característica mais peculiar desta forma é a separação entre o bico e o corpo da peça ser concretizada mediante duas linhas curvas, o que lhe dá a forma de um pequeno coração.

Para as lucernas com estas características, E. Dressel estabeleceu duas variantes, a forma 27 e a forma 28, que se distinguem, essencialmente, pela presença de decoração na orla, especialmente no segundo caso. Não obstante, este foi o único critério utilizado para diferenciar as duas variantes morfológicas, estando, ainda hoje, por esclarecer se também haverá diferenças



entre elas a nível cronológico. Ainda assim, parece evidente que ambas iniciam uma segunda geração dentro das lucernas de disco (Morillo Cerdán, 1999, p. 119 e 120).

De igual forma, não resulta fácil identificar a produção nos exemplares das formas 27 e 28 de Dressel. Efectivamente, a sua origem parece estar na Itália Central (Morillo Cerdán, 1999, p. 119 e 120), mas rapidamente assistimos ao surgimento de imitações do Norte de África e, inclusivamente, produções locais/regionais, ao nível peninsular. As sobremoldagens são, de facto, uma realidade bem documentada para períodos mais tardios, especialmente em regiões que se encontrem mais afastadas das rotas comerciais e onde os produtos que chegam atingem, certamente, custos mais elevados.

No que respeita à cronologia, parece evidente a sua frequente documentação em contextos da segunda metade do século II d.C., estando, contudo, ainda por esclarecer qual o término desta produção. Provoost estabelece uma cronologia que abarca também todo o século III d.C. (Provoost, 1976, p. 557), mas Bailey propõe para o seu limite inferior os meados do mesmo século (Bailey, 1980, p. 336-376). Já Ponsich apresenta unicamente a referida centúria enquanto marco temporal destes exemplares (Ponsich, 1961, p. 35).

Em *Scallabis*, foi possível identificar três fragmentos desta forma (Anexo VI, Estampa VI), dos quais, dois parecem corresponder ao mesmo exemplar (232 e 254 do catálogo, Anexo XI). Com efeito, as características morfológicas de pastas e do engobe que apresentam são demasiado semelhantes para que não possamos considerar tratar-se da mesma peça.

#### **4.3.6 – Lucernas paleocristãs**

As lucernas paleocristãs, também denominadas de lucernas tardo-antigas de produção africana, constituem o último grande grupo de lucernas romanas (Morillo Cerdán, 1999, p. 146). A principal diferença deste grupo reside na origem da sua produção, a qual se verifica no Norte de África, caracterizando-se pela sua fabricação em *terra sigillata* africana idêntica às variantes C e D.

Este tipo de peças é caracterizado pelo seu corpo ovóide de perfil tronco-cónico e grandes dimensões. O bico é bastante largo e rematado de forma arredondada, diferenciando-se assim do corpo da lucerna, e, geralmente, está unido ao disco por um amplo canal aberto. O disco é de reduzidas dimensões e côncavo, podendo ostentar por vezes decoração. A orla é ampla e horizontal ou ligeiramente convexa, apresentando também frequentemente decoração, constituindo um dos principais elementos de diferenciação tipológica deste tipo de lucernas. As asas são maciças e projectadas para trás. A base é plana ou ligeiramente anelar.



Do reportório ornamental, presente no disco, que estas peças fornecem, destacamos os motivos geométricos e vegetalistas, podendo-se encontrar, de igual forma, motivos figurativos (animais, leões, cavalos, coelhos e também algumas representações humanas). Não poderíamos deixar de fazer referência à representação de motivos de simbologia cristã, como parece ser o caso do *crismon* e da cruz, tão bem conhecidos (Morillo Cerdán, 1999, p. 147).

As pastas e vernizes constituem um dos aspectos mais peculiares destas lucernas, parecendo corresponder, exactamente, às características dos recipientes de *terra sigillata* clara C e D, de idêntica produção. A pasta é porosa e muito bem depurada, de tonalidades vermelhas alaranjadas ou simplesmente alaranjadas. Os engobes parecem ser bastante densos e brilhantes, de tonalidade alaranjada. Não obstante as suas emblemáticas características, também nos poderemos deparar, frequentemente, com imitações que reproduzem de forma fidedigna os exemplares africanos, dificultando a sua identificação.

É a partir do século III d.C. que, na região anteriormente mencionada, se começa a produzir protótipos morfologicamente distintos dos conhecidos até então. Parece constituir um período de experimentação produtiva que acaba por dar lugar a novos modelos de lucernas (Morillo Cerdán, 1999, p. 147), aparecendo então, mais tarde, os primeiros exemplares em *terra sigillata*. Entre os últimos tipos de disco e os exemplares de *terra sigillata* encontramos alguns exemplares produzidos em cerâmica comum, já considerados lucernas africanas tardo-antigas ou paleocristãs (Anselmino y Pavolini, 1981; Pavolini, 1980).

As primeiras produções de lucernas realizadas em *terra sigillata* aparecem na região central de Tunis, durante as primeiras décadas do século IV d.C. (Anselmino, 1983). Ainda sobre os centros produtores deste tipo de lucernas, deveremos, de igual forma, fazer referência ao papel bastante activo que Cartago desempenhou no quadro de produção e comercialização das lucernas de *terra sigillata*, assim como o centro produtor identificado em El-Djem (*apud in* Morillo Cerdán, 1999, p. 147). Certamente que centros produtores localizados nas proximidades de grandes portos marítimos escoariam mais facilmente, e em maior número, os seus produtos, alcançando, desta forma, uma maior longevidade geográfica. Com efeito, podemos constatar que as lucernas paleocristãs se encontram abundantemente presentes por toda a costa norte africana, Península Itálica, sul da Gália, Península Ibérica e Mediterrâneo Oriental (Pavolini, 1983, fig. 1e 2).



#### 4.3.6.1 – Hayes I/Atlante VIII

Este tipo é caracterizado por um corpo oval e compacto, de perfil tronco-cônico, de *rostrum* curto e arredondado, separado do corpo da peça por um canal aberto entre o orifício de combustão e o disco. O disco é côncavo, podendo apresentar um ou dois orifícios de alimentação, e, por vezes, decoração. A orla é ampla e ligeiramente convexa, ornamentada com palmetas estilizadas que, por vezes, parecem simplesmente incisões oblíquas. A asa é maciça e projectada para cima, formando um simples apêndice. A base é, regra geral, anelar.

Dentro do tipo I, Hayes diferenciou dois subtipos distintos, o tipo IA e IB, que se distinguem pela forma da asa. Infelizmente, o fragmento recolhido na Alcáçova de Santarém incluído neste tipo não permitiu uma classificação mais precisa. Cronologicamente parece haver uma certa discrepância de um tipo para o outro, correspondendo o subtipo B aos exemplares mais tardios, correspondentes ao século V, enquadrando-se o subtipo A no século IV d.C.

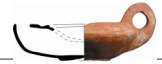
As lucernas deste tipo são também denominadas de “Henchir el Srira”, quer pela sua abundância neste sítio arqueológico como pelo facto de este corresponder ao local onde se identificou pela primeira vez esta forma (Salomonson, 1968, p. 87). Salomonson data o aparecimento desta forma do segundo ou terceiro quartel do século IV d.C., mantendo-se em uso até meados da centúria seguinte (Anselmino, 1983, p. 34).

A frequente documentação de exemplares desta forma com a marca de oleiro “*Navigijs*”, dentro do sítio arqueológico de Henchir el Srira, levou Salomonson a associar origem deste tipo com o referido produtor e, conseqüentemente, com o local em questão (Salomonson, 1969, p. 97). Não obstante, o elevado número de variantes deste tipo que Pavolini e Anselmino identificaram levou estes mesmos investigadores a ponderar e suspeitar de tal realidade (Anselmino-Pavolini, 1981, p. 195).

Este tipo encontra-se bastante disseminado por toda a costa norte africana, Sicília, Península Itálica, sul de França e também na Península Ibérica. Nesta última área podemos encontrar lucernas desta forma em *Pollentia* (Palanqués, 1992, p. 45 e 46), Ampúrias (Palol, 1948, p. 49), Mérida (Gil Farrés, 1947, p. 48), Conímbriga (Alarcão, 1976, p.107) e La Rioja (Amaré, 1987a), entre outros.

Na Alcáçova de Santarém, foi possível a identificação de um exemplar desta forma (Anexo VII, Estampa I, n.º 214), ainda que, como foi já dito, não tenha permitido a sua inclusão num dos diferentes subtipos. Com efeito, trata-se de um fragmento de pequenas dimensões, que conserva apenas parte da orla com a típica decoração característica desta forma. Ainda assim, cremos que se trata de um fragmento muito análogo aos exemplares do tipo A de Hayes enquadrando-se cronologicamente no século IV d.C.





#### 4.3.6.2 – Hayes IIA/Atlante X

Este tipo é caracterizado por um corpo ovóide e compacto, de *rostrum* largo e arredondado unido ao corpo da peça por um amplo canal aberto entre o orifício de combustão e o disco. A orla é ampla e plana, com uma grande moldura ornamentada com uma vasta variedade de motivos impressos, como é o caso de flores, rosetas, quadrados, triângulos, elementos cordiformes e ferraduras, entre outros. O disco é ligeiramente côncavo, com a presença de um ou mais orifícios de alimentação, decorado com motivos de representação cristã, como é o caso das cruzes, *crismon*, candelabros com sete braços ou peixes. A asa é maciça e pedunculada. A base é, regra geral, anelar.

Anselmino e Pavolini distinguiram cinco variantes dentro do seu tipo X, correspondente à forma IIA de Hayes (Hayes, 1972, p. 311). Dessas variantes, a mais comum parece ser a primeira, Atlante XA (Anselmino-Pavolini, 1981, p. 199 e 200). A relação cronológica e produtiva deste tipo de lucernas com a *terra sigillata* clara encontra-se bem documentada através do emprego da mesma técnica produtiva, a qual origina pastas alaranjadas muito bem depuradas, cobertas com engobes brilhantes da mesma tonalidade (Morillo Cerdán, 1999, p. 151).

Posto isto, e segundo a análise comparativa das estampilhas decorativas aplicadas quer nas lucernas desta forma, quer na *terra sigillata* clara, levaram Salomonson a datar este tipo de finais do século IV d.C. (Salomonson, 1969, p. 83). Não obstante, actualmente tem-se atribuído a estas uma cronologia centrada nos últimos anos do referido século e início do século seguinte (Anselmino, 1983, p. 34).

As lucernas da forma Hayes IIA/Atlante XA parecem corresponder às mais abundantes e difundidas, comparativamente com os restantes tipos de lucernas paleocristãs. A sua distribuição, tal como outros autores já verificaram, encontra-se directamente relacionada com a da *terra sigillata* clara, que, a partir do Norte de África, era distribuída por toda a costa norte africana, Egipto, costas do mar Egeu, Itália, Sicília, Sardenha, Sul de França e também pela Península Ibérica.

Com efeito, na Península Ibérica, este tipo parece estar bem representado, tendo-se documentado em *Pollentia* (Palanqués, 1992, p. 46 e 47), em Tarragona (Bernal Casasola, 1993, p. 208) e Conímbriga (Belchior, 1969, p.76 e 77), entre outros.

Em *Scallabis*, identificou-se um fragmento correspondente a este tipo (Anexo VII, Estampa I, n.º 178), o qual conserva parte da orla e a asa. De facto, a orla conserva ainda a típica decoração característica desta forma e que nos facilitou a sua identificação.



#### **4.3.7 – Fragmentos de difícil classificação**

Neste capítulo decidimos incluir três fragmentos de orla e disco os quais, dadas as suas características não permitem uma classificação segura (Anexo VIII, Estampa I, nºs 94, 218 e 220). Trata-se de fragmentos de orla larga e convexa com duas molduras pouco profundas. Na orla apresenta decoração radial em linhas sulcadas oblíquas ou onduladas.

A existência deste tipo de decoração da orla nestes fragmentos parece corroborar a sua proveniência. A análise das pastas e elaboração de grupos de fabrico permitiu concluir que estes parecem corresponder a produções norte africanas. A decoração das orlas parece, com efeito, constituir uma característica maioritária deste tipo de produções lucernárias, nas quais as decorações radiais estão fortemente presentes.

Não obstante, e dada a reduzida dimensão dos fragmentos, não foi possível concluir, com segurança, a forma na qual estes se inserem. Frequentemente nos deparamos com exemplares análogos, ostentando a mesma decoração, nas formas Dressel 20/Deneauve VIIA ou Dressel 28/Deneauve VIIIB. A parte constituinte da lucerna que permite discernir uma diferenciação entre estas formas encontra-se na morfologia do bico ou da asa. Uma vez que nenhuma destas partes se encontra presente nos fragmentos da Alcáçova de Santarém, não é possível avançar com uma proposta morfológica mais precisa.

#### **4.3.8 – Discussão**

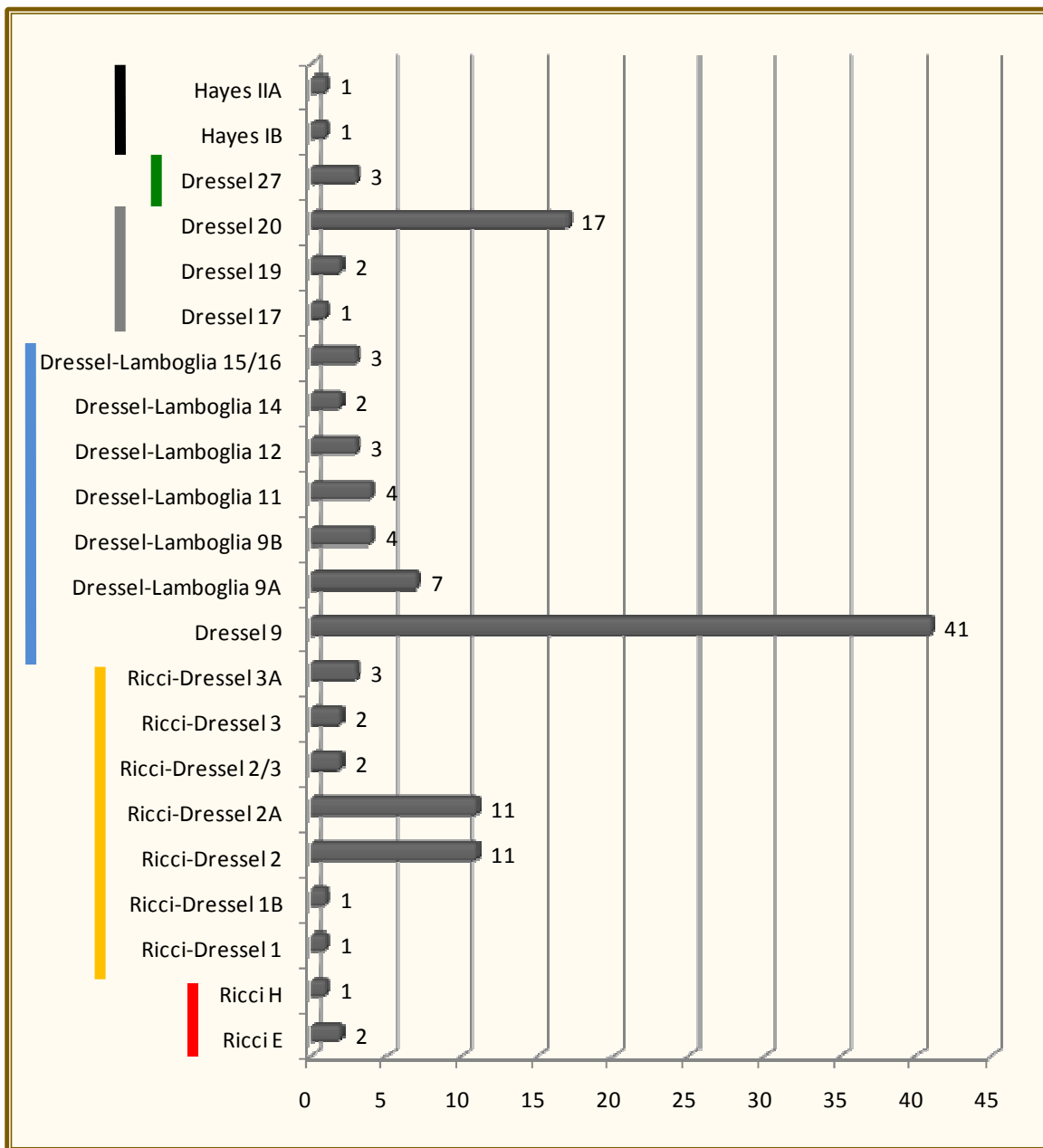
Não poderíamos deixar de iniciar este capítulo sem fazer referência ao número de fragmentos classificados, no quadro da totalidade do conjunto de lucernas romanas exumadas na Alcáçova de Santarém. Assim, dos 393 fragmentos incluídos neste estudo, 123 foram passíveis de classificação, a qual nem sempre é segura, como foi sendo referido ao longo da análise morfológica de cada tipo e sempre que tal se exigia. Ainda que somente 31.3% da totalidade dos materiais tenha possibilitado uma integração tipológica, foi possível retirar deste conjunto algumas ilações que consideramos pertinentes.

Começando por fazer uma análise da distribuição formal (fig. 7), desde logo reparamos na predominância de quatro formas. Trata-se das formas Ricci-Dressel 2 e 2A, da forma Dressel-Lamboglia 9 e da forma Dressel-Lamboglia 20. Convém salientar, neste âmbito, que a grande predominância da forma 9 de Dressel se deve ao facto de a maioria dos fragmentos não terem permitido a sua inclusão numa das variantes. Como temos vindo a sublinhar ao longo deste estudo, tal realidade deve-se ao elevado estado de fragmentação do conjunto. Não obstante, esta



forma parece ser aquela que, geralmente, melhor se encontra representada nos sítios arqueológicos alto-imperiais.

Apesar da grande superioridade destas formas, não poderíamos deixar de referir que se encontra em *Scallabis* uma grande variedade morfológica de lucernas romanas. No que diz respeito às lucernas tardo-republicanas, encontram-se presentes praticamente a totalidade das formas conhecidas, com exceção da forma 4 de Dressel, também designada de “cabeça de ave”. Apesar desta ausência formal no inventário das lucernas da Alcáçova de Santarém, foi a forma 2 de Dressel que parece ter vingado no gosto dos scallabitanos.



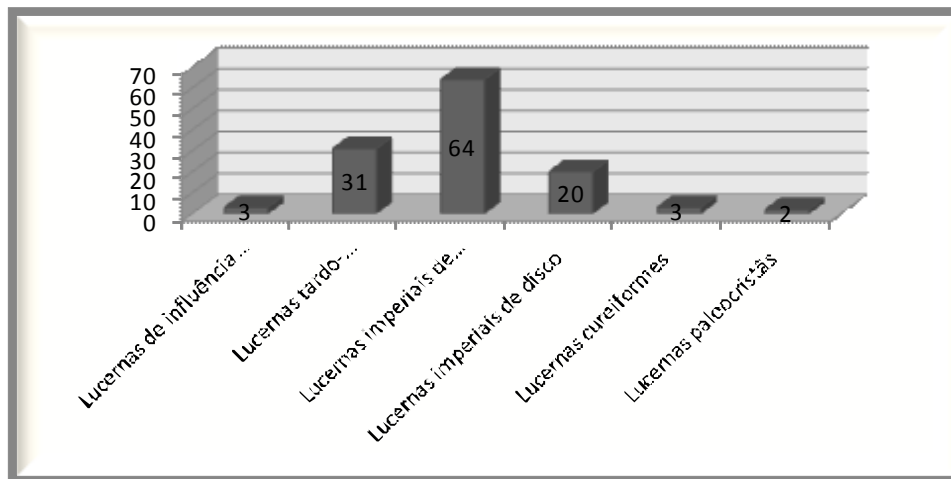
- Lucernas de influência helénica
- Lucernas tardo-republicanas
- Lucernas imperiais de volutas
- Lucernas imperiais de disco
- Lucernas imperiais cureiformes
- Lucernas paleocristãs

**Fig. 7** – Distribuição formal das lucernas da Alcáçova de Santarém.



Nas lucernas imperiais, destacam-se as formas 9 e 20 de Dressel que, curiosamente, correspondem a dois tipos distintos de lucernas, correspondendo a primeira a lucernas de volutas e a segunda a lucernas de disco. Assim, reparamos que além de se diferenciarem morfologicamente, também se distinguem cronologicamente, enquadrando-se as lucernas de volutas no século I d.C. e início da centúria seguinte, e as lucernas de disco no século II d.C.

Com isto, desde logo reparamos que, e apesar de termos constatado já uma grande variedade formal ao longo do período cronológico em que as cerâmicas de iluminação são importadas para *Scallabis*, há um gosto maioritário por uma forma em concreto dentro de cada tipo de lucernas. Ainda assim, não poderíamos deixar de referir que as formas que documentamos como as mais requeridas são também as mais comuns no mundo da iluminação romana durante o alto-império.



**Fig. 8** – Distribuição das lucernas da Alcáçova de Santarém por tipo.

Quando efectuamos uma análise do conjunto tendo em conta os tipos de lucernas (fig. 8) é possível observar ritmos de importação. Ainda que em número escasso, estão presentes as lucernas de influência helénica e, a partir do momento em que se recebem estes protótipos, a importação de cerâmicas de iluminação aumentou gradualmente até às lucernas imperiais de volutas. Este último tipo constitui o momento auge da importação de lucernas para *Scallabis*, a partir do qual constatamos uma quebra na introdução das lucernas, que vai reduzindo gradualmente em número e de forma significativa.

Cronologicamente, o conjunto de cerâmicas de iluminação da Alcáçova de Santarém poder-se-á enquadrar entre finais do século II a.C. e início da centúria seguinte, tendo perdurado até finais do século IV e inícios do século V d.C.



Curioso é observar que o ritmo de importação, por tipo de lucernas (fig. 8), é coincidente com a linha de evolução quantitativa das lucernas na Alcáçova de Santarém (fig. 9), quando se efectua uma análise comparativa e quantitativa entre os diferentes séculos em que se insere este conjunto. Por outro lado, não deveremos estranhar tal realidade, se tivermos em conta que, grosso modo, cada tipo de lucerna se insere num período cronológico bastante preciso.

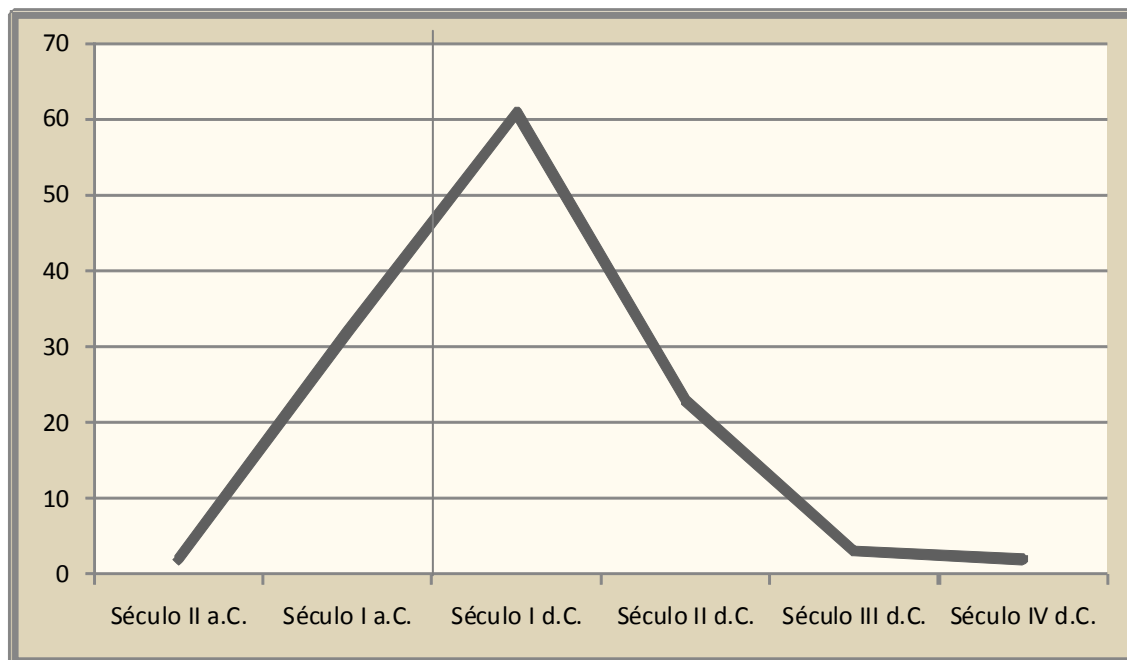


Fig. 9 – Evolução da importação das lucernas da Alcáçova de Santarém.

Assim, é ainda durante o século II a.C. que se inicia a importação de lucernas para a Alcáçova de Santarém, a qual não parece ser muito significativa, uma vez que, como foi já comentado em outro capítulo deste trabalho, neste período as cerâmicas de iluminação não constituem o material de importação por excelência. Até ao século I d.C., notamos uma clara evolução contínua e estável na quantidade de lucernas que são introduzidas em *Scallabis*, momento este que corresponde ao auge da plena utilização das cerâmicas de iluminação neste sítio. A partir deste momento, as lucernas parecem perder alguma da importância na vida dos scallabitanos, uma vez que se reduz, de forma significativa, a sua importação. No século II d.C., verificamos que a quantidade de lucernas presentes neste local é inferior, inclusive, às lucernas aí existentes durante o século I a.C. A partir do século III d.C., as cerâmicas de iluminação já não parecem corresponder a um produto largamente utilizado na Alcáçova de Santarém.

Posto isto, verificamos que é entre o século I a.C. e o século I d.C. que se verifica o momento de máxima utilização deste tipo de materiais. Tal realidade permite que se levantem, neste âmbito, algumas questões pertinentes.



Antes de mais, não poderíamos deixar de relacionar os materiais característicos do século I a.C., ainda que somente os que se enquadram na primeira metade deste mesmo século, com a presença de contingentes militares que, eventualmente, se pudessem encontrar neste local. Tendo em conta que estamos a falar de um período de clara romanização, não nos parece de todo descabido colocar esta possibilidade, até porque, e como foi concluído na análise das pastas deste conjunto, a presença de uma lucerna de produção claramente local/regional associada a uma boa qualidade técnica de produção permite propor que se trataria de uma produção de âmbito militar, uma vez que os militares são também portadores do conhecimento produtivo manufactural, muitas vezes de auto-consumo. Ainda assim, as produções locais/regionais poderão dever, de igual forma, a um maior gosto e uma maior procura, que obriga ao surgimento de produções marginais, as quais utilizam as peças originais, promovendo a sobremoldagem.

Certo é que as lucernas de influência helénica e tardo-republicanas se encontram muitas vezes associadas à presença de contingentes militares ou sítios de índole fortemente militar. Não obstante, poderão também corresponder a sítios precocemente romanizados nos quais, uma elevada densidade populacional de indivíduos genuinamente romanos apela aos seus hábitos.

Efectuando uma análise mais atenta, quer dos materiais, quer dos níveis estratigráficos onde estes foram recolhidos (Anexo X), nas campanhas de 1999 e 2000, podemos observar que estes aparecem em estratos, na sua maioria, associados a uma arquitectura que poderá indiciar uma clara fixação da população aí existente.

A possibilidade de a população que se encontrava na actual Alcáçova de Santarém durante o século I a.C. corresponder, também, ao estacionamento de um qualquer contingente militar levanta algumas questões de difícil resposta. Não restam dúvidas, no entanto, que durante o século que se seguiu, *Scallabis* correspondia já a um pleno núcleo urbano romanizado. Com efeito, as lucernas imperiais de volutas não se devem associar a uma qualquer realidade de âmbito militar. Pelo contrário, encontram-se em qualquer sítio arqueológico coevo dessa cronologia. Ainda que este tipo de lucernas não se encontre somente documentado em núcleos habitacionais, este parece ser o caso de *Scallabis* que, exceptuando os fragmentos recolhidos no templo, corresponde claramente a um assentamento populacional.

A partir de finais do século II d.C. e início da centúria seguinte, *Scallabis* parece perder um pouco a sua importância, realidade esta que se reflecte nos produtos manufacturados importados, como se pode já constatar no estudo de outros materiais deste local, como é o caso da *terra sigillata* (Viegas, 2003).

As cerâmicas de iluminação não constituem uma excepção à regra, demonstrando também a quebra de importações que, a partir desse momento, se torna evidente podendo-se



relacionar directamente com a crescente importância que *Olisipo* adquiria. Esta temática foi já levemente abordada no capítulo 1.2, no qual referimos que «...os registos arqueológicos obtidos na Alcáçova de Santarém comprovam que a partir de início do século II d.C. este núcleo urbano perdeu progressivamente a sua importância político-económica em detrimento da cidade de *Olisipo*, que começava a ganhar uma acrescida importância enquanto principal centro marítimo da Lusitânia (Almeida, 2006; Arruda e Viegas, 1999; Pimenta, 2004), não descurando, no entanto, que *Scallabis* tivesse perdido as suas funções enquanto centro administrativo regional (Ribeiro, 1994, p. 60)».

Não obstante, não podemos atribuir, exclusivamente, a *Olisipo* a causa para o decréscimo de importância que se denota em *Scallabis*. No entanto, os dados obtidos em ambos os sítios arqueológicos, quando comparados, levam a propor que a crescente influência de um deles, corresponde ao enfraquecimento do outro.

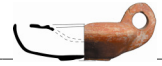
Por outro lado, e tendo em conta que também *Olisipo* demonstra uma grande ocupação durante o período romano republicano (Pimenta, 2004), é obrigatório ponderar que estas duas cidades poderão ter funcionado, simultaneamente, enquanto locais de recepção e redistribuição de produtos importados.

#### 4.4 – Iconografia

Durante a época clássica, na Grécia, a lucerna parece ter sido um objecto de índole eminentemente funcional, onde a estética era, praticamente, inexistente. Não obstante, foi a manifestação de um gosto artístico, característico da época helenística, e a crescente evolução técnica no processo de elaboração de lucernas que levaram à sua profunda transformação conceptual, permitindo a junção de funcionalidade com a estética ornamental (Morillo Cerdán, 1999, p. 163). É em plena época alto imperial que este referido processo atinge o seu auge.

Até às lucernas de tradição helenística, as peças apresentavam-se de forma extremamente simples, com o orifício de alimentação bastante alargado, não permitindo a ornamentação do disco, a qual se deslocava, maioritariamente, para a ampla orla. A partir de inícios do século I a.C., a inovação do molde bivalve na produção de lucernas vai permitir mudanças substanciais na sua morfologia, entre as quais a redução do orifício de alimentação, ampliação do disco, assim como a redução da orla. É com as formas tardo-republicanas que estas transformações se começam a evidenciar e, com as lucernas de volutas, atingem o seu auge morfológico e estético.

Com a grande aceitação das lucernas como peças de iluminação, rapidamente se criou uma extensa rede de *oficinae*, bem como as suas filiais (Morillo Cerdán, 1999, p. 163). As



variadas oficinas produtoras deste tipo de materiais seriam, desta forma, destinadas a suportar a procura das mesmas.

No que concerne à iconografia das lucernas, nos tipos de volutas mais antigos deparamo-nos com a representação de figurações de uma ou duas personagens isoladas ou ainda inseridas num contexto mais elaborado (Morillo Cerdán, 1999, p. 163). A qualidade artística das representações de lucernas alcança, durante o primeiro século do Império, a eleição de uma vasta compilação iconográfica especializada. A partir do período flaviano, esta qualidade artística decaí, gradualmente, empobrecendo-se, de igual forma, ao nível de variedade e tratamento dos motivos decorativos. As peças de grande qualidade apresentam-se de forma bastante rara e pontual.

Tal decadência iconográfica nas lucernas documenta-se perfeitamente pela sua evolução geral (Morillo Cerdán, 1999, p. 163), na qual estas se convertem, novamente, em peças de ampla orla e disco com tendência a circunscrever-se. É a partir de finais do século I d.C. que nos deparamos, de novo, com a ornamentação da orla, a qual perdura ao longo dos séculos seguintes.

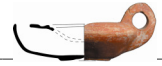
Já no século III d.C., denotamos a ausência de separação entre a orla e o disco da peça, restringindo-se a ornamentação da mesma a uma terminologia breve e meramente geométrica (Morillo Cerdán, 1999, 163). As produções norte africanas, mais tardias, introduzem um renovado repertório iconográfico, substancialmente diferenciado daquele que foi utilizado ao longo do Alto Império.

Os produtores de lucernas não parecem ter sido inovadores no que diz respeito à iconografia, parecendo beber influências helenísticas. Não resulta fácil descobrir a origem de cada uma das variadas representações patentes nestas peças. É, no entanto, de salientar os trabalhos da investigadora Amaré Tafalla sobre este campo, que, mais do que chegar à origem, trata das diferentes representações lucernárias (1985).

Segundo alguns autores, parece mais evidente que os produtores deste tipo de materiais tenham tirado partido de modelos iconográficos em relevos escultóricos para elaborarem os seus repertórios ornamentais (Morillo Cerdán, 1999, p. 164). Não obstante, não nos é permitido concluir se terá existido uma outra inspiração para a elaboração de tal compilação temática.

É possível que tenham existido, entre os diferentes produtores, “cadernos” que constituíam a compilação das cenas destinadas a figurar nas lucernas. Tais “cadernos” destinaram-se a circular entre os artesãos, os quais escolhiam e recolhiam as cenas que pretendiam colocar nas suas peças. Nestes produtores, encontrar-se-iam os fabricantes de lucernas. Ainda que remota, tal possibilidade não deve ser posta de lado, bem como a possível circulação dos próprios moldes.





Aquilo que levou os investigadores deste tipo de material a pensar nesta possibilidade foi a existência de repertórios iconográficos bastante semelhantes entre as lucernas e a típica *terra sigillata* romana. Algumas das representações parecem repetir-se em ambas as produções, das quais destacamos a fauna, a flora e também algumas cenas mitológicas e eróticas (Morillo Cerdán, 1999, p. 164). De referir, contudo, que a representação dos *ludi gladiatorii* é apenas pontual na *terra sigillata* sudgálica, enquanto nas lucernas estas figurações se desenvolvem de forma bastante artística.

A inovação mais expressiva introduzida pelos produtores de lucernas prende-se directamente com a temática do quotidiano. Ainda que alguns vasos gregos pintados exibam, por vezes, iconografia relacionada com aspectos do dia-a-dia, parecem ser os oleiros romanos a desenvolver estes temas, dos quais salientamos as cenas eróticas, representações teatrais, satíricas, cultuais, festivas, laborais, privadas e também literárias. Não obstante, encontramos também representados neste tipo de peças os jogos de circo e anfiteatro.

Da mesma forma que nos deparamos com um repertório iconográfico análogo entre as representações das lucernas e as representações da *terra sigillata*, alguns autores têm reparado que tal realidade se verifica também, um pouco, com a numismática. Estes, dos quais destacamos M. Amaré Tafalla, verificaram que o suporte circular, juntamente com a técnica de ornamentação em baixo relevo, são semelhantes e comuns aos dois materiais (Amaré Tafalla, 1986, p. 851). Contudo, tais correlações carecem de argumentos mais eficazes, bem como de relações mais directas. Por outro lado, não deveremos esquecer que as emissões monetárias, um pouco à imagem dos nossos dias, deveriam cumprir a intenção propagandista do estado.

Os critérios utilizados para a escolha do repertório iconográfico dos produtores de lucernas deveriam seguir, automaticamente, os gostos das “classes” sociais médias e baixas, às quais se destinavam este tipo de peças (Morillo Cerdán, 1999, p. 164). Desta forma, tais temas deveriam incorporar-se numa compilação de temas e ornamentos que variavam cronológica e geograficamente. No entanto, a inexistência de uma monografia completa acerca da temática lucernária impede um estudo mais detalhado e profundo sobre a sua cronologia, bem como sobre a sua geografia correspondente. Tal investigação poderia ainda contribuir no sentido de diferenciar centros produtores.

A classificação mais completa de temática iconográfica em lucernas que conhecemos foi criada pela investigadora W. Deonna (1927), que a dividiu em personagens mitológicas e seus atributos, objectos de culto, vida laica, transposição ao mundo mitológico de motivos religiosos e laicos, cenas grotescas e temas literários, que, mais tarde, foram re-analisados por M. Amaré



Taffala (1985), que acrescentou a temática histórica, a fauna, os animais imitando acções humanas, os motivos vegetais, os objectos, os signos celestes e os ornamentos geométricos.

Não obstante, tal tipologia iconográfica apresentava, como notou A. Morillo Cerdán (1999, p. 166), alguns problemas de aplicação, devido ao facto de várias cenas se poderem enquadrar nos diferentes grupos definidos por W. Deonna. Tais inter-relações verificam-se, maioritariamente, nos temas religiosos e mitológicos.

Para o investigador espanhol, a classificação apresentada por Loeschcke (1919), posteriormente actualizada por Bailey (1980, p. 88), apresenta uma divisão temática mais vantajosa e manuseável. Além destas características, a referida tipologia mostra-se também bem elaborada e estruturada, possuindo uma divisão mais curta e incisa.

Não obstante, não é apenas no disco da peça que nos deparamos com a presença de ornamentação, uma vez que também na orla e na asa se pode encontrar decoração. A decoração da orla aparece, geralmente, enquanto esta possui fórmula ampla e convexa, apresentando ornamentos temáticos restritos, reduzidos a elementos vegetais e/ou geométricos, de composição simplificada.

No que concerne à asa, somente alguns tipos apresentam tais características ornamentais figuradas em relevo (Morillo Cerdán, 1999, p. 270). Este tipo de asas é denominado de “asas plásticas” ou “reflectores”, específicas dos tipos 12 e 13 de Dressel, bem como do tipo III de Loeschcke e adoptam características triangulares ou em crescente lunar, embora apareçam também em forma de vulva feminina, ainda que mais raramente. No que diz respeito à ornamentação dos reflectores triangulares, esta descreve-se, maioritariamente, em elementos vegetais. Não obstante, podem também existir figurações animais ou humanas.

Geralmente, nos reflectores em forma de crescente lunar, se não encontra decoração, apresentando-se nestes apenas uma moldura interna, que acompanha a forma do referido crescente. Exemplo desta realidade, no território actualmente português, é o fragmento de asa exumado no concelho de Torres Vedras, o qual, também em forma de crescente lunar, possui apenas a referida moldura interna (Sepúlveda, 2000, p. 62, fig. 14). Também deste local procede um exemplar de asa em crescente lunar que contraria tal verificação (Sepúlveda, 2000, p. 56, fig. 11).

Quanto à cronologia, os investigadores parecem ser consensuais em relação a não existir uma diacronia temporal demasiado alargada dos ornamentos, bem como dos diferentes reflectores. Este tipo de asas, característico das lucernas de volutas, é frequente ao longo dos reinados de Tibério e Cláudio.



#### **4.4.1 – Religião e mito**

##### **4.4.1.1 – Divindades Olímpicas**

JÚPITER TRIUNFANTE COM ÁGUIA (lucernas de volutas, Dressel 11)

Anexo IX, Estampa I, n.º 172

As representações de Júpiter, acompanhado pela águia com as asas estendidas, constituem um tema bastante frequente na iconografia das lucernas romanas durante todo o século I d.C. e o início do século seguinte (Morillo Cerdán, 1999, p. 168). Ainda assim, este tema pode aparecer em duas variantes, que se distinguem pela presença ou ausência de cedro (Bailey, 1980, p. 8-9).

O exemplar da Alcáçova de Santarém, ainda que de reduzidas dimensões, permitiu a identificação de parte do corpo da águia, correspondente a uma das suas patas.

MARTE (lucernas de volutas, Dressel 15/16)

Anexo IX, Estampa I, n.º 90

Marte desnudo, virado com a cabeça para a direita e com corpo para a esquerda. Apresenta a perna esquerda posicionada um pouco mais à frente que a direita, dando a entender estar em atitude de caminhar. Tem o capacete com a mão esquerda, parecendo que o está colocar na cabeça, e, com a mão direita, segura o escudo e a lança.

Marte, deus da guerra, constituiu um dos temas iconográficos mais aclamados pelos oleiros romanos. Contudo, esta divindade, representada de lado, não é bastante comum no repertório iconográfico de lucernas. Ainda assim, encontra-se perfeitamente atestado na forma VD de Deneauve e 15/16 de Dressel, documentando-se, cronologicamente, entre meados do século I e finais do reinado de Trajano.

O exemplar de Santarém encontra-se completo, mas o facto de constituir uma cópia não permitiu, inicialmente, qualquer tipo de interpretação iconográfica. No entanto, o estabelecimento de um paralelo com uma peça de Mérida (Anexo IX, Estampa I, b) possibilitou uma descrição detalhada desta representação (Rodríguez Martín, 2002, p. 54, fig. III, n.º 31). Acreditamos que o paralelo obtido poderá constituir, inclusive, a peça que terá servido para a sobremoldagem do exemplar da Alcáçova de Santarém. O facto de o último apresentar as pastas típicas de Mérida, bem como os engobes, leva-nos a pensar tratar-se de uma sobremoldagem de terceira geração, pois a própria lucerna de Mérida corresponde, ela própria, a uma sobremoldagem. Curioso ainda é o facto de ambas as peças apresentarem a mesma imperfeição no local onde se encontraria a asa.



BACO (lucernas de volutas, Dressel 9)

Anexo IX, Estampa II, n.º 51

Representação de Baco coberto com um amplo manto, pernas ligeiramente abertas, estando a esquerda ligeiramente mais à frente dando a sensação de movimento, braços estendidos e a cabeça virada para cima. Baco parece dar a sensação de caminhar em movimentos descoordenados, aparentemente, embriagado. Apresenta na mão esquerda aquilo que parece ser um cântaro.

Do fragmento da Alcáçova de Santarém somente se conserva parte do corpo de Baco, e o seu braço esquerdo que sustem o cântaro. Ainda assim, não resta qualquer tipo de dúvida de que a iconografia presente neste fragmento corresponde à representação de Baco acima descrita. Baco pode surgir também, por vezes, coroado com folhas de videira e rodeado por pequenos cachos de uvas.

As lucernas que se têm associado a este tipo de representações correspondem sempre ao tipo de volutas, maioritariamente das formas Dressel 9/Loeschcke I, Dressel 11/Loeschcke IV e Dressel 12/13/Loeschcke III (Morillo Cerdán, 1999, p.174). Segundo estes dados, podemos pensar que este tipo de representações é bastante frequente durante todo o século I d.C. e os inícios da centúria seguinte.

A grande popularidade de Baco neste período dever-se-á à sua função de protector do vinho, o qual conduz a um estado de felicidade e liberta os homens pela embriaguez. A sua vida preenchida de grandes mistérios e o seu carácter licencioso e orgiástico permitiu a sua grande popularidade representativa no mundo romano que, desta forma, convidava ao desfrute dos prazeres da vida.

#### **4.4.1.2 – Divindades Menores**

VITÓRIA ALADA (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa II, n.º 40

Apesar de a decoração não estar bem conservada, foi possível encontrar um paralelo iconográfico análogo (Anexo IX, Estampa II, b) numa lucerna de León (Morillo Cerdán, 1999, p. 183, fig. 138, n.º 27). Este tipo de decoração representa a Vitória alada de frente, com as asas elevadas à altura da cabeça. Com o braço esquerdo sustem uma palma e com o direito, estendido, segura uma coroa de louro. O fragmento de Santarém conserva apenas parte do corpo de Vitória, e parte dos braços, os quais permitem perceber qual a sua disposição.



Deparamo-nos com este motivo decorativo representado também em denários romanos emitidos no ano de 29 a.C. (Morillo Cerdán, 1999, p. 183). A popularidade deste motivo decorativo nas lucernas parece ter sido enorme, apresentando, contudo, frequentemente, pequenas variantes iconográficas que se distinguem entre si pela disposição dos braços ou pela forma das asas.

Na Península Ibérica, esta representação encontra-se bem atestada, conhecendo-se exemplares em Mérida (Rodríguez Martín, 2002, p. 74, fig. VI, n.º 76), no Museu Machado de Castro de Coimbra (Oleiro, 1952, p. 18, lam. 1, n.º 2), Alcácer do Sal (Cabral, 1977), Peroguarda (Nunes, 1959, p. 81 -83, lam. I e II, n.º 2 e 12), Lisboa (Diogo e Sepúlveda, 2001) e Córdoba (Rodríguez Neila, 1978, n.º 17), entre outros.

O repertório formal em que este tipo de decoração é representado está documentado, principalmente, nas formas iniciais de Loeschcke IA, B e C (Dressel 9), III (Dressel 12/13), IV (Dressel 11) e V (Dressel 14). Cronologicamente, abarcam um período compreendido entre o início do século I a.C. e as primeiras décadas do século II d.C.

#### **4.4.1.3 – Personagens Mitológicas**

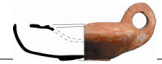
EUROPA (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa III, n.º 71

Europa era uma jovem rapariga, filha de um rei do Líbano, que brincava junto à praia com as suas companheiras, quando Zeus (Júpiter) se apaixonou por ela enquanto a observava e se transformou num touro para a poder raptar, levando-a montada no seu lombo sobre o mar até Creta.

Neste exemplar de Santarém, deparamo-nos com Europa de frente, sentada sobre um touro. Com a mão direita segura-se a uma das amarras do touro, com a outra seguraria uma das pontas do véu que esvoaça por cima da sua cabeça.

Este tipo de cenas é bastante frequente nas lucernas de volutas, principalmente da primeira centúria da nossa era. Quanto a paralelos iconográficos, estes estão presentes um pouco por toda a Península Ibérica, tendo-se constatado a sua presença em Mérida (Rodríguez Martín, 2002, p. 91, lam. XXVI, n.º 129 e 130) e em Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997, p. 69, Lu 168).



#### 4.4.2 – Vida quotidiana

##### 4.4.2.1 – Cenas de trabalho

ESCRAVO ROLHANDO ÂNFORA (lucerna de disco, Dressel 20)

Anexo IX, Estampa III, n.º 49

Figura masculina barbada, virado para a direita com um barrete arredondado e com um pequeno rebordo. Tronco nu, pés descalços e uma espécie de saiote pendendo da cintura. Com a mão direita toca na boca de uma ânfora que segura com a esquerda. O exemplar de *Scallabis* conserva apenas a cabeça do escravo e a boca da ânfora, tocada pelo trabalhador com a mão direita.

Apesar de a cena não se encontrar totalmente conservada no exemplar de Santarém, foi possível identificar um paralelo na mesma forma em Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997, p. 93 – 94, Lu 302). Também é possível encontrar este tipo de representação em Peroguarda (Nunes, 1959), constituindo um paralelo exactamente análogo ao fragmento recolhido na Alcáçova de Santarém.

Estas cenas encontram-se bem documentadas na forma 20 de Dressel e VIIA de Deneauve, abarcando um período cronológico centrado na primeira metade do século II d.C.

##### 4.4.2.2 – Cenas de anfiteatro

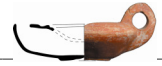
GLADIADOR ARMADO (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa III, n.º 307 e 37

Gladiador de frente, com a cabeça ligeiramente virada para o lado direito, com as pernas abertas e bem apoiadas no solo. Com a mão esquerda segura um escudo rectangular curvo, o *parma*, e com a direita uma *sica*, que levanta por cima da cabeça coberta com um capacete metálico de forma arredondada. O combatente veste o *subligaculum*, protege as pernas com *ocreae* e o antebraço direito com a *manicae*, protector metálico articulado. Frequentemente, os vários autores têm interpretado este gladiador como um trácio (Morillo Cerdán, 1999, p. 208).

O fragmento de Santarém, ainda que de reduzidas dimensões, permitiu uma fácil interpretação, aliada ao facto de nos depararmos com alguns paralelos iconográficos. Este apresenta a cabeça do gladiador, o braço direito e, na mão, a *sica*.

Este motivo aparece frequentemente nas lucernas romanas, podendo apresentar ligeiras variações, as quais se evidenciam, principalmente, no capacete do lutador. Quanto aos paralelos, denotam-se um pouco por todo o Império nas formas IA, B e C, e IV de Loeschcke, definindo um amplo espaço cronológico compreendido entre o início do século I a.C. e a primeira metade



do século seguinte. Na Península Ibérica, poderemos encontrar este tipo de representação em Alcácer do Sal (Almeida, 1952, p. 113, lam. XXX, n.º 13) e em Córdoba (Moreno Jiménez, 1991, p.506, lam. CCXI, n.º 1147).

#### GLADIADOR EM POSIÇÃO DE ATAQUE (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa IV, n.º 30

Para esta representação iconográfica não obtivemos qualquer tipo de paralelo, pelo que nos restringiremos a descrever o que se conservou no exemplar de Santarém. É visível a parte superior do corpo de um gladiador em posição de ataque. Encontra-se virado para o lado direito, juntamente com o escudo e a lança, o que sugere uma atitude de ataque. Na mão direita, segura o escudo arredondado, mas não sendo perceptível se se trata de um *parma*, e na mão esquerda segura a lança virada para a frente e na horizontal. Apresenta ainda o braço esquerdo, protegido com a *manicae*.

A representação de gladiadores e combates entre gladiadores constitui um dos temas mais representados desde as primeiras lucernas de volutas. O facto de não termos obtido paralelos para esta representação, as reduzidas dimensões do fragmento e, conseqüentemente, a impossibilidade de classificação, tornou impossível propor uma cronologia para esta representação.

#### MACHADO (lucerna de volutas, tipo Dressel 9)

Anexo IX, Estampa IV, n.º 38

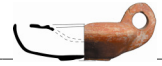
Deste fragmento pouco poderemos avançar. Na pequena área que se conservou do disco, apenas é visível parte daquilo que parece corresponder a um machado. É bem conhecida a representação de armas nas lucernas romanas, acompanhando quase sempre o repertório iconográfico de gladiadores. O facto de as armas não se terem documentado, até ao momento, noutra tipo de contexto representativo levou a que este exemplar fosse interpretado enquanto tal.

Podemos ainda referir, neste âmbito, que o fragmento de *Scallabis* que contém esta representação corresponde à forma 9 de Dressel enquadrando-se, como tal, no século I d.C.

#### 4.4.2.3 – Cenas eróticas

Anexo IX, Estampa IV, n.º 110

Representação de um casal no leito. O homem está de joelhos e atrás da mulher, a qual se encontra também de joelhos, apoiada sobre os braços e com a cabeça virada para o leito.



As cenas eróticas constituem uma das representações que mais popularidade alcançaram durante o primeiro século após a viragem da era. Apresentam, frequentemente, figurações em pinturas, relevos e objectos de uso quotidiano, como é o caso das cerâmicas de iluminação. No caso das representações em *terra sigillata*, principalmente na de produção itálica, alcançou uma grande variedade e qualidade excepcional (Morillo Cerdán, 1999, p. 223).

Segundo alguns autores, durante a primeira metade do século XX o «"puritanismo" de eruditos e investigadores se ha traducido incluso en la eliminación de las descripciones e ilustraciones que pudieran resultar escabrosas en los catálogos...». Com efeito, é na segunda metade deste século que a descrição deste tipo de cenas nas lucernas romanas é feita mais exaustivamente do ponto de vista meramente profissional.

Infelizmente, o fragmento da Alcáçova de Santarém não permitiu qualquer tipo de classificação, impossibilitando-nos a inclusão e confirmação deste no quadro da iconografia da cerâmica de iluminação do século I d.C.

#### **4.4.2.4 – Máscaras**

##### **MÁSCARA CÓMICA**

Anexo IX, Estampa IV, n.º 388

Máscara teatral com a boca aberta, na qual se encontra o orifício de alimentação, ocupando o centro do disco.

No teatro romano as representações ligeiras e prosaicas encontram-se bem patentes nas máscaras grotescas e burlonas, com as quais se ridicularizam os personagens (Morillo Cerdán, 1999, p. 221). Este tipo de máscaras parece constituir um motivo bastante comum nas lucernas romanas, estando presente de forma bastante expressiva nas lucernas de canal, ou também denominadas de *Firmalampen*.

No entanto, não parece ser o caso do exemplar da Alcáçova de Santarém que, ainda que seja de reduzidas dimensões, parece corresponder à forma 11/14 de Dressel, enquadrando-se cronologicamente na segunda metade do século I d.C.

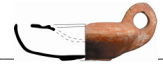
#### **4.4.2.5 – Simbólicas**

##### **ALTAR (tipo indeterminado)**

Anexo IX, Estampa V, n.º 41

Pequeno altar circular, no topo do qual de se encontra uma chama. Está ladeado por dois arbustos estilizados. Sensivelmente a meio do corpo do altar, observa-se uma espécie de





decoreção floral. Este pequeno altar poderá constituir a representação de uma ara, na qual é queimado incenso e óleos às divindades locais ou supremas.

O fragmento de *Scallabis* conserva a parte superior do altar. Contudo, a nossa interpretação desta representação foi facilitada pela presença de um exemplar de Mérida com a mesma decoreção (Rodríguez Martín, 2002, p. 120, fig. XIV, n.º 199).

Este motivo iconográfico não é comum nas lucernas. Até ao momento, na Península Ibérica, temos apenas conhecimento do exemplar de Mérida, referido anteriormente, o qual não permite, também, a obtenção de uma classificação. Como tal, não arriscaremos propor quais as formas em que este tipo de representações mais são frequentes, nem faremos referência ao período cronológico em que este se insere.

#### **4.4.3 – Fauna**

##### **4.4.3.1 – Mamíferos**

CÃO (lucerna de volutas, tipo Dressel 9)

Anexo IX, Estampa V, n.º 48 e Anexo XI, n.º 276/339

Cão correndo para a direita, possivelmente em perseguição de um coelho ou lebre. Da cena, conservou-se apenas parte do cão (n.º 48). Não obstante, temos conhecimento desta representação através de paralelos estabelecidos com lucernas do território actualmente espanhol, (Morillo Cerdán, 1999, p. 233, fig. 149, n.º 125).

O exemplar n.º 276/339 também exhibe o mesmo animal com as mesmas características que lhe auferem a ilusão de movimento.

Este tipo de representações aparece, geralmente, na forma IA de Loeschcke e na forma 9A de Dressel, com cronologia augusto-tiberiana.

As cenas de caça com cães encontram-se perfeitamente documentadas nas lucernas do século I d.C. O público estava familiarizado com lutas de animais entre si, graças às *venationes* do anfiteatro. Não obstante, as cenas de cães em ataque ou simplesmente correndo constituíam um motivo de fácil reprodução sobre lucernas ou *terra sigillata*.

CAVALO (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa V, n.º 94

Este exemplar ostenta a representação de um cavalo, ou de um possível cavalo alado. Contudo, as reduzidas dimensões do exemplar permitem apenas perceber tratar-se desse animal. Da cena, conserva-se somente a sua parte traseira, onde se notam as patas e a cauda. Este parece



estar em atitude de galope. Este fragmento apresenta ainda decoração na orla, mas não permite qualquer tipo de interpretação.

Desde cedo, os cavalos constituíram um tema privilegiado nas representações figurativas das lucernas, quer em cenas de anfiteatro quer nas do quotidiano. No entanto, embora este motivo tenha surgido cedo, poderemos estar perante uma representação mais tardia. Como foi tratado no capítulo dedicado às pastas, tudo indica que estamos perante um exemplar de importação africana, o que indica uma datação mais avançada, uma vez que a produção no norte de África apenas está documentada a partir dos inícios/meados do século III d.C.

URSO (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa V, n.º 191

Representação de urso a correr para a direita, centrado no disco, apresentando uma grande qualidade técnica que permite ver, com bastante nitidez, a pelugem e musculatura do animal.

As representações de ursos, ainda que mais escassas comparativamente com outras iconografias, encontram-se bastante difusas por todo o império. Na Península Ibérica, podemos constatar a presença de este tipo de representações em Mérida (Gil Farrés, 1947), Balsa (Almeida, 1952), Conímbriga (Belchior, 1969), Granada (Moreno Jiménez, 1991) e Múrcia (Moreno Jiménez, 1991).

No que respeita às formas onde este motivo se encontra, este está documentado numa vasta variedade tipológica, desde o tipo Dressel 9/Loeschcke I até à forma 20 de Dressel. Assim, poder-se-á enquadrar cronologicamente entre o final do século I d.C. e meados do século seguinte.

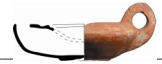
#### **4.4.4 – Flora**

COROA DE CARVALHO (lucerna de volutas, tipo Dressel 14)

Anexo IX, Estampa VI, n.º 46

Representação de coroa de carvalho na qual são visíveis folhas e uma bolota. Este motivo encontrar-se-ia em todo o entorno do disco da lucerna.

As coroas vegetais constituem um dos principais temas nas representações iconográficas florais. Poderemos encontrar coroas de hera, de videira, de oliveira, de loureiro ou, como neste caso, de carvalho.



O fragmento da Alcáçova de Santarém corresponde à forma 14 de Dressel, o que leva a considerar uma cronologia centrada na segunda metade do século I d.C. Não obstante, este motivo parece ser característico de todo este século, como o comprova a sua documentação em lucernas de tipo Dressel 9A/Loeschcke IA.

#### COROA DE LOUREIRO (lucerna de volutas, tipo Dressel 9)

Anexo IX, Estampa VI, n.º 47

Representação de coroa de loureiro disposta em torno ao disco da lucerna. As reduzidas dimensões do fragmento recolhido na actual Alcáçova de Santarém não permite mais do que a identificação do motivo aí disposto.

#### **4.4.5 – Motivos geométricos**

##### ROSÁCEAS

Anexo IX, Estampa VI, n.º 58, 23 e 303

As rosáceas constituem esquemas decorativos simples, semi vegetativos, semi geométricos, que se adaptam bem ao formato do disco das lucernas romanas. Neste tipo de representação são frequentes numerosas variantes.

Na Alcáçova de Santarém, foi possível identificar três fragmentos com este tipo de decoração, apesar de a sua dimensão não ter possibilitado a determinação do número de pétalas. Permitem, contudo, perceber que se trata de três tipos diferenciados. O fragmento n.º 58 é constituído por rosáceas de pétalas arredondadas de superfície plana, enquanto o fragmento n.º 23 é constituído por pétalas em que a superfície apresenta uma moldura que acompanha a forma das pétalas.

O fragmento n.º 303 (Anexo XI) apresenta uma rosácea de quatro folhas denteadas com um grande sulco no meio. Do exemplar característico desta decoração somente se conservou uma das pétalas, No entanto, certamente que se tratava de uma disposição em cruz, aliás, bastante frequente neste tipo de motivo.

Sobre este último fragmento, e ainda que não corresponda a um motivo bastante comum, acreditamos que será mais tardio, comparativamente aos motivos que se têm verificado neste estudo, uma vez que esta representação se encontra presente numa lucerna quase completa, não deixando qualquer dúvida na sua classificação. Corresponde, assim, a um exemplar de tipo 27 de Dressel enquadrando-se claramente no século III d.C.



## DECORAÇÕES GEOMÉTRICAS

Anexo IX, Estampa VII, n.º 44, 52, 70 e 87

Os exemplares de Santarém, com representações iconográficas geométricas, apresentam linhas incisadas que se estendem no disco entre as molduras e o orifício de alimentação, formando uma decoração radial. No entanto, ainda que do mesmo tipo, mostram algumas diferenças consideráveis.

Os fragmentos n.º 44 e 52 têm as referidas linhas incisadas dispostas em grupos de três, deixando um pequeno espaço livre entre os diferentes grupos de linhas. As referidas linhas não se prolongam até ao orifício de alimentação, encontrando-se separadas deste por duas molduras dispostas no centro do disco. O fragmento n.º 87 apresenta as mesmas linhas incisadas, contudo, agora isoladas entre si com um pequeno espaço entre elas. Também este exemplar evidencia uma moldura disposta à volta do orifício de alimentação, separando este da decoração geométrica. Finalmente, o fragmento n.º 70 possui linhas curtas e isoladas entre si. Neste exemplar, a decoração encontra-se separada do orifício de alimentação por duas molduras.

### 4.4.6 – Decoração na orla

#### 4.4.6.1 – Motivos geométricos

FOLHAS DE HERA (Lucerna de volutas, tipo 15/16 de Dressel)

Anexo IX, Estampa VIII, n.º 26

Representação de folhas de hera em forma de coração, impressas e dispostas em toda a orla, imediatamente a seguir às molduras da lucerna. Também estas se encontram contornadas por uma moldura da mesma forma.

Este motivo iconográfico não parece ser muito comum nas lucernas romanas, ainda que se conheçam alguns exemplares característicos deste tipo de decoração das formas 20 e 27 de Dressel e também da forma 66 de Walters. Apesar disso, o fragmento recolhido em *Scallabis* parece corresponder à forma 14/15 de Dressel. Cronologicamente, este motivo dever-se-á balizar entre finais do século I d.C. e toda a centúria seguinte na qual, aliás, este é preponderante.

LINHAS INCISADAS (Tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa VIII, n.º 88, 94, 218 e 220

A representação de linhas incisadas, dispostas radialmente ao longo da orla, parece ter constituído um dos motivos decorativos da orla mais comuns. Com efeito, na Alcáçova de



Santarém, foi possível identificar quatro exemplares com este tipo de decoração na orla, variando entre linhas rectas, ligeiramente oblíquas ou simplesmente onduladas.

O facto de nos encontrarmos perante um motivo bastante comum, dificulta um melhor enquadramento cronológico do mesmo. Ainda assim, e tendo em conta a análise dos fragmentos recolhidos em *Scallabis*, pensamos que este motivo é frequente apenas a partir do século II d.C. Durante o século anterior, a típica orla horizontal curta não permitia a elaboração de qualquer tipo de decoração nesse espaço.

#### CÍRCULOS IMPRESSOS (lucerna de disco, tipo Dressel 19)

Anexo IX, Estampa VIII, n.º 301

Círculos impressos de média dimensão localizados na orla em torno à totalidade do disco. A envolver cada um destes círculos encontra-se uma pequena moldura.

O exemplar de *Scallabis* está completo e, além de corresponder a uma produção emeritense, corresponde também a uma sobremoldagem de má qualidade técnica. Não obstante, este motivo não parece ser muito frequente na lucernária romana.

#### CÍRCULOS IMPRESSOS (lucerna de disco, tipo Dressel 19)

Anexo IX, Estampa VIII, n.º 302

O exemplar recolhido na Alcáçova de Santarém apresenta uma representação de pequenos círculos impressos de forma irregular. Encontram-se bastante concentrados junto à moldura exterior formando uma linha contínua, mas espessando-se na parte mais larga da orla.

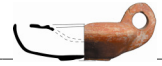
#### **4.4.7 – Decoração na asa**

##### PALMETA COM FOLHAS DE VIDEIRA (lucerna de volutas, tipo Dressel 12)

Anexo IX, Estampa IX, n.º 22

Palmeta em relevo, com uma grande folha centralizada na asa plástica e duas folhas de cada lado. Também na parte inferior parece existir uma quarta folha de videira. Das folhas laterais saem pequenas vides que se ramificam e enrolam nos vértices do triângulo.

As palmetas são um motivo extremamente frequente neste tipo de asas, talvez devido ao facto de as asas plásticas conterem uma área acrescida e plana. Cronologicamente, e uma vez que este tipo de asas é característica exclusiva das lucernas da forma 12 de Dressel, estes motivos podem-se balizar no século I d.C. Este motivo está representado em apenas um exemplar do conjunto estudado.



### LINHAS INCISAS (lucerna de volutas, tipo Dressel 12)

Anexo IX, Estampa IX, n.º 165

Representação de pequenas linhas incisas onduladas que se encontrariam dispostas pela totalidade da asa. Infelizmente, não encontrámos nenhum paralelo para este tipo de decoração neste tipo peculiar de asas, estando documentado, na Alcáçova de Santarém, em apenas um fragmento.

### ESCAMAS (lucerna de volutas, tipo Dressel 12)

Anexo IX, Estampa IX, n.º 200

Representação de pequenos triângulos em relevo dispostos na totalidade da área da asa e que, aparentemente, têm como objectivo a reprodução de escamas. À volta da asa encontrar-se-ia uma pequena moldura também em relevo. Mais uma vez não encontrámos qualquer paralelo para este motivo, que, tal como os anteriores, está representado singularmente no conjunto exumado em *Scallabis*.

#### 4.4.8 – Discussão

Antes de mais, pensamos que deveríamos iniciar a discussão da análise iconográfica das lucernas romanas da Alcáçova de Santarém expondo os dados em bruto. Assim, podemos identificar, neste conjunto, uma totalidade de 66 fragmentos que apresentam decoração. No entanto, e tendo em conta a grande fragmentação do espólio, somente foi possível a identificação iconográfica em 35 desses fragmentos, correspondendo os restantes 31 exemplares a decorações

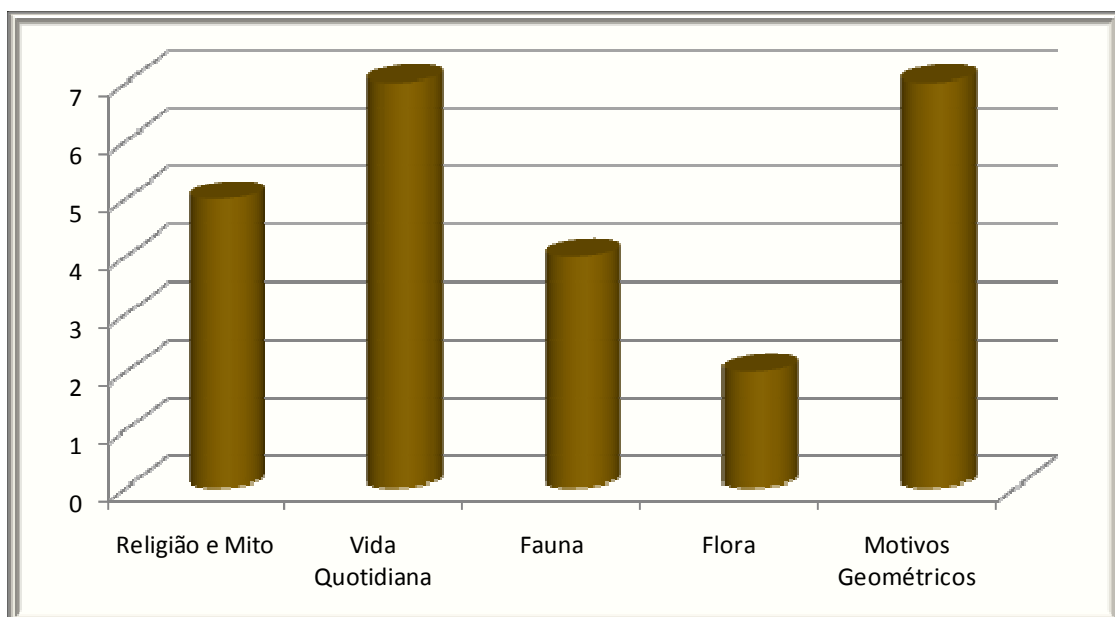
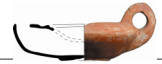


Fig. 10 – Distribuição dos motivos iconográficos nas lucernas da Alcáçova de Santarém.



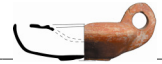
indeterminadas. Dos últimos, podemos referir que apresentavam, regra geral, uma área decorada muito pouco conservada que impossibilitou a sua identificação.

Ainda assim, os fragmentos que permitiram a sua identificação temática excedem a metade da totalidade dos fragmentos decorados, tendo permitido a exposição dos dados mediante a apresentação de um gráfico (fig. 10). Importa referir, neste âmbito, que apenas expomos neste gráfico os dados relativos aos motivos presentes nos discos das lucernas, tendo, desta forma, excluído os fragmentos que apresentavam decoração na orla ou na asa e que somam uma totalidade de dez exemplares.

Observando os dados quantitativos relativos às diferentes temáticas presentes nos discos das lucernas romanas, desde logo nos deparamos com um claro realce das decorações características da representação do dia-a-dia da vivência romana e dos motivos geométricos. Esta realidade não é de todo surpreendente, uma vez que os motivos geométricos constituem uma temática muito comum e abundante na iconografia das lucernas romanas e, talvez também, aquela que se mantém em uso durante um período temporal mais amplo. Certo é que as decorações presentes nas cerâmicas se encontram fortemente condicionadas ao gosto da sociedade romana, nas quais as figurações parecem ter um período de uso bastante mais curto. São, com efeito, as decorações geométricas que se conseguem manter no gosto desta sociedade talvez por não se encontrarem vinculadas a nenhuma realidade concreta, como é o caso da representação da vida quotidiana. Por outro lado, não permitem datações mais precisas.

As representações do dia-a-dia e de religião e mito, também presentes em *Scallabis* de forma significativa, constituem temáticas que se encontram sujeitas a um maior critério por parte da sociedade romana, tal como foi já mencionado. No entanto, e se analisarmos com atenção os dados que as decorações das lucernas nos fornecem, reparamos que estas temáticas são também as mais requisitadas. Queremos com isto dizer que as temáticas referidas são consumidas em larga escala, mas num período temporal mais curto. Com efeito, e referindo-nos mais concretamente ao tema da religião e mito, este encontra-se presente nas lucernas de volutas, correspondendo ao tema mais aclamado. Assim, e dada a sua supremacia nas lucernas de volutas, podemos enquadrar cronologicamente esta temática de forma bastante precisa no decorrer do século I d.C. e início da centúria seguinte.

A fauna e a flora são motivos que não parecem ter sido muito comuns na Alcáçova de Santarém, correspondendo a uma pequena percentagem dos fragmentos que permitiram a identificação da temática elaborada.



#### 4.5 – Marcas e inscrições epigráficas

Também no que respeita à epigrafia, faremos aqui alguns comentários prévios que entendemos serem pertinentes para contextualizar o percurso da análise que efectuámos da epigrafia das lucernas da Alcáçova de Santarém.

O estudo das marcas de oleiro é uma das principais linhas de investigação prioritárias no estudo das lucernas romanas, uma vez que, apesar de constarem em boa parte do “*Corpus Inscriptionum Latinarum*”, que constitui um excelente ponto de partida, não despertou um interesse tão amplo nos investigadores, como aconteceu no estudo de outros materiais, dos quais destacamos a *terra sigillata*.

De facto, a prioridade supramencionada não é em vão. As marcas epigráficas que as lucernas romanas nos facilitam, quando devidamente analisadas, fornecem grande diversidade de dados, permitindo auferir, a partir dessas conclusões, indicadores cronológicos bastante fiáveis. Não obstante, a variada informação que as lucernas permitem digerir, poderá ser deturpada por uma panóplia de problemáticas com que os investigadores se deparam frequentemente.

A possibilidade de reconhecer oficinas e áreas produtoras, partindo da análise da dispersão de determinadas marcas de oleiro de lucernas, impulsionou a determinação e composição de variadas e longas listas de marcas, baseadas na componente epigráfica (Morillo Cerdán, 1999, p. 277). Dos trabalhos efectuados para a Península Ibérica destacamos, entre outros, os de A. Balil (1968). Este autor parece ter investido um grande esforço na sua obra, numa tentativa de assimilar marcas primárias de oleiro com as suas respectivas oficinas produtoras.

As vastas listas de marcas epigráficas elaboradas por A. Balil foram actualizadas, em finais da década de 80, pela investigadora Amaré Tafalla. Ainda assim, a obra de Balil nunca deixa de ser uma obra de referência para qualquer estudo de marcas de oleiro em lucernas romanas.

Os estudos recentes orientados para a análise de lucernas e baseados unicamente nestas recompilações de marcas têm-se mostrado ineficazes (Morillo Cerdán, 1999, p. 277), uma vez que a dispersão geográfica das mesmas não é factor suficientemente decisivo para determinar a localização dos centros produtores.

Segundo alguns autores, dos quais destacamos A. Morillo Cerdán, tem-se atribuído demasiado valor à investigação das marcas enquanto ferramenta decisiva na distinção e definição das *officinae* produtoras de regiões concretas e na distribuição e comercialização deste tipo de materiais. Não podemos colocar de lado, contudo, as diferentes problemáticas que estão por detrás desta realidade.





Sendo as lucernas um tipo de material elaborado quase exclusivamente pela prática de moldagem, esta permite a sua reprodução, através da técnica de sobremoldagem de peças idênticas que incluíam a marca de oleiro da peça originalmente copiada (Amaré Tafalla, 1987, p. 56). Esta, apesar de pertencer a uma peça elaborada numa oficina especializada e exclusiva, poderia, desta forma, ser copiada com toda a decoração e marca epigráfica num local diferente por um outro indivíduo. Com isto, a dispersão geográfica de marcas poder-se-á encontrar bastante deturpada, devido à existência de marcas sobremoldadas que não corresponderão ao seu real fabricante. A cópia de lucernas é uma técnica bem menos dispendiosa, sendo aplicada sobretudo à produção local, e destinava-se a suportar um mercado também ele local de compradores com posses mais restritas, estando também documentada no território hoje português (Nunes *et al.*, 1990, p82). Alguns investigadores pensam, no entanto, que as produções locais são produções também originais, mas de menor qualidade, as quais não apresentariam marcas de oleiro (Balil, 1969), sendo a sobremoldagem rara.

De facto, tal possibilidade não parece ser, em nosso entender, uma realidade de todo improvável. Da mesma forma que a cópia deste tipo de peças chegaria ao mercado a preços reduzidos, também uma qualquer produção secundária ou familiar poderia efectuar um fabrico de lucernas através de técnicas mais rudimentares, auferindo uma baixa qualidade às peças. Não obstante, teremos que, por vezes, questionar até que ponto uma maior ou menor qualidade de fabrico poderá ser indicador, por si só, de uma evidente sobremoldagem.

Tal problemática levou alguns investigadores, dos quais destacamos os de nacionalidade francesa, entre os quais J. Bonnet (1988), a correlacionar não só marcas e forma, mas também decoração. No entanto, outros ainda afirmam que não devemos atribuir demasiado valor à inovação atalhada pelos investigadores franceses, pois somente uma elaborada análise química e física de pastas, efectuada nos diferentes sítios arqueológicos, bem como a concretização de uma base de dados internacional, poderiam resolver a questão (Morillo Cerdán, 1999, p278). Além disto, não poderíamos colocar de lado a problemática relacionada com as marcas de oleiro dentro da evolução geral das lucernas. Porém, não é, por enquanto, fácil a criação da referida base de dados, pelo que tais objectivos são ainda difíceis de atingir.

Desta forma, deveremos interpretar os dados relativos à dispersão de marcas de lucernas romanas somente para orientar as conclusões que deveremos aludir, sem apontar, no entanto, propostas demasiado dedutivas. Estes dão-nos apenas o conhecimento da área nuclear de produção de um oleiro, bem como o seu período de funcionamento, através das formas e decoração das lucernas aí encontradas, não apontando a procedência de cada exemplar.



Como foi já referido, na investigação deste tipo de peças, temos sempre que ter em conta a relação indissociável das marcas de oleiro com a decoração e com a sua forma tipológica. Algumas das marcas encontram-se associadas a um conjunto tipológico e decorativo específico, permitindo atingir conclusões cronológicas mais precisas. Exemplo desta realidade seriam as marcas FORTIS, documentada em Conimbriga (Alarcão *et al.*, 1976), e STROBILI, associadas sempre a lucernas de canal (Morillo Cerdán, 1999, p. 278). Estas marcas constituem um exemplo quase seguro e exclusivo à forma a que pertencem.

As marcas de oleiro compreendem sempre um estudo mais alargado e complexo comparativamente às oficinas de produção lucernária. Juntamente com os nomes que constituem o grosso das marcas de oleiro, tem-se conhecimento de um vasto conjunto de marcas que consistem apenas em simples letras isoladas, conexão de várias letras, monogramas, signos anepígrafos ou símbolos abstractos. J. Bonnet foi uma das investigadoras pioneiras na identificação deste tipo de diferenças, bem como na sua definição.

Desta forma, poderemos dividir em três grupos de análise as marcas de oleiro efectuadas em lucernas, mas convém, no entanto, salientar que esta divisão não é nenhuma inovação, na medida em que já outros autores a terão referido e proposto.

Contudo, e colocando de parte as nossas opiniões, a referida divisão de grupos inclui signos ou símbolos anepígrafos, letras isoladas ou conjunto de letras sem conexão e marcas. Entendamos aqui o termo “marcas”, enquanto marcas de oleiro que constituem um nome identificável.

Os signos anepígrafos aparecem, frequentemente, durante o século I a.C., em lucernas tipicamente tardo-republicanas. Referimo-nos às formas Dressel 2, 3 e 4, nas quais estes signos atingem um grande desenvolvimento. Não obstante, estes parecem prolongar-se até às primeiras formas de volutas, com as quais começam a rarear, de forma evidente, devido ao aparecimento das primeiras marcas epigráficas. A forma dos referidos signos é bastante variada e abstracta, embora as mais usuais consistam em círculos impressos isolados ou fazendo parte de combinações em contextos lineares ou letras também isoladas, compondo monogramas de grande complexidade (Morillo Cerdán, 1999, p278). Alguns investigadores têm colocado a possibilidade de estes signos representarem o grau de qualidade da peça na qual se encontra (Bonnet, 1988). Contudo, não podemos atribuir como certa uma proposta em que se associam signos abstractos e sem conexão à qualidade da peça. Por outro lado, também os argumentos utilizados poderão não ser os mais adequados ou convincentes. A nosso entender, esta proposta deve ser encarada com alguma cautela, na medida em que os argumentos utilizados dão pouca consistência a tal possibilidade.



Recentemente, outros autores têm proposto que estes signos poderiam ser componentes das peças controladoras da produtividade das lucernas (Morillo Cerdán, 1999, p. 279).

Estes signos parecem reaparecer durante o Baixo Império, embora com uma morfologia, significativamente diferente. Não obstante, actualmente está ainda por esclarecer o significado e interpretação destes signos.

Relativamente ao grupo respeitante às letras isoladas ou conjunto de letras sem conexão

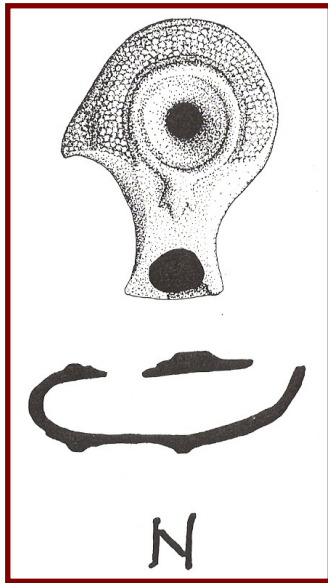


Fig. 11 – Lucerna com letra isolada (exemplar da Lomba do Canho, Arganil)

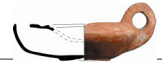
(fig. 11), o mesmo problema de interpretação parece impor-se (Balil, 1982 p. 166). Sobre este grupo, pouco se poderá dizer, a não ser que se apresentam, por vezes, com grafias arcaicas. Este tipo de marcas em lucernas parece ter sido empregue desde o século I a.C. até ao século I d.C., reaparecendo novamente durante o século IV d.C. (Morillo Cerdán, 1999, p. 279). Lembre-se, a título de exemplo, que este grupo de marcas se encontra documentado no acampamento militar da Lomba do Canho (Nunes *et al.*, 1990, fig.3, n.º3),

A marca epigráfica contendo um nome é a mais usual e comum na compilação dos vestígios de produção das lucernas romanas. As formas dos gentilícios variam consoante a época e a proveniência. As marcas de produções itálicas de lucernas de volutas e das *Firmalampen* apresentam somente o *cognomen* do produtor. Já as produções de lucernas de disco alegam formas onomásticas mais

completas e complexas, mostrando *praenomen e nomen*, ou *nomen e cognomen* (Balil, 1969, p. 12). Em alguns casos raros, aparece ainda o típico *tria nomen* latino de forma abreviada, é o caso da forma C.OPPI.RES, exumada em Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976b) e Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997), que corresponderá ao nome latino *Caius Oppius Restitutus*.

As marcas epigráficas aparecem, na sua maioria, em linha rectangular, sem qualquer base. Não obstante, por vezes aparecem inseridas numa cartela rectangular. Bastante raras são as marcas circulares ou em forma de meia-lua (Balil, 1982, p. 6 – 13). Por vezes, as marcas epigráficas surgem no corpo da peça, na orla, na asa ou mesmo no disco. Alguns investigadores pensam que, neste último caso, os textos aí expressos podem ser mais do que simples marcas, propondo que se possa tratar de dedicatórias (Balil, 1969, p. 9 – 10).

Cronologicamente, as características das marcas epigráficas variam. Nas lucernas tardo-republicanas e de volutas, são elaboradas em letra cursiva, enquanto a argila ainda se encontra fresca. No caso dos pequenos círculos, bem documentados na obra de Ricci (1973, p. 229), são directamente impressos sobre a argila fresca. Ao desenvolver-se a produção em grande escala,



sensivelmente a partir de período flávio, propaga-se o hábito de incluir a marca no molde inferior, evitando, assim, o costume de marcar cada peça individualmente (Morillo Cerdán, 1999, p. 279). Desta forma, a marca tanto poderia surgir em relevo, como em negativo.

Através da constatação de marcas que deixam transparecer nomes de oleiros análogos, tem-se pensado na existência de *officinae* que alberguem famílias inteiras ao longo de gerações, as quais trabalham na produção deste tipo de materiais, ou ainda, na possibilidade de a mesma família efectuar a produção simultânea em várias oficinas. Exemplo desta realidade podem ser as marcas OPPI, C.O.R. e C. OPPI.RES., produzidas em momentos distintos, pelo mesmo oleiro (Morillo Cerdán, 1999, p. 279).

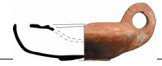
Junto às grandes oficinas de produção de lucernas, exportadoras de uma vasta panóplia de materiais de grande qualidade, certamente acomodar-se-iam pequenos centros artesanais, regidos por pequenas famílias, confinados às necessidades locais de uma cidade ou região envolvente. Não obstante, vários aspectos desta restrita produção encontram-se ainda por definir.

Encontramos, por vezes, nas marcas epigráficas, nomes de origem grega ou servil, como é o exemplo de *Fabricius* ou *Alexi*, ambos documentados em Santa Bárbara (Maia e Maia, 1997), que parecem evidenciar a presença de libertos na produção de lucernas. Estas marcas surgem associadas a contra-marcas, interpretadas como sistemas de controlo para a efectuação de pagamento dos trabalhadores livres (Balil, 1969, p. 9 – 10). Mais problemáticas afiguram-se as letras isoladas, que poderiam corresponder ao proprietário, trabalhador ou escravo.

No entanto, a presença de marcas na base das lucernas romanas não constitui um fenómeno generalizado ao longo da duração das mesmas. A sua origem está documentada na Grécia, durante a época helenística (Balil, 1969, p. 7). É durante o século II a.C. que este costume aparece em Roma, nas formas tardo-republicanas Dressel 1, 2, 3 e 4. Tratar-se-ia de simples signos anepígrafos, monogramas ou letras isoladas (Morillo Cerdán, 1999, p. 280). Estes corresponderiam a pequenas oficinas familiares destinadas a abastecer os mercados da *Urbe* e da zona periférica desta. Este tipo de marcas parece estar documentado, sensivelmente, até ao ano 20 a.C.

A partir desta mesma data, começam a ter peso as marcas epigráficas características do *cognomen* do oleiro em genitivo, escritos em letras itálicas. Estas surgem ainda nas formas republicanas mais tardias, como é o exemplo da Dressel 4 (Morillo Cerdán, 1999, p. 280).

Nas primeiras produções de volutas, centradas no período augustano, as marcas epigráficas parecem sofrer um declínio, por razões que não podem ainda ser explicadas. Não obstante, é certo que o hábito de utilizar marca neste tipo de peças deixa de ser uma obrigação, propagando-se uma organização produtiva característica de numerosas oficinas de pequenas



dimensões, que fabricavam exemplares de grande qualidade técnica e artística (Morillo Cerdán, 1999, p. 280). Durante a época julio-claudiana, as marcas não são ainda muito frequentes, ressurgindo as letras isoladas e signos anepígrafos, exemplo dos quais os círculos impressos.

A partir de meados do século I d.C., os exemplares de lucernas marcados aumenta significativamente, embora só em período flávio este processo volte a alcançar o seu auge. Automaticamente, deparamo-nos com mudanças nas *oficinae*, as quais conservam uma concentrada produção num reduzido número de grandes oficinas produtoras de elevadas quantidades de lucernas de pouca qualidade artística (Morillo Cerdán, 1999, p. 280). A produção em grandes quantidades permite a inclusão da marca no molde, difundindo-se o emprego da marca como identificadora de cada oficina em particular, num momento de grande concorrência pelos mercados. Com isto, assiste-se a um encadeamento de descentralização da produção desde Roma até às suas províncias. Consequentemente, avultam os oleiros conhecidos, bem como os seus produtos, não desaparecendo, contudo, as pequenas oficinas locais (Morillo Cerdán, 1999, p. 280).

Em inícios do século II d.C., a produção itálica diminui rapidamente face às lucernas de disco norte africanas, o núcleo das quais se encontrava na África proconsular. No que concerne às marcas, este período caracteriza-se pelo aparecimento dos típicos *tria nomina*, alguns dos quais de origem servil. Na segunda metade do referido século, esta realidade acentua-se, confinando-se a produção e comércio itálico à área tirrénica. A organização produtiva das oficinas reflecte, entre outras coisas, as modificações provocadas pelas circunstâncias socio-económicas (Morillo Cerdán, 1999, p. 280). Desta forma, a presença de mercados restritos faz com que cada produtor procure identificar a sua oficina com as que lhe estão dependentes, bem como distinguir-se dos seus competidores próximos.

Em meados do século III d.C., a mudança socio-económica do Império, bem como a ruína das camadas médias urbanas, estimulam o desaparecimento das grandes oficinas produtoras de lucernas. Acompanhando esta realidade está a descentralização produtiva quase absoluta. Consequentemente, com a redução do número de produtores deste tipo de material, a presença da marca desaparece com grande rapidez, devido à redução significativa dos principais monopolizadores do comércio. Neste período, aparecem ainda algumas marcas, características de letras isoladas, signos ou monogramas.



#### **4.5.1 – Signos anepígrafos**

##### **MARCA INCOMPLETA DE TRAÇOS EM RELEVO (Dressel 2)**

Anexo IX, Estampa I, n.º 9

A fisionomia da marca consiste numa pequena cartela constituída com pequenos traços em relevo, que teria, no centro, óvulos de reduzidas dimensões, também em relevo. O facto de a marca se encontrar incompleta impossibilita-nos de perceber se no centro da cartela se encontraria presente apenas um óvulo, ou um conjunto de óvulos em conexão.

Não nos deparamos com a presença deste tipo de marca nos vários sítios da Península Ibérica, pelo que não arriscaremos propor uma cronologia para este tipo de marca, nem as principais formas na qual será mais comum. Não obstante, o fragmento de Santarém no qual está presente permitiu uma classificação da forma 2 de Dressel.

##### **SEIS CIRCULOS IMPRESSOS (Dressel 2A)**

Anexo IX, Estampa I, n.º 13

Impressos na base deste exemplar, deparamo-nos com seis círculos concêntricos de pequena dimensão, dispostos em forma de estrela. No centro encontra-se outro pequeno círculo.

Deparamo-nos, frequentemente, com este tipo de marca nos exemplares tardo-republicanos, tendo sido identificados também pela investigadora A. Ricci (1973), tendo sido possível aí identificar uma marca análoga. As peças onde são mais frequentes restringem-se às formas 2 e 3 de Dressel, permitindo supor e sugerir uma cronologia balizada entre meados do século I a.C. e finais do mesmo século.

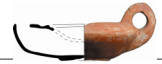
##### **MARCA INCOMPLETA REALIZADA MEDIANTE CÍRCULOS EM RELEVO**

(Dressel 2A)

Anexo IX, Estampa I, n.º 300

Marca anepígrafa realizada mediante a composição de pequenos círculos em relevo, dos quais somente um se conservou.

Uma vez que se trata da mesma forma que o exemplar anteriormente analisado, julgamos que se poderia tratar do mesmo tipo de marca, ainda que apresentem uma diferença considerável na sua elaboração. No que respeita à disposição que teriam, não arriscamos qualquer tipo de interpretação.



### MARCA INCOMPLETA REALIZADA MEDIANTE CÍRCULOS EM RELEVO

(tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa I, n.º 399

Marca anepígrafa realizada mediante a composição de pequenos círculos em relevo dos quais se conservam três.

Tendo em conta que este fragmento não permitiu a sua classificação, não avançaremos com qualquer tipo de leitura ou interpretação para esta marca.

### MARCA INCOMPLETA REALIZADA MEDIANTE CÍRCULOS EM RELEVO

(tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa I, n.º 76

Marca incompleta que seria composta por pequenos círculos em relevo. No fragmento conservado resta apenas um círculo, localizado numa das extremidades da base. É, principalmente, a sua localização descentralizada na base, que nos leva a supor que seria composta por mais pequenos círculos. Geralmente, quando este tipo de marcas é composta por um círculo isolado, este localiza-se, sensivelmente, no centro da base.

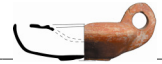
Curioso é o facto de esta marca não se encontrar numa lucerna tardo-republicana, nas quais este tipo de marcas é predominante, mas sim numa lucerna imperial. Efectivamente, os vários autores que se dedicam a esta temática, tendem a associar as marcas anepígrafas às lucernas tardo-republicanas, tal como já foi referido. Ainda assim, e dado estarmos perante uma marca claramente alto-imperial, ainda que não possamos atribuir-lhe uma classificação, acreditamos que este tipo de marcas poderá ter sido colocada ainda nos primeiros exemplares imperiais, como será o caso da forma 9 de Dressel. Ainda assim, o investigador A. Morillo Cerdán referiu já a possibilidade de este tipo de marcas se manter ainda em uso nos primeiros exemplares imperiais, alargando o seu emprego até meados do século I d.C. Fica ainda por descortinar se existe alguma separação cronológica entre os círculos impressos e em relevo, ou se ambos coexistem.

### ÓVULO IMPRESSO (Lucerna de disco, forma 19 de Dressel)

Anexo VI, Estampa II, n.º 301

Representação de pequeno óvulo impresso no centro da base da peça.

Esta é uma marca bastante problemática uma vez que se trata de uma sobremoldagem, a qual deturpou profundamente a transposição da marca. Por este motivo, não descartamos, de todo, a possibilidade de podermos estar perante uma marca em *planta pedis*, bastante frequentes



no reportório epigráfico das lucernas romanas. Podem surgir sem qualquer tipo de inscrição, mas também com a presença de marcas no seu interior.

#### **4.5.2 – Letras isoladas**

“S” INCOMPLETO EM RELEVO (tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa II, n.º 73

Esta marca parece corresponder à letra “S” em relevo, um pouco descentralizada na base da lucerna. Apesar de esta marca se encontrar incompleta, arriscamos propor a referida letra. De facto, poder-se-ia tratar da letra “C”. No entanto, não se conhecem até ao momento, qualquer tipo de marcas com esta letra. Por outro lado, a letra “S”, em relevo, encontra-se bem documentada um pouco por todo o Império.

Esta, aparece, sobretudo, nas formas 9A e 11 de Dressel, assim como na forma V de Loeschke. Contudo, este tipo de marca aparece também, pontualmente, na forma 31 de Dressel (Morillo Cerdán, 1999, p. 288), o que dificulta a análise da marca aqui em estudo, uma vez que o exemplar não permite a sua classificação. Contudo, é nas formas de volutas mais antigas que predomina, podendo, desta forma, corresponder, morfologicamente, ao exemplar da Alcáçova de Santarém.

#### **4.5.3 – Marcas**

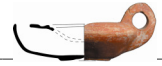
“IVNIALEXI” (Lucerna cureiforme, forma 27 de Dressel)

Anexo VI, Estampa VI, n.º 303

Desconhecemos, até à actualidade, o *praenomen* do indivíduo que efectuou este tipo de marcas. No entanto, sabemos que se chamava *Ivni(us) Alexi(us)* (Maia e Maia, 1997, p. 135). Contudo, alguns investigadores propõem que o mesmo indivíduo terá assinado CIVNALEX, concluindo assim que o seu *praenomen* seria *C(aius)*. Outros ainda identificam esta forma com a variante C.IVNIVS.AL, confirmando o seu *praenomen*.

O cognome *Alexi* sugere uma origem grega, indicando que poderemos estar perante um indivíduo de condição servil ou liberto. Não obstante, encontramos, entre as várias peças marcadas por este indivíduo, apenas uma em que a fórmula é acompanhada por uma marca subsidiária ou contra-marca. Esta realidade poderia indicar tratar-se de um liberto que, juntamente com a marca do produtor, colocaria um pequeno signo, permitindo ao proprietário a contabilização da produção do mesmo, para que lhe pudesse efectuar o justo pagamento do seu trabalho. Com efeito, parece ser o caso do exemplar da Alcáçova de Santarém.





Tem sido proposta uma origem africana proconsular para a oficina exportadora com estas marcas, balizada, cronologicamente, entre finais do séc. I e o ano 285 d.C. (Maia e Maia, 1997, p. 135).

MARCA DE DIFÍCIL LEITURA (Lucerna de disco, forma indeterminada)

Anexo IX, Estampa II, n.º 77

Marca epigráfica de difícil leitura e interpretação.

As várias técnicas de obtenção dos caracteres nesta marca demonstraram-se ineficazes, impossibilitando-nos a apresentação de uma leitura segura. Ainda assim arriscamos uma possibilidade que nos pareceu credível, para a qual contribuiu a identificação de alguns caracteres.

Referimo-nos às letras “M...N...R...P” que permitem supor tratar-se do oleiro *Lucius Mun(atius) (Th)rep(tus)*. Esta é uma das marcas que melhor está documentada no *Corpus Inscriptio num latin arum*, e que, por vezes, aparece na variante L MVNTHRE (Maia e Maia, 1997, p. 140). Apesar de estarmos perante um *tria nomen* latino, o nome do indivíduo deixa transparecer origens gregas. A presença do “h” denuncia uma condição servil ou liberta.

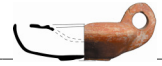
Esta marca, composta por *tria nomen*, está presente um pouco por todo o Império. No território actualmente português, importa referir cinco exemplares, de Santa Bárbara de Padrões (Maia e Maia, 1997), que contêm este tipo de marca ou variantes, mas todas elas pertencentes ao mesmo fabricante.

A maioria dos investigadores parece estar em consenso na atribuição geográfica deste produtor à área de Roma (Bailey, 1980, p. 98; Bonnet, 1988, p. 149). No entanto, Balil atribui esta marca a uma oficina norte africana (Balil, 1969). A aplicação deste tipo de marca também se encontra documentado em Montans (Berges 1989, p. 110), ainda que obtida através da técnica de sobremoldagem.

A realidade documentada em Montans parece corresponder, de certo modo, ao de Braga, onde se exumaram moldes lucernários com a presença da mesma marca (Sousa, 1965-66, p. 165, 1669, p. 309; Morais, 2002, p. 181; 2005, p. 361 - 362).

Quanto ao seu período de funcionamento, este parece estar situado entre finais do reinado dos Flávios até inícios do reinado de Antonino (Bailey, 1980, p. 98).

Mais uma vez não poderíamos deixar de sublinhar que esta corresponde apenas a uma possível leitura, lembrando que se trata de uma marca pouco legível e que, por isso, poderá induzir a leituras desacertadas.



MARCA DE DIFÍCIL LEITURA (Tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa II, n.º 225

Marca epigráfica de difícil leitura e interpretação, da qual chegou até nós apenas metade. O fragmento, correspondente a um fundo e parte do reservatório, encontra-se quebrado ao meio, o que fez com que se perdesse, automaticamente, metade da marca.

Além disso, o fragmento não permite descortinar se corresponde a uma sobremoldagem, o que poderia explicar a presença de uma marca epigráfica tão irregular. Dadas as suas características, não arriscamos aqui qualquer tipo de leitura.

MARCA ILEGÍVEL (Lucerna de disco, forma 19 de Dressel)

Anexo VI, Estampa I, n.º 302

Marca epigráfica ilegível. O exemplar onde esta se encontra corresponde, claramente, a uma sobremoldagem, que não permite a identificação da marca de oleiro. Ainda que corresponda a uma cópia, o exemplar recolhido na Alcáçova de Santarém denuncia algum cuidado no tratamento da superfície, o que contrasta com o aspecto da marca.

**4.5.4 – Inscrições no disco**

“C” INCISO (lucerna de volutas, tipo indeterminado)

Anexo IX, Estampa II, n.º 32

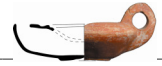
Esta marca caracteriza-se por uma pequena letra isolada e incisa, localizada no disco da peça. A marca referida não deveria estar no molde, pois parece tratar-se de uma pequena incisão leve e bastante fina. No entanto, aparenta ter sido efectuada antes da cozedura e da própria aplicação do engobe.

O facto de não termos obtido nenhum tipo de paralelo para esta marca, conjugado com a impossibilidade de classificação do fragmento pelas suas reduzidas dimensões, não permite sugerir uma cronologia. Quanto às formas em que estaria maioritariamente presente, também não arriscaremos tratar o assunto, devido ao facto de se tratar de uma marca localizada no disco, o que dificulta a obtenção de ilações seguras.

MARCA DE DIFÍCIL LEITURA (Lucerna de volutas, forma 9 de Dressel)

Anexo IX, Estampa II, n.º 247

Marca epigráfica de difícil leitura e interpretação, da qual chegou até nós apenas uma parte. O fragmento corresponde a um disco de lucerna de volutas da forma 9 de Dressel. Ainda que com algumas reservas, cremos que a inscrição se encontraria em torno da totalidade do



disco, compondo uma inscrição mais complexa e que, dada a reduzida dimensão do fragmento, impossibilita a sua transcrição.

As inscrições no disco são bastante frequentes e aludem, geralmente, ao nome das personagens que se encontram representados na mesma. Parecem ser bastante comuns na representação de cenas de gladiadores, pugilato ou circenses (Morillo Cerdán, 1999, p. 307).

#### MARCA ILEGÍVEL (Lucerna de disco, forma 19 de Dressel)

Anexo IX, Estampa II, n.º 301

Inscrição epigráfica ilegível, localizada em torno ao disco da lucerna, o qual não apresenta decoração. O exemplar onde esta se encontra corresponde, claramente, a uma sobremoldagem que não permite a transcrição da inscrição.

Frequentemente, deparamo-nos com inscrições pouco claras presentes nos discos das lucernas, realidade que se deve ao emprego da técnica de sobremoldagem para a produção das lucernas, a qual não permite, por sua vez, a reprodução exacta dos relevos da superfície da peça. Assim, e neste caso, tal realidade dificulta e até impede que se obtenha uma leitura destas inscrições.

#### 4.5.5 – Discussão

Ainda que as lucernas romanas exumadas na Alcáçova de Santarém não tenham fornecido um vasto leque de informação relativa à epigrafia, é, ainda assim, possível delinear

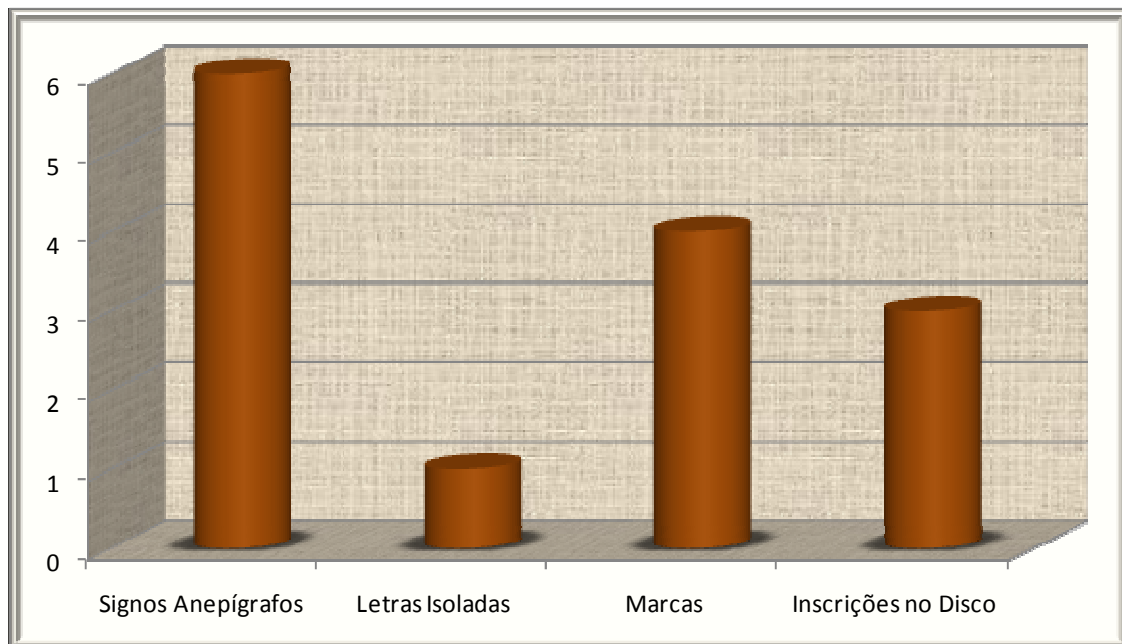
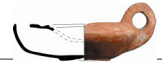


Fig. 12 – Distribuição das marcas epigráficas nas lucernas da Alcáçova de Santarém.



algumas ilações que julgamos relevantes.

Antes de mais, convêm referir que, dos 17 fragmentos identificados que teriam presença de marca de oleiro, somente 14 permitiram a sua identificação ou descrição. Os restantes três correspondem a áreas limítrofes de cartelas que conteriam a marca epigráfica. No entanto, desta não chegou até nós qualquer carácter que permitisse alguma ilação.

São os signos anepígrafos que se encontram mais representados neste conjunto, correspondendo a quase metade dos exemplares. Estes aparecem, frequentemente, durante o século I a.C., nas denominadas lucernas tardo-republicanas. Não obstante, estes parecem prolongar-se até às primeiras formas de volutas. A forma dos referidos signos é bastante variada e abstracta, embora a mais usual consista em círculos impressos isolados (Morillo Cerdán, 1999, p. 278). Alguns investigadores têm colocado a possibilidade de estes signos representarem o grau de qualidade da peça na qual se encontra (Bonnet, 1988). Recentemente, outros autores têm proposto que estes signos poderiam ser componentes das peças controladoras da produtividade das lucernas (Morillo Cerdán, 1999, p. 279).

Com efeito, e como se pode verificar na análise morfológica deste conjunto, o período romano republicano encontra-se muito bem representado na Alcáçova de Santarém. Por este motivo também encontramos uma maior presença e variedade de signos anepígrafos sobre lucernas tardo-republicanas, maioritariamente das formas 2 e 2A de Dressel. Podemos, assim, constatar a correspondência cronológica e morfológica que se tem atribuído a este tipo de marcas, predominantes durante o século I a.C.

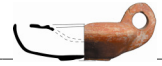
A análise da epigrafia complexifica-se quando observamos o quadro das marcas correspondentes a letras isoladas, marcas de oleiro ou inscrições no disco, não pela sua ausência mas pela dificuldade na transcrição destas.

Podemos reconhecer a presença de quatro marcas epigráficas neste conjunto. No entanto, somente uma permitiu uma leitura clara e concisa, correspondente a uma marca efectuada sobre uma lucerna da forma 27 de Dressel, de importação norte africana. A marca corresponde ao indivíduo *Ivni(us) Alexi(us)*, o qual sugere uma origem grega, indicando que poderemos estar perante um indivíduo de condição servil ou liberto. Tem sido proposta uma origem africana proconsular para a oficina exportadora com estas marcas, o que vai de encontro à proposta de proveniência do exemplar deste conjunto “firmado” com esta marca.

Não obstante as dificuldades verificadas na análise da epigrafia das lucernas da Alcáçova de Santarém, o panorama geral corresponde ao esperado. Denotamos uma clara predominância dos signos anepígrafos e marcas com letras isoladas e inscrições no disco. Em qualquer sítio arqueológico de cronologia romana que permita a recolha deste tipo de materiais, o quadro geral



da análise desta temática corresponde, regra geral, à verificada, também, na Alcáçova de Santarém.



## 5 – As lucernas romanas da Alcáçova de Santarém; conclusões e reflexões

Ao longo deste trabalho, fomos abordando e apresentando a análise descritiva das cerâmicas de iluminação da Alcáçova de Santarém, expondo-se as principais características tipológicas, cronológicas, epigráficas e iconográficas das lucernas romanas.

Apresentamos, assim, um conjunto de importante valor, quer pela sua diversidade, quer pela sua qualidade e características, que conta com 393 fragmentos, que se podem distribuir entre lucernas de influência helénica, tardo-republicanas, imperiais de volutas, imperiais de disco e paleocristãs.

As lucernas constituem um fósil director em qualquer escavação do período em que se inserem, não necessitando imperativamente das relações estratigráficas (Morillo Cérdan, 1999, p. 309), ainda que estas assumam um papel de confirmação cronológica. Contudo, é cada vez mais evidente que a cronologia proposta para as distintas formas de lucernas não é absoluta, podendo variar, significativamente, de região para região, ou até localmente, além de algumas disparidades que poderão existir entre datações de produção e de utilização deste tipo de material. Acresce a estas problemáticas a aplicação da técnica de sobremoldagem, que pode deturpar significativamente o âmbito cronológico das lucernas. Certamente que os exemplares que constituem cópias serão, obrigatoriamente, mais tardios que os originais, sendo exemplo de tal realidade a peça N.º 90 do conjunto de *Scallabis* que corresponde a uma cópia de segunda geração.

Não obstante, ao estabelecer datações para as lucernas, devemos ter sempre em consideração a sua associação a outros tipos de materiais incluídos no mesmo estrato. Dos referidos materiais, destacamos a *terra sigillata*, que, tal como as lucernas, assume um carácter de fósil director, bem como a numismática, ânforas e a cerâmica campaniense, entre outros. Como tal, a atribuição cronológica a este tipo de materiais deve ser fundamentada pela informação disponível na estratigrafia em que se encontram.

Infelizmente, os contextos estratigráficos da Alcáçova de Santarém não permitiram, na maioria dos casos, a obtenção de contextos seguros que corroborassem a cronologia das lucernas romanas. Com efeito, os níveis romanos, principalmente os imperiais, encontram-se profundamente afectados pela continuidade ocupacional do local. A expansão ou alteração da malha urbana deste local obrigou à destruição de estratos pré-existentes, motivo pelo qual nos deparamos, com frequência, com unidades revolvidas.



Não obstante, certo é que o estudo das cerâmicas de iluminação permite contribuir para uma historiografia fiável do local arqueológico onde são exumadas. Com a sua integração no amplo e complexo mundo romano, certamente que, e a título de exemplo, em fases de crise económica o poder de compra das populações deixa transparecer um esmorecer da aquisição de bens materiais, como parece ser o caso de *Scallabis* a partir de finais do alto império, bem como, na situação inversa, nos poderemos deparar perante estratos ricos em determinados materiais arqueológicos. Estes materiais, por outro lado, poderão também permitir compreender melhor o processo de conquista romana ao nível de adopção de novos hábitos quotidianos, e a consequente fase de romanidade.

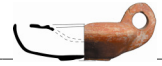
O estado actual de conhecimento das lucernas de iluminação antes da nossa Era encontra-se ainda, em nosso entender, numa fase ainda bastante rudimentar. Tal fenómeno dever-se-á por um lado, ao facto de os investigadores terem dado inicialmente primazia aos exemplares imperiais, mais elaborados e esteticamente mais complexos. Por outro, porque se inserem num período ele próprio bastante complexo e pouco desenvolvido, numa área geográfica para a qual convergem três tradições distintas de fabrico de cerâmicas de iluminação: o púnico, o helenístico e o romano (Fabião, 1998, p. 426).

Através das lucernas de influência helenística (de tipo Ricci), e das lucernas tardo-republicanas (de tipo Dressel), podemos assimilar estes achados com a historiografia ao longo do processo de conquista romana (Anexo X, fig. 15 a 17). Já durante a romanidade do território hoje português, englobam-se as restantes formas pertencentes ao período imperial.

A análise da questão da transição e/ou introdução de cerâmicas de iluminação no território peninsular tem de ser abordada, necessariamente, numa perspectiva supra-regional. Com efeito, na Península Ibérica, deparamo-nos com uma série de comunidades culturais heterogéneas que não podem ser englobadas numa mesma realidade.

Nas zonas mais meridionais, a tradição de cerâmicas de iluminação remontam ao período orientalizante, concretamente ao séc. VIII a.C., em cronologia tradicional, traduzindo-se na importação e também produção de lucernas de cerâmica comum e de cerâmica de engobe vermelho. A utilização de lucernas mantém-se durante todo o I milénio a.C., na referida área geográfica. Assim, nas zonas mais meridionais do território peninsular, a introdução dos modelos romanos de lucernas reflecte mais uma situação de continuidade, de uma tradição de séculos.

Contudo, à medida que avançamos para áreas mais a norte, os dados sobre este tema em particular escasseiam, dificultando a sua leitura. Este facto não implica necessariamente a sua inexistência, considerando-se a possibilidade de serem fabricados em materiais perecíveis. Nesta



zona, a chegada das lucernas romanas deve ter consistido numa inovação que alterou, certamente, os hábitos da vida quotidiana.

Em relação à fachada ocidental do território actualmente português, a situação afigura-se ligeiramente distinta. As zonas estuarinas do Mondego, Tejo e Sado foram desde cedo incluídas no processo da colonização fenícia da Península Ibérica, durante o qual conheceram, certamente, a importação de lucernas de um e dois bicos. Contudo, a partir de meados do primeiro milénio a.C., estas áreas parecem ter-se desconectado do mundo comercial mediterrâneo, a julgar pela queda abrupta de importações registada nos vários sítios ocupados (Arruda, 2002). Parece ser apenas com a chegada dos agentes romanos que estas áreas retomam o seu lugar nos circuitos comerciais. Contudo, também aqui se desconhece, dada a grande ausência de dados sobre a sua cultura material da segunda metade do 1º milénio, se as cerâmicas de iluminação continuaram a ser produzidas ou se apenas com a chegada dos contingentes militares romanos se reintroduziu a prática.

A partir do período imperial, deparamo-nos com um evidente incremento e diversificação dos locais habitacionais (Anexo X, fig. 17), devido a uma política de romanização e urbanização iniciada com Augusto, culminando com a respectiva consolidação desta política durante o reinado dos Flávios. Não se deve esquecer, também, a organização e desenvolvimento do território rural, estruturado, pelo menos numa fase inicial, em torno desses núcleos urbanos. A reorganização territorial, que se verifica após a adopção da política municipalizadora, reflecte-se em vários centros criados neste período, abraçando epítetos dos seus fundadores. Exemplos desses centros são *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae*, entre outros.

Desta forma, este é um período que se caracteriza pela consolidação dos núcleos habitacionais de época anterior, organizados profundamente (Morillo Cérdan, 1999, p. 338). Contudo, a multiplicação de centros urbanos implica, automaticamente, o desenvolvimento de uma intensa rede comercial dos produtos alimentares e manufacturados que têm de ser introduzidos nesses recentes núcleos para satisfazer a procura dos mesmos.

Além do que foi já referido, as lucernas romanas afiguram-se também de extrema importância na compreensão de mudança de gostos, por parte dos consumidores. A variação estética e formal deste tipo de material tem uma evolução que se rege pelos gostos sócio-culturais. A aplicação de tal estudo decorativo das lucernas no território hoje português surge como indicador de adopção, por parte das sociedades indígenas, de novos hábitos sociais, culturais e até de modificações estruturais a nível mental.





Não pretendendo repetirmo-nos demasiado, e tendo em conta que fomos discutindo este conjunto após cada análise, é ainda conveniente abordar alguns aspectos que se afiguram relevantes.

O conjunto da Alcáçova de Santarém permite, com efeito, corroborar muito do que se tem escrito sobre este local. Desde logo reparamos que o período republicano se encontra muito bem representado quer quantitativamente, quer na variedade morfológica das lucernas republicanas. Estas correspondem a 13.7% da totalidade do conjunto, distribuídos por exemplares de influência helénica e tardo-republicanos.

	Vaiamonte	Lomba do Canho	Santarém
<b>Ricci E</b>	1	-	2
<b>Ricci F</b>	1	-	-
<b>Ricci G</b>	2	-	-
<b>Ricci H</b>	1 ou 2	2	1
<b>Dressel 1</b>	-	-	2
<b>Dressel 2</b>	1	3 ou 5	22
<b>Dressel 2/3</b>	-	-	2
<b>Dressel 3</b>	-	1	5
<b>Outras</b>	3	5	-

**Fig. 13** – Análise comparativa do conjunto de lucernas romanas republicanas da Alcáçova de Santarém com outros dois sítios do território actualmente Português.

Os dados obtidos permitem, conjuntamente com os restantes materiais e arquitectura coeva (Diogo, 1984; Arruda e Almeida, 1998; Arruda e Sousa, 2003; Almeida, 2006; Bargão, 2006), observar que de facto *Scallabis* parece ter tido uma considerável importância durante o período romano-republicano. Não obstante, e ainda que se tenham identificado exemplares anteriores, a referida importância parece estar patente, principalmente, a partir de início do século I a.C., momento em que se parece ter iniciado um período de crescente prosperidade neste local.

Analisando o quadro no qual efectuamos uma análise comparativa com outros dois conjuntos de lucernas republicanas do actual território português, reparamos que é com o conjunto lucernário da Lomba do Canho que o conjunto de *Scallabis* denota maior compatibilidade. Não causa grande estranheza que tal se verifique tendo em conta que, e como temos vindo a sublinhar, é na primeira metade do século I a.C. que o conjunto da Alcáçova de Santarém é mais expressivo.



Não obstante, não deveremos esquecer que em *Scallabis* foram também identificados dois exemplares do tipo E de Ricci, aproximando assim o início de importação das cerâmicas de iluminação da cronologia verificada para o Cabeço de Vaiamonte.

A principal diferença que se denota entre estes três locais reside na quantidade de lucernas identificadas. Tal diferença poder-se-á dever ao facto de a Alcáçova de Santarém apresentar uma continuidade ocupacional muito maior, contrariamente à Lomba do Canho e Cabeço de Vaiamonte, e também devido à localização de *Scallabis* permitir o acesso directo ao Atlântico facilitando, assim, a recepção e introdução de produtos manufacturados.

No que respeita à funcionalidade destes três locais, a qual permitiria também a obtenção de relevantes ilações, e mais especificamente sobre *Scallabis*, não poderíamos deixar de relacionar os dados com a presença de contingentes militares que, eventualmente, se pudessem encontrar neste local, temática já por nós abordada. No entanto, e ainda que as lucernas de influência helénica e tardo-republicanas se encontrem, muitas vezes, associadas à presença de contingentes militares ou em sítios de índole fortemente militar, não poderíamos deixar de colocar a possibilidade de *Scallabis* corresponder, a partir de determinado momento, a um sítio precocemente romanizado no qual se encontraria uma considerável quantidade de indivíduos genuinamente romanos.

Se tivermos em conta a grande quantidade de lucernas de tipo Dressel 2 presentes neste local, poderíamos pensar que este facto corresponda a um momento de maior estabilidade económica e social que permitiu um florescimento bem documentado arquitecturalmente. Com efeito, este tipo parece ter sido abundantemente distribuído durante o segundo e terceiro quartel do século I a.C. (Fabião, 1998, p. 434).

As lucernas de volutas constituem a produção imperial primordial por excelência. São possuidoras de uma elevada qualidade técnica e artística, impulsionadas e difundidas devido à prosperidade económica que se vivia em período augustano (Morillo Cérdan, 1999, p. 67).

Estão documentadas em todos os locais arqueológicos situados cronologicamente entre o reinado de Augusto até finais do séc. I d.C. A Alcáçova de Santarém não parece corresponder a uma excepção, sendo as lucernas deste tipo, as que melhor se encontram representadas.

Ainda que este tipo de lucernas não se encontre somente documentado em núcleos habitacionais, este parece ser o caso de *Scallabis*, que corresponde claramente a um assentamento populacional. Não obstante, os contextos de recolha dos materiais são de extrema importância aquando uma atribuição funcional aos mesmos. Por este motivo, pensamos que as lucernas recolhidas no estrato 04 do quadrado 14/17 da campanha de 1994/1995, na qual se colocou a descoberto o templo, poderão corresponder não a lucernas utilizadas com um carácter



meramente funcional, até porque apresentam poucos ou mesmo nenhuns vestígios de utilização, mas sim a “ex votos” colocados nesse local.

A partir de finais do século II d.C. e início da centúria seguinte, *Scallabis* parece perder um pouco a sua importância, realidade esta que se reflecte nos produtos manufacturados importados, como se pode já constatar no estudo de outros materiais deste local, como é o caso da *terra sigillata* (Viegas, 2003).

As cerâmicas de iluminação demonstram também uma quebra de importações que, a partir desse momento, se torna evidente, podendo-se relacionar directamente com a crescente importância que *Olisipo* adquiria. Esta temática foi já levemente abordada no capítulo 1.2, no qual deixamos bem claro que, tal como outros autores já documentaram, também o conjunto das cerâmicas de iluminação da Alcáçova de Santarém donota uma evidente quebra de importação a partir de inícios do século II d.C.

A questão que parece ser evidente é se de facto se deve a *Olisipo* a perda de importância de *Scallabis*. Não resulta fácil determinar tal realidade, contudo, os dados levam a propor que a crescente influência de um deles, corresponde ao enfraquecimento do outro.

Não poderíamos ainda deixar de referir, neste âmbito, que desde cedo se teve conhecimento de outras formas de iluminação menos dispendiosas e com uma facilidade de acesso bem mais coadjuvada. Referimo-nos à utilidade de simples tochas ou até de fogueiras, que permitiam uma iluminação acrescida de compartimentos, pois se compararmos a chama de uma tocha à de uma lucerna, certamente que chegaremos à conclusão que uma tocha oferece um grau de luminosidade maior.

Acresce ainda a este facto que, decerto, a vivência dos indivíduos, no período tratado, se efectuará maioritariamente durante o dia, quer a nível de trabalho ou de lazer. Certamente que apenas uma percentagem diminuta se dedicaria à convivência nocturna, enquanto a restante se dedicaria ao trabalho de “sol-a-sol”.

Outro aspecto que este conjunto permite realçar consiste na análise comparativa entre as percentagens das diferentes produções das lucernas. Os exemplares da Alcáçova de Santarém evidenciam uma presença predominante das produções itálicas, caracterizadas por exemplares de muito boa qualidade técnica e produtiva, expondo um gosto maioritário pelos produtos desta proveniência.

Ainda assim, este conjunto apresenta também um elevado número de produtos de fabrico hispânico, ainda que estes não suplantem os exemplares itálicos. Esta elevada percentagem de produtos hispânicos, sobretudo os que são provenientes da Bética, dever-se-á não tanto à sua qualidade técnica, mas sim ao facto de constituírem produtos de valor mais reduzido,

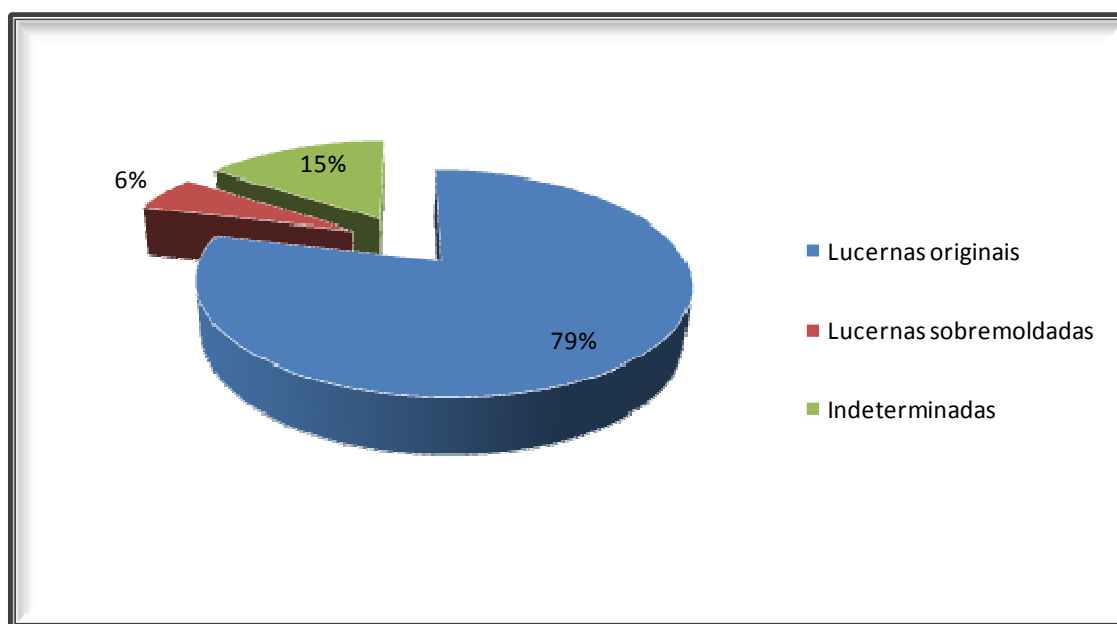


comparativamente com os produtos itálicos, o que se deveria, por um lado, à sua menor qualidade, e, por outro, aos menores custos no seu transporte.

Com efeito, a chegada dos produtos à Alcáçova de Santarém efectuar-se-ia por mar e, pela sua navegabilidade, pelo rio Tejo. Quer as lucernas itálicas, quer as lucernas de produção hispânicas da Bética facilmente acederiam a este local desta forma, facilitando o seu transporte em custo e em número. O número reduzido de exemplares emeritenses, que chegariam a *Scallabis* por terra, justificar-se-á pelas dificuldades de transporte, que não permitia uma afluência tão elevada de produtos e podia ainda ser sujeito a pilhagens.

No conjunto lucernário da Alcáçova de Santarém, existem, ainda que de forma muito diminuta, exemplares de produção africana. Efectivamente, os produtos norte africanos também constam da lista de produtos manufacturados importados pelos *scallabitanos*. Não obstante, a sua fraca expressão terá justificação não nas rotas ou custos, mas sim na cronologia da ocupação do sítio, pois, como já referimos, a partir de início do século II d.C. é evidente um claro esbater de importações, o que justifica a pouca expressividade de produtos desta proveniência, mais tardios.

Não poderíamos, ainda, deixar de referir que na totalidade do conjunto de cerâmicas de iluminação de *Scallabis* nos deparámos com uma quantidade considerável de peças sobremoldadas, correspondendo a 6% da totalidade do conjunto. No entanto, verificámos ainda a presença de exemplares de difícil leitura que poderão corresponder a produções locais/regionais, as quais incluímos no grupo das indeterminadas.



**Fig. 14** – Percentagens de lucernas originais e sobremoldadas na Alcáçova de Santarém.

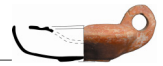


A realidade documentada com o estudo das cerâmicas de iluminação encontra fortes semelhanças com a importação de *terra sigillata* (Viegas, 2003), a qual, de igual forma, apresenta o auge de importação nos inícios do período imperial. Quanto à presença de paredes finas neste local, a situação complexifica-se um pouco, comparativamente com as lucernas. As paredes finas, publicadas até ao momento (Arruda e Sousa, 2003), são maioritariamente de cronologia tardo-republicana, correspondendo as do período imperial a uma percentagem diminuta. Assim, o auge de importação deste tipo de materiais encontra-se localizado em período tardo-republicano, contrariamente às lucernas romanas do mesmo local. Não obstante, as autoras referem que esta realidade poderá estar relacionada com a presença de vidros romanos em Santarém, os quais se generalizaram, neste local, em meados do século I d.C. (Antunes, 2000), sendo responsáveis pelo progressivo abandono das paredes finas (Arruda e Sousa, 2003, p. 285).

Relativamente à importação de ânforas, os dados permitem dar consistência ao que fora referido anteriormente. As típicas Dressel 1, classe 67 e classe 32 encontram-se perfeitamente documentadas em Santarém durante o século I a.C. (Arruda, Viegas e Bargão, 2005, p. 294 – 295, Bargão, 2006, Almeida, 2006). Não obstante, o auge das importações encontra-se localizado entre o início do principado de Augusto e o reinado de Tibério (Arruda, Viegas e Bargão, 2005, p. 295), coincidindo, de certa forma, com o início de maior importação de lucernas e que, certamente, acompanharam as ânforas no seu transporte.

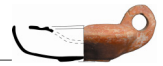
Posto isto, poderemos supor que a importação de objectos destinados à iluminação acompanhou, de certo modo, os restantes materiais mencionados, que, comparativamente com as lucernas, apresentam um auge de importação semelhante ao tipo de materiais aqui em estudo. Apenas as paredes finas refutam este parecer, estando escassamente representadas em período alto-imperial, mas que poderá ser explicada, como já foi referido, pela sua substituição pelos vidros.

Esperamos que novos conjuntos de cerâmicas de iluminação sejam publicados no futuro, contribuindo para a confirmação dos dados obtidos pelas lucernas romanas de *Scallabis*, mudando o panorama da distribuição geográfica das mesmas no território actualmente português e oferecendo novos contextos que permitam afinar cronologias.

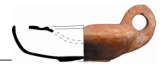


## Bibliografia

- AA.VV. (2002) – “De *Scallabis* a Santarém”, Museu Nacional de Arqueologia/Lisboa, Portugal
- AA.VV. (2002b) – *Fire, Light and Light Equipment in the Graeco-Roman World*. Bar International Series 1019, Edited by Denis Zhuravlev
- Alarcão, A. M. (1976a) – Lucernas romanas do Palácio Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*, 15. Coimbra, p. 73-90.
- Alarcão, J., Delgado, M., Mayet, F., Alarcão, A. M., e Ponte, S., (1976b) – “Céramiques diverses et verres”, *In Fouilles de Conimbriga, vol. VI*. Paris, p. 93 – 125
- Alarcão, J. de (1987) – Traços essenciais da geografia política e económica do Vale do Tejo em época romana. *Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa. I.P.P.C., p. 55-58.
- Alarcão, J. de (1988a) – *The Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- Alarcão, J. de (1988b) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. Almeida.
- Alarcão, J. de (1990a) – Identificação das Cidades da Lusitânia Portuguesa e os seus territórios. *Les Villes de Lusitanie romaine: hiérarchie et territoires*. Table ronde internationale du Centre National de recherche scientifique (Talance 1988). Paris: C.N.R.S., p. 21-34.
- Alarcão, J. de (1990b) – O Estado e o governo local. In ALARCÃO, J., ed. – *Nova História de Portugal. I: Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença, p. 383-394.
- Alarcão, J. de (1993) – Les ciutats romanes de Portugal. *In La Ciutat hipano-romana*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 207-233.
- Alarcão, J. de (1997) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*, 37. Coimbra, p. 89-119.
- Alarcão, J. de (2002) – *Scallabis* e o seu território. *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 37-46.
- Almeida, J. M. F. (1952) – “Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal”, *In O Arqueólogo Português*, série 2, Lisboa.
- Almeida, R. R. (2006) – “As produções anfóricas do Guadalquivir no quadro das importações de *Scallabis*”. *Contributo para o conhecimento dos tipos minoritários no Ocidente Peninsular*. Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de letras da universidade de Lisboa.
- Alvarez-Ossorio, F. (1942) – Lucernas ou lámparas antigas de barro cocido del Museo Arqueológico Nacional. *AEA XV*. Madrid, p. 271-287.

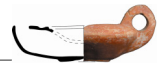


- Amante Sanchez, M. (1993) – *Lucernas romanas de la región de Murcia*. Hispânia Citerior. Murcia: Universidad de Murcia (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 1)
- Amaré Tafalla, M. (1982) – Representaciones relativas al ejército y a la guerra sobre lucernas romanas. *Temas de Historia Militar I (I Congreso de Historia Militar)*. Zaragoza (Zaragoza, 1985), p. 74-80.
- Amaré Tafalla, M. T., (1985) – Representaciones literarias sobre lucernas romanas. *XVII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza, p. 739 – 748
- Amaré Tafalla, M. T., (1986) – Numismática y cerámicas romanas: relaciones econográficas. *Estudios en homenaje al Dr. Antonio Beltrán Martínez*. Zaragoza, p. 851-858.
- Amaré Tafalla, M. T., (1987a) – *Lucernas romanas de la Rioja*. Instituto de Estudios Riojanos 6. Logroño.
- Amaré Tafalla, M. T., (1987b) – *Lucernas romanas: generalidades e bibliografía*. Zaragoza.
- Amaré Tafalla, M. T., (1988) – *Lucernas romanas en Aragón*. Instituto Fernando el Católico. Zaragoza.
- Amaré Tafalla, M. (1989-90) – Lucernas romanas en Hispania (las lucernas romanas de cerámica en la Península Ibérica hasta el siglo IV: introducción y elementos de trabajo. *Anas 2-3*, p. 135-172.
- Amaré Tafalla, M. (1992) – La cerámica y las vías de comunicación: una aproximación al problema de sus relaciones en la Lusitania. *Cuadernos de San Benito 3 (Encuentros sobre el Tajo. El territorio y las comunicaciones)*, p. 99-105.
- Anselmino, L. y Pavolini, P. (1981) – Lucerne. *Atlante delle forme ceramiche*, vol. I. *Ceramica fine romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. EAA, Roma, p. 184-207.
- Antunes, A. S. (2000) – Vidros romanos da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, p. 153 – 199.
- Arcelin, P.; Tuffreau-Libre, M., dir. (1998) – La quantification des céramiques. Conditions et protocole. *Actes de la table ronde du Centre archéologique européen du Mont Beauvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*. Bibracte.2.
- Arruda, A. M. (1983/84) – Alcáçova de Santarém: relatório dos trabalhos de 1984. *In Clio Arqueologia I*. Lisboa, p. 217-225.
- Arruda, A. M. (1993) – A Conquista. *In Medina, J., dir. – História de Portugal: o Mundo Luso-Romano*. Vol II. Lisboa: Ediclube.

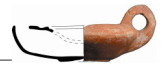


- Arruda, A. M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Cuadernos de Estudios Mediterráneos.
- Arruda, A. M. (2000) – “*Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII.VI a.C.)*”. Dissertação de doutoramento apresentada à faculdade de letras da universidade de Lisboa
- Arruda, A. M. e Almeida, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas 1983 – 1991). *Conimbriga XXXII*. Coimbra, p. 201-231.
- Arruda A. M. e Almeida, R. R. (1999) – “Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado”. In *Économie et territoire en lusitanie romaine (Actas da III<sup>ème</sup> Table ronde sur la lusitanie romaine)*. Madrid: Casa de Velásquez, p. 307-337
- Arruda A. M. e Almeida R. R. (2000) – Importação e consumo de vinho bético na colónia romana de *Scallabis* (Santarém, Portugal) ”. In *Actas do Congresso Internacional «Ex Baetica Amphorae Conservas, aceite y vino de la Bética ene l Imperio romano»*. Sevilla: Editorial Gráficas Sol, Vol. II, p. 703-716
- Arruda, A. M. e Sousa, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. In *Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 6, n.º 1*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235 – 286.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Bargão, P. e Lourenço, P. (no prelo) – Monte Molião (Lagos) – Resultados de duas campanhas de escavação. In *Xelb 8 (Actas do V Encontro de Arqueologia do Algarve, 25 a 27 de Outubro de 2007)*
- Arruda, A. M. e Viegas, C. (1999) - The Roman Temple of *Scallabis* (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology 1*. Porto, p.185-224.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. (2001) - *Intervenção Arquelógica na área do Jardim das Portas do Sol (2001) Alcáçova- Centro Histórico de Santarém*. Relatório dos Trabalhos de Campo. Policopiado.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. (2002a) - A Cerâmica de Engobe Vermelho Pompeiano na Alcáçova de Santarém. *Revista do Instituto Português de Arqueologia, vol. 5, n.º 1*. Lisboa, p. 221-238.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. (2002b) – “O Templo Romano de *Scallabis*”. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, p. 173-178.

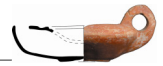




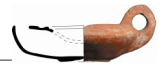
- Arruda, A. M., Viegas, C. e Bargão, P. (2005) – As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *In Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 279 – 298.
- Bailey, D. M. (1980) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, II. Roman Lamps made in Italy*. Londres.
- Bailey, D. M. (1988) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, III. Roman Provincial Lamps*. Londres.
- Balil, A. (1965) – Lucernas romanas: problemas y métodos. (Varia helenístico-romana), *AEA* 38, p. 106-108.
- Balil, A. (1968) – Marcas de ceramista en lucernas romanas halladas en Españã. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, p. 158 – 178.
- Balil, A., (1969) – Estudios sobre lucernas romanas. *Studia Archaeologica* 2. Universidad Santiago de Compostela.
- Balil, A., (1982) – Estudios sobre lucernas romanas III. *Studia Archaeologica* 70. Universidad Santiago de Compostela.
- Bargão, P. (2006) – “*As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*”. Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de letras da universidade de Lisboa.
- Belchior, Claudette (1969) – *Lucernas romanas de Conimbriga*. Coimbra, Museu Monográfico de Conimbriga.
- Belchior, Claudette (1974) – Breve notícia de algumas lucernas do museu de Faro. *Anais do Município de Faro*, N.º IV, p. 198-219.
- Beltrán Lloris, M. (1990) – *Guía de la cerámica romana*. Libros Pórtico, Zaragoza, p. 263 – 277.
- Berges, G. (1989) – Les lamps de Montans (Tam). Une production céramique del Ier. et IIeme. Siècle ap. J.C. *Documents d'Archéologie Française* 21. Paris.
- Bernal Casasola, D. (1993) – “*Lucernae Tarraconenses: las lámparas romanas del Museu Nacional Arqueològic y del Museu i Necròpolis Paleocristians*”. *BATarragona*, época V, 15, p. 59-298.
- Bernal Casasola, D. (1995a) – Las lucernas romanas del Museu Municipal de Ceuta. *Cuadernos del revellín*, 12.
- Bernal Casasola, D. (1995b) – Tecnología de manufactura de lucernas en época romana: dos elementos de fabricación a molde en la Península Ibérica, *Estudis sobre cerámica antiga*.



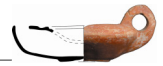
- Estudis of Ancient Ceramics, (Congres Europeu sobre Ceramica Antiga)*, Barcelona (Barcelona, 1993), p. 147-150.
- Berrocal-Rangel, L. e Ruiz Triviño, C. (2003) – *El depósito Alto-Imperial del Castrejón de Capote. La historia de una ciudad sin historia*. Memorias de Arqueología Extremeña (MARqEx) 5
- Besnier, M. e Blanchet, P. (1900) – *Collection Farges. Musées et Collections archéologiques de l'Algérie et de la Tunisie IX*, París.
- Bisi Ingrasia, A. M. (1977) – Le lucerne fittili dei nuovi scavi di Ercolano. *L'Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima età imperiale*. Quaderni di Cultura Materiale 1, Roma, p. 73-104.
- Bonnet, J. (1988) – *Lampes céramiques signées*. Paris. La Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française, 13).
- Broneer, O. (1930) – *Terracotta Lamps*. Corinth IV, II, Cambridge.
- Bussiere, J. (1995) – Lampes hellénistiques et tardo-republicaines (Lampes d'Algérie II). *AntAfr* 31, p. 232-276.
- Caetano, J. C. (1993) – A iluminação no Portugal romano. In Medina, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. II, O Mundo Luso-Romano. Amadora : Ediclube, p. 346-350.
- Caetano, J. C. (1998) – Algumas notas sobre o fabrico de lucernas romanas. Coimbra: Faculdade de Letras (Trabalho apresentado ao Seminário de Tecnologia do Mestrado em Arqueologia, policopiado).
- Caetano, J. C. (2001) – *Lucernas romanas de Conímbriga. Escavações de 1963 – 1970*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Romana, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra
- Caetano, J. C., (2002) – “Lucernas da necrópole romana da Lage do Ouro, (Crato)”, *In Conímbriga*, Coimbra, Vol. 41, p. 197- 217
- Campos García, L. y Verdú Monzó, R. (2005) – Algunas lucernas romanas de época imperial de la ladera sur. *Excavaciones Arqueológicas Marroco-Españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003*. Lixus-2, Ladera Sur, p. 211-216.
- Castro, Luís de Albuquerque, (1960) – “Lucernas mineiras”, *In Estudos, Notas e trabalhos do serviço de Fomento Mineiro*, Vol. XIV, p. 281 - 299
- Ceci, M., e Schneider, G. (1994) – Analisi chimique su gruppi di lucerne bollate di fabbricazione urbana. *Epigrafia della produzione e della distribuizione* (Colloque di Roma, 1992), Ecole Française de Roma 193, Roma, p. 433-446.



- Celis Betriu, Raül (2005) – Las Lucernas Romanas, Conceptos y Principios Tipologicos (Una aproximación a su definición). Trabajo de D.E.A. Universitat de Barcelona
- Cerulli, G. (1977) – Officina de lucerne fittili a Pompei. *L` Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima età imperiale*. Quaderni di Cultura Materiale 1, Roma, p. 53-67.
- Corzo, R. (1982) – Un taller de ceramista en la Bahía de Cádiz. *Gaius Iunius Dracus. Homenaje a Alvarez Sáenz de Buruaga*, Madrid, p. 389-395.
- Deneauve, J., (1969) – “*Lampes de Carthage*”. Paris VII
- Deneauve, J. (1987) – Lampes romaines de Tunisie, *Les lampes en terre cuite en Méditerranée des origines a Justinien*. (Table Ronde du CNRS), Lyon 1981, p. 79-82.
- Deonna, W. (1927) – L`ornamentation des lamps romaines. *Révue Archéologique*. Paris 26. p. 233-263
- Diogo, Dias (1984) – O material romano da 1ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém. *Conimbriga XXIII*.
- Diogo, Dias, Sepúlveda, Eurico (2000) – As lucernas das escavações de 1983/93 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, N.º 1, p. 153-161.
- Dressel, E. (1899) – *Lucernae formae*, C.I.L. XV, vol. II : 1. Lam. 3. Guerra, A. 2002 – “A epigrafia de *Scallabis*”. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém. p. 179-184
- Fabião, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. 1, 2 e 3. Lisboa
- Fernandes, L. (1997) – *Capiteis romanos da Lusitânia Ocidental*. Dissertação final de mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Edição policopiada
- Figueiredo, M. E. (1974) – Cinco lucernas inéditas de Barrosinha (Alcácer do Sal). *Jornadas Arqueológicas II*, Setúbal, p. 7-13.
- Figueiredo, M. E. (1974-77) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal. *APort VII-IX*, p. 347-354.
- Figueiredo, M. E. (1975) – A representação do crismón nas lucernas tardias de Tróia (Setúbal). *Setúbal Arqueológica 1* (Actas do I Colóquio Arqueológico de Setúbal), Setúbal, p. 163-167.
- Figueiredo, M. E. (1976-77) – Lucernas romanas de Mirobriga (Museu Municipal de Santiago do Cacém), *Setúbal Arqueológica* vol. II-III.



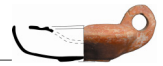
- Figueiredo, M. E. (1977) – Marcas de oleiro em lucernas romanas de *Balsa* (Torre de Ares). *Jornadas Arqueológicas III*, Lisboa, p. 239-248.
- Fink, J. (1900) – Formen und Stempel römischer Tonlampen. *Sitzungsberichte München*. Munique. p. 685-703
- Fitch, C. y Goldman, N. W. (1994) – *Cosa: The Lamps*. Memoirs of the American Academy. In Rome XXXIX, Roma.
- Gamito, J. (1992) – Cemitério romano do século II-III. Faro, Rua das Alcaçarias. *Conimbriga XXXI*, p. 99-118.
- Gil Farrés, O. (1947) – “*Otra curiosa lucerna inédita del Museu Emeritense*”. *MemMusProv VIII*, p. 44-45.
- Gil Farrés, O. (1947-48) – “*Lucernas romanas decoradas del Museu Emeritense*”. *Ampurias IX-X*, p. 97-115.
- Guerra, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa, Colibri
- Guerra, A. (2002) – A Península de Lisboa no I milénio a.C.: uma breve síntese à luz das Fontes de dos dados arqueológicos. In *Turres Veteras IV: Actas de História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal - Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, p.119-128.
- Hayes, J. W. (1972) – “*Late Roman Pottery*”. London.
- Ivanyi, D. (1935) – *Die Pannonischen Lampen. Eine typologisch-chronologische Übersicht. Dissertationes Pannonicae*, s.2.2 Budapest.
- Lambolia, N. e Beltrán, A. (1952) – Apuntes sobre cronología cerámica. *Caesaraugusta 3*, p. 87-89.
- Leibundgut, A. (1977) – *Die römischen lampen in der Schweiz*. Francke Verlag, Bern.
- Loeschke, S. (1919) – *Lampen aus Vindonissa, Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des Antiken Beleuchtungwesens*, Zurich.
- Luzon, J. M. (1967) – Lucernas Mineiras de Rio Tinto. *AEA 40*, p. 138-150.
- Lyster, G. (1970) – Lucernas romanas. Alguns elementos para o estudo de um importante achado. *Congresso Nacional de Arqueologia I (Homenagem a Leite de Vasconcelos)*, II, (Celebrado em 1958), Lisboa, p. 161-195.
- Maia, Maria, Maia, Manuel (1997) – “*Lucernas de Santa Bárbara*”, Castro Verde.
- Mantas, V. (1990) - Cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de Lusitanie romaine. Hiérarchie et territoires. Table ronde internationale du Centre National de recherche scientifique (Talance 1988)*. Paris: C.N.R.S., p. 149-205.



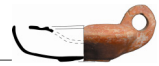
- Mantas, V. (1993a) - *Rede Viária na Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- Mantas, V. (1993b) - As fundações coloniais no território português nos finais da República inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra.
- Mantas, V. (1994a) - Olisiponenses: Epigrafia e Sociedade na Lisboa romana. In: *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Capital Europeia da Cultura 94, p.70-75.
- Mantas, V. (1994b) - A rede viária do território português. In MEDINA, J. dir., GONÇALVES, V.S. org. - *História de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Ediclube, p. 213-320.
- Mantas, V. (1996) – Comércio Marítimo e Sociedade nos portos romanos do Tejo e Sado. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: Publicações D.Quixote; Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p. 343-369.
- Mantas, V. G. (2002) – “A rede viária de *Scallabis*”. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém. p. 107-112
- Marín Jordán, C., Lacomba, A. R. y Serrano Marcos, M. L. (2004) – Cerámica de importación itálica y vajilla ibérica en el contexto de *Valentia* en la época sertoriana. Los hallazgos de la plaza de Cisneros. In *La Vajilla Ibérica en Época Helenística (siglos IV-III al cambio de era)*. Actas recogidas y presentadas por Ricardo Olmos y Pierre Rouillard. Casa de Velázquez, vol. N.º 89, p. 113-134.
- Martins, M.; Delgado, M. (1989-1990) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. p. 41 – 186.
- Morais, Rui (2002) – um molde de lucerna encontrado em *Bracara Augusta*. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, XLI, p. 181-196.
- Morais, Rui (2004) – Um caso único em marcas de lucernas – Uma *Figlina* em *Bracara Avgvsta* documentada pela oficina de *Lvcretivs*. *Conimbriga* XLIII.
- Morais, Rui (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta*. *Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas 2. Braga
- Moreno Jiménez, F. 1991 – *Lucernas romanas de la Bética*. Universidad Complutense. Madrid.
- Morillo Cerdán, A. (1990) – En torno a la tipología de lucernas romanas: problemas de nomenclatura. *CuPAUAM* 17, p. 143-167.
- Morillo Cerdán, A. (1992) – *Ceramica romana de Herrera de Pisuerga (Palencia – España): Las lucernas*. Santiago do Chile. Ediciones Universidad Internacional SEK.



- Morillo Cerdán, A. (1993) – Una nueva producción de lucernas en la Península Ibérica: El taller militar de Herrera de Pisuerga (Palencia, España), *TrabAntropEtnol* XXXIII (Fasc. 1-2) (*I Congreso de Arqueología Peninsular*), Porto, p. 351-364
- Morillo Cerdán, A. (1996) – Las lucernas del tipo de ‘cabeza de ave’ (Vogelkopflampen) en la Península Ibérica. *Madrider Mitteilungen* 37, p. 103-120
- Morillo Cerdán, A. (1999) – “*Lucernas romanas en la región septentrional de la península ibérica*”, Montagnae: Éditions monique mergoïl (Monographies Instrumentum 8/2)
- Morillo Cerdán, A. (2001) – Las lucernas romanas de Villanueva de la Fuente (Ciudad Real). *In Mentesa Retana 1998-2000*, Ciudad Real, p. 167-176.
- Morillo Cerdán, A. (2003) – Las Lucernas. *In El depósito Alto-Imperial del Castrejón de Capote. La historia de una ciudad sin historia.* p. 69-99.
- Nunes, João de Castro *et alii* (1990) – “As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil), *In Conimbriga*, Coimbra, Vol. 29, p. 69 - 90
- Nunes, R. F. (1959) – Lucernas romanas de Peroguarda. *Abeja* XVI. p. 79 - 102
- Oleiro, B. (1952) – *Catálogo de lucernas romanas*. Coimbra: Museu Machado de Castro
- Palanqués, M<sup>a</sup>. L. (1992) – *Las lucernas de Pollentia*. The William L. Bryam Foundation 4, Palma de Mallorca.
- Palol, P. (1948-49) – “*La colección de lucernas romanas de cerámica procedentes de Ampurias en el Museu Arqueològic Provincial de Gerona*”. *MemMusProv* IX-X, p. 233-65.
- Pastor, M. e Pachón Romero, J. A. (1991) – Escavação arqueológica em Mirobriga: Campanhas de 1987-88. *Estremadura Arqueológica* 2, Mérida-Cáceres, p. 347-360.
- Pavolini, C. (1977) – Le lucerne fittili romane del Museo Nazionale di Napoli. *L'Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima età imperiale*. Quaderni di Cultura Materiale 1, Roma, p. 68-72.
- Pavolini, C. (1980) – “Le lucerne in terra sigillata africana da esportazione. Proposti di una tipologia”. *Colloque sur la Céramique Antique. Actes*, Cartago, p. 141-149.
- Pavolini, C. (1992) – Prime esperienze di analisi di laboratorio sulle lucerne fittili del Museo Nazionale Romano. *Arqueologia della cerâmica. Problemi di Método. Atti 8 Simposio Internazionale della cerâmica*, Rímìni (Bologna 1993), p. 115-17.
- Perlzweig, J. (1961) – Lamps of the Roman Period, The Athenian Agora VII. Princeton.
- Perlzweig, Judith (1963) – *Lamps from the athenian agora*. Picture Book No. 9. American School of Classical Studies at Athens. Princeton, New Jersey.

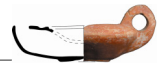


- Pimenta, J. P. (2004) – *As ânforas romanas do Castelo de S. Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de arqueologia 41. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa
- Pita, Luís (1993) – Lucernas inéditas da necrópole romana do Monte do Farrobo (Aljustrel). VIPASCA, Arqueologia e História, N.º 2, Aljustrel, p. 61-72.
- Pita, Luís (1995) – Um conjunto de lucernas da “Casa do Procurador” (Aljustrel). VIPASCA, Arqueologia e História, N.º 4, Aljustrel, p. 15-31.
- Ponsich, M., (1961) – “*Les lampes romaines en Terre Cuite de la Mauretaine Tingitane*”, PSAM, 15, Rabat.
- Provoost, A. (1970) – Les lampes à récipient allongé trouvées dans les catacombes romaines. Essai de classification typologique. *BIBR*, XLI, p. 15-55.
- Provoost, A. (1976) – Les lampes antiques en terre cuite. Introduction et essai de typologie générale avec des détails concernant les lampes trouvées en Italie. *AC XLV*, p. 5-39 y 550-86.
- Puya Garcia de Leaniz, M. (1988) – Representaciones de gladiadores en discos de lucernas del Museo Arqueológico de Sevilla. *Homenaje a Manuel de los Santos*, Albacete, p. 205-10.
- Ribeiro, J. C. (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo* – Algumas Considerações em torno do Catalogo Lisboa Subterrânea. *Al-madam*. Almada. 2:3, p. 75-95.
- Ricci, A., (1973) – “Per una cronologia delle lucerne tardo-republicane”, *Revista di Studi Liguri*, XXXIX, 2 – 4, p. 168 – 233
- Ricci, A. (2002) – “Le lucerne dei relitti sottomarini”, *Revista di Studi Liguri*, LXVII-LXVIII, 2001-2002, p. 305 – 420
- Riley, J. A. (1981) – The pottery from Cisterns 1977, 1, 1977, 2, and 1977, 3. *Excavations at Carthage 1977*. University of Michigan VI, p. 85-124.
- Ritterling, E. (1912) – “*Lampen*”, *Das Frühromische Lager bei Hofheim im Taunus. Analen des Vereins für Nassauische Altertumskunde und Geschichsforschung* 40, p. 263-70.
- Rivet, L. (2003) – *Lampes Antiques du Golfe de Fos. Production et consommation*. Musée d'Istres - Édisud
- Rodríguez Martín, F. G. (1996) – “*Materiales de un Alfar Emeritense: Paredes finas, Lucernas, Sigillatas y Terracotas*”, Cuadernos emeritenses – 11, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida.
- Rodríguez Martín, F. G. (2002) – “*Lucernas romanas del museo nacional de arte romano (Mérida)*” Monografías Emeritenses - 7



- Rodríguez Neila, J. F. (1978-79) – Lucernas romanas expuestas al público en el Museo Arqueológico de Córdoba. *Corduba* 7. p. 5 – 77
- Romero Carnicero, M<sup>a</sup> V. (1989) – Las lucernas republicanas de los campamentos de Mumancia. *BSEAA LV*, p. 257-290.
- Ruiz de Arbulo, Joaquín (1996) – Altares domésticos y ritos orientales. Las ámulas con lucernas adosadas. *Cypsela XI*, Centre D'Investigacions Arqueològiques de Girona, p. 117-125.
- Salomonson, J.W. (1968) – Etude sur la céramique romaine d'Afrique, sigillée claire et céramique commune de Henchir el Quiba (Raqqada) en Tunisie central. *In Babesh XLIII*.
- Salomonson, J.W. (1969) – “*Spaetromische rote Tonware mit Reliefverzierung aus Nordafrikanischen Werkstaette*”. *In Babesh XLIV*.
- Sánchez, M<sup>a</sup> A. (1992) – Lucernas. *Arcobriga 11. Las cerâmicas romanas*. Zaragoza, p. 231-236.
- Sepúlveda, E., Sousa, Élvio M., Faria, João C. e Ferreira, Marisol (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *In Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 6, N.º 2, p. 383-399.
- Sepúlveda, E., Sousa, V. R. C., (2001) – “Cerâmicas finas romanas do museu municipal de Torres Vedras: As Lucernas”, *In Conímbriga*, Coimbra, Vol. 40, p. 237 – 280
- Sepúlveda, E., Sousa, V. R. C., (2000) – “*Lucernas romanas. Catálogo*”, Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras, Museu Municipal Leonel Trindade
- Sousa, J. J. R. (1965-66) – “Acerca de um molde de lucernas”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto XX (1-2), p. 165 – 172.
- Sousa, J. J. R. (1966) – “Subsídios para o estudo da arqueologia Bracarense”. *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 5, p. 589-99.
- Sousa, J. J. R. (1969) – “Novo molde de lucernas aparecido em Braga”. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Porto, XXI, p. 309-311.
- Sousa, E. e Alves, C. (2006) – Relatório Final da Intervenção Arqueológica realizada no âmbito do Projecto “Urbanização de loteamento sito no Monte Moleão” (Lagos) – 4<sup>a</sup> fase.
- Stienstra, P. (1986) – Technological Research on Composition and Texture of Ancient Pottery – a note of sense and nonsense. *Newsletter*. III, p. 10-47.
- Szentleky, Th. (1969) – *Ancient Lamps*. Amesterdan.
- Tarradell, M. (1975) – La expansión del aceite y el uso de lucernas. Un elemento metodológico para la historia agraria del Mediterráneo antiguo. *Jornadas de Metodología aplicada de las Ciencias Históricas I*, Santiago, p. 173-84.





- Ulbert, T. (1984) – Cáceres el Viejo: ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura. Deutsches Archäologisches Institut Madrid. Mainz : Zabern.
- Vegas, M. (1965-66) – Motivos decorativos en lucernas de disco romanas: sus antecedentes y paralelos. *Pyrenae* 2, p. 81-91.
- Viana, A. e Dias de Deus, A. (1955) – Necrópolis de la Torre das Arcas. *AEA* XXVIII, p. 244-265.
- Viana, A. e Dias de Deus, A. (1955b) – Nuevas necrópolis celto-romanas de la región de Elvas (Portugal). *AEA* XXVIII, p. 33-68.
- Viana, A. e Nunes, F. (1956) – Lucernas de Peroguarda. In *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*. *ABeja* XVI, p. 123-138.
- Viegas, C. (2002) – “A Alcáçova”. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, p.73-81
- Viegas, C. (2003) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*. Trabalhos de arqueologia 26. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa
- Walters, H. B. (1914) – “*Catalogue of the Greek and Roman lamps in the British Museum*”. Londres